ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVEIRA

A INTERTEXTUALIDADE COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NOS ARTIGOS DE LUIZ FELIPE PONDÉ

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Flávia Figueiredo.

FRANCA
2015

Catalogação na fonte – Biblioteca Central da Universidade de Franca

S586i

Silveira, Ana Cláudia Ferreira

A intertextualidade como estratégia argumentativa nos artigos de Luiz Felipe Pondé / Ana Cláudia Ferreira Silveira ; orientador: Maria Flávia Figueiredo. – 2015

116 f. : 30 cm.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Franca

Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestre em Lingüística

1. Lingüística – Argumentação e retórica. 2. Artigo de opinião jornalístico. 3. Intertextualidade. 4. Luiz Felipe Pondé. I. Universidade de Franca. II. Título.

CDU – 801:82.085

UNIFRAN
Universidade de Franca

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVEIRA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu-se, no(a) BLOCO TEATRO DA ODONTO - SALA 706, a Comissão Julgadora designada pela Comissão de Pós-Graduação da Universidade de Franca, constituída pelos professores: PROFA. DRA. MARIA FLÁVIA FIGUEIREDO (Orientadora), PROFA. DRA. MARIA DE LOURDES E SILVA PEREIRA (Titular), PROF. DR. FERNANDO APARECIDO FERREIRA (Titular), para examinar a candidata ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVEIRA na prova da defesa de sua dissertação intitulada: A INTERTEXTUALIDADE COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NOS ARTIGOS DE LUIZ FELIPE PONDÉ. A Presidente da Comissão PROFA. DRA. MARIA FLÁVIA FIGUEIREDO, iniciou os trabalhos às 10h, solicitando à candidata que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguiram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 12h, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: PROFA. DRA. MARIA FLÁVIA FIGUEIREDO(aprovada), PROF. DR. FERNANDO APARECIDO FERREIRA(aprovada),PROFA. DRA. MARIA DE LOURDES E SILVA PEREIRA(aprovada). Em vista deste resultado, a candidata ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVEIRA foi considerada aprovada, fazendo jus ao título de MESTRE pelo programa de MESTRADO EM LINGUÍSTICA . Sendo verdade, eu, Adriana Pernambuco Montesanti, Secretária de Pós-Graduação Stricto Sensu, confirmo e lavro a presente ata, que assino juntamente com os Membros da Banca Examinadora.

Franca, 24 de fevereiro de 2015.

Novo título (sugerido pela banca) :

_____

_____

_____
PROFA. DRA. MARIA FLÁVIA FIGUEIREDO

_____
PROFA. DRA. MARIA DE LOURDES E SILVA PEREIRA

_____
PROF. DR. FERNANDO APARECIDO FERREIRA

_____
Adriana Pernambuco Montesanti
Secretária de Pós-Graduação Stricto Sensu

DEDICO este trabalho ao meu esposo, Márcio, pelo constante companheirismo e compreensão, aos meus pais e irmãos pelo incentivo, aos queridos irmãos da igreja em Franca, pelo apoio constante, à querida amiga Núbia pelas palavras de encorajamento e a tantos outros amigos que neste espaço seria impossível enumerar.

AGRADECIMENTOS

Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Agradeço a Deus porque, sem suas mãos, nada poderia realizar.

Agradeço à minha querida orientadora Profª Drª Maria Flávia Figueiredo que, além de indicar-me um percurso científico e profissional, conduziu-me pelo caminho da ética e do crescimento humano;

Ao Prof. Dr. Fernando Aparecido Ferreira, pelas valiosas contribuições durante a disciplina específica de *Argumentação e Retórica* e pela leitura e orientação feitas com esmero durante a apresentação do meu Relatório de Qualificação;

À Profª Drª Camila de Araújo Beraldo Ludovice, pela leitura zelosa e pelo olhar construtivo sobre o meu trabalho na ocasião do Relatório de Qualificação;

A todos os professores do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade de Franca que, sobretudo no primeiro ano do curso, puderam enriquecer-me com seus conhecimentos;

Aos membros do grupo de pesquisa PARE – Pesquisa em Argumentação e Retórica – que, durante todos os encontros, contribuíram por meio das leituras e comentários elucidativos;

Ao meu esposo, Márcio Quintilhano, pelo companheirismo e, principalmente, pela compreensão e maturidade mostradas nos momentos em que mais precisei;

Aos meus pais e irmãos pelo constante incentivo e por serem fundamentais na construção daquilo que acredito e persigo: a fé em Deus e o amor ao próximo;

À querida amiga Núbia Prates por incentivar o meu trabalho e acreditar que tudo isso seria possível;

Aos queridos irmãos da igreja em Franca, pelas orações e pelo amor demonstrado em cada mensagem de incentivo para que eu perseverasse até o fim;

Ao filósofo e articulista Luiz Felipe Pondé pela atenção demonstrada nos muitos e-mails trocados e que serviram não só de orientação no campo filosófico, mas também como um fator motivacional.

À CAPES pela oportunidade de pesquisa e de participação em inúmeros congressos científicos que contribuíram especialmente para o meu crescimento dentro da área que me propus a estudar.

Vejo que na vida dos homens é a palavra, e não a ação, que conduz tudo.

Sófocles

RESUMO

SILVEIRA, Ana Cláudia Ferreira. **A intertextualidade como estratégia argumentativa nos artigos de Luiz Felipe Pondé.** 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

A presente dissertação objetiva apresentar uma análise dos procedimentos retórico-argumentativos empregados pelo filósofo e articulista brasileiro Luiz Felipe Pondé em seus artigos de opinião. Por meio da análise procurar-se-á identificar o estilo retórico do articulista. Além disso, verificar-se-á de que forma os elementos retóricos (*ethos*, *pathos* e *logos*) atuam na construção e caracterização do gênero artigo de opinião jornalístico. A fim de proceder à análise, foram selecionados quatro artigos publicados no Jornal *Folha de S.Paulo*, no biênio 2012 a 2014. Esperou-se garantir à amostra selecionada o caráter de representatividade, obtendo, por meio de seus dados e de sua recorrência, elementos indicadores e caracterizadores dos artigos escritos pelo articulista em sua totalidade. Para esta pesquisa, no que se refere aos estudos retóricos e argumentativos, tomamos como referencial teórico os seguintes autores: Aristóteles (2012); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); Perelman (2004); Reboul (2004); Meyer (1998, 2007); Breton (2003) e Plantin (2008). Para a discussão acerca do *corpus*, especialmente no que se refere ao gênero em questão, partimos das considerações feitas pelo teórico do jornalismo Melo (2003). Ademais, visando elucidar a relação entre retórica e o jornalismo opinativo, mais especificamente o artigo de opinião, tomamos, como referencial teórico, as pesquisas de Santamaría Suárez e Casals Carro (2000). Parece-nos relevante promover um estudo que contemple o gênero selecionado sob a perspectiva teórica da retórica, uma vez que um dos principais objetivos desse gênero é a formação e/ou modificação da opinião pública, ou seja, a adesão do auditório/leitor às ideias apresentadas. Pode-se concluir aqui que, por meio da análise do *corpus*, pudemos verificar a recorrência de determinados elementos retórico-argumentativos e, assim, identificar o procedimento retórico que serviu como princípio organizador para os textos de Luiz Felipe Pondé, qual seja: a intertextualidade. Além disso, o estudo por nós empreendido atingiu o objetivo de perceber a atuação das três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) no gênero selecionado.

Palavras-chave: argumentação e retórica; artigo de opinião jornalístico; intertextualidade; Luiz Felipe Pondé.

ABSTRACT

SILVEIRA, Ana Cláudia Ferreira. **A intertextualidade como estratégia argumentativa nos artigos de Luiz Felipe Pondé.** 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

The present dissertation aims at presenting an analysis of the rhetorical-argumentative procedures used by the Brazilian philosopher and columnist Luiz Felipe Pondé in his opinion articles. Through this present analysis, we shall try to identify the rhetorical style of the columnist. In addition, we intend to verify in which way the rhetorical elements (*ethos*, *pathos* and *logos*) act in the construction and characterization of the journalistic opinion piece genre. Aiming at proceeding with the analysis, four articles published in *Folha de S.Paulo* newspaper, during the 2012-2014 biennium, have been selected. Concerning the selected samples, we hope to have ensured the representativeness character and obtained, through their data and recurrence, the indicating and characterizing elements of the articles written by the columnist in totality. For the present paper, regarding the rhetorical and argumentative studies, we have selected the following authors as our theoretical reference: Aristotle (2012); Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005); Perelman (2004); Reboul (2004); Meyer (1998, 2007); Breton (2003) and Plantin (2008). Regarding the discussion on the *corpus*, especially concerning the genre at issue, some statements made by the journalism theoretician Melo (2003) have been taken into consideration. Furthermore, aiming at elucidating the relation between rhetoric and opinion journalism, more specifically journalistic opinion pieces, the research of Santamaría Suárez and Casals Carro (2000) has been used. It seems relevant to promote a study which contemplates the selected genre under the theoretical perspective of rhetoric due to the fact that one of the main goals of this genre is the formation and/or modification of public opinion, that is to say, the auditorium/reader adhesion to the presented ideas. It is possible to conclude that, through the analysis of the *corpus*, we were able to verify the recurrence of certain rhetorical-argumentative elements, thus, able to identify the rhetorical procedure which was used as the organizing principle for Luiz Felipe Pondé texts, which is: the intertextuality. In addition, the present study has reached the objective of perceiving the action of the three rhetorical proofs (*ethos*, *pathos* and *logos*) in the selected genre.

Keywords: argumentation and rhetoric; journalistic opinion piece; intertextuality; Luiz Felipe Pondé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Hierarquia de valores	71
Figura 2 -	Rehierarquização dos valores	74
Figura 3 -	Técnicas argumentativas identificadas	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Gêneros retóricos	32
Quadro 2 -	Argumentos, lugares e figuras identificados	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO: aspectos históricos e epistemológicos 17
1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO RETÓRICO 17
1.2 A RETÓRICA ANTIGA 18
1.2.1 Surgimento da retórica 18
1.2.2 Aristóteles e a arte retórica: a formação do sistema retórico 23
1.3 ENTRE A RETÓRICA CLÁSSICA E A NOVA RETÓRICA 25
1.4 A NOVA RETÓRICA 26
1.5 CONCEITOS RETÓRICOS ADVINDOS DA RETÓRICA ARISTOTÉLICA E DA NOVA RETÓRICA 28
1.5.1 Funções da retórica 28
1.5.2 Orador e auditório 30
1.5.3 Os gêneros retóricos 31
1.5.4 O sistema retórico 33
1.5.4.1 A fase da invenção 33
1.5.4.2 A fase da disposição 40
1.5.4.3 A fase da elocução *(elocutio)* 42
1.5.4.4 A fase da ação 44
1.5.5 Figuras retóricas 45
1.5.6 lugares da argumentação, valores, hierarquias e técnicas argumentativAS 48
1.5.7 A intertextualidade e suas formas de manifestação 54
2 O ARTIGO DE OPINIÃO JORNALÍSTICO E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DESTA PESQUISA 56
2.1 DO ARTIGO DE OPINIÃO E DE SUA RELAÇÃO COM A RETÓRICA 56
2.2 O *CORPUS* E SUA METODOLOGIA DE SELEÇÃO 62
2.2.1 A Folha de S.Paulo 62
2.2.2 O Caderno *Ilustrada* 63
2.2.3 Luiz Felipe Pondé: a formação de um pessimista 64

2.2.4 Metodologia de seleção do *corpus* 66
3 POR UMA ANÁLISE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA DOS ARTIGOS DE LUIZ FELIPE PONDÉ 68
3.1 ANÁLISE 1: "Para além do niilismo" 69
3.2 ANÁLISE 2: "Dior not war" 75
3.3 ANÁLISE 3: "Esperança do mundo" 83
3.4 ANÁLISE 4: "O impasse conservador" 88
3.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS DA ANÁLISE QUALITATIVA E APRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DOS RESULTADOS 95
CONCLUSÃO 100
REFERÊNCIAS 105
ANEXOS 109
ANEXO A – "Para além do niilismo" (*Folha de S.Paulo,* 6 maio 2013) 109
ANEXO B – "Dior not war" (*Folha de S.Paulo,* 5 ago. 2013) 111
ANEXO C – "'Esperança do Mundo"' (*Folha de S.Paulo,* 12 maio 2014) 113
ANEXO D – "O impasse conservador" (*Folha de S.Paulo,* 11 ago. 2014) 115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de nossa pesquisa sobre o uso da retórica e da argumentação no artigo de opinião jornalístico da mídia contemporânea. Tal pesquisa está inserida no projeto organizado pela professora Doutora Maria Flávia Figueiredo que tem como tema "O *ethos*, o *pathos* e o *logos* e sua interdependência em textos verbais e verbo-visuais". Esse projeto visa à investigação do grau de ingerência entre os aspectos que constituem a tríade retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) em diferentes textos. Embora o projeto em sua totalidade contemple também os textos sincréticos, para o propósito deste trabalho, tomamos, como objeto de análise, somente textos verbais. Sendo assim, o *corpus* será constituído de artigos jornalísticos.

Com esta investigação, buscaremos identificar as estratégias retóricas e argumentativas presentes nos artigos de opinião escritos pelo filósofo contemporâneo Luiz Felipe Pondé. Para tanto, foram selecionados artigos escritos apenas por esse articulista com vistas à caracterização de sua produção propriamente. Além disso, verificaremos de que modo os elementos retóricos (*ethos*, *pathos* e *logos*) atuam na construção e caracterização do gênero selecionado para análise.

Antes de dar início à pesquisa, efetuamos uma revisão da literatura a fim de verificar o que já havia sido desenvolvido sobre o tema. Especificamente, pudemos encontrar dois trabalhos que tiveram seu objetivo próximo daquele proposto nesta pesquisa. A princípio, localizamos uma dissertação de mestrado intitulada *A organização retórica de artigos de opinião na imprensa e no jornal escolar* (2004), escrita por Cristina Márcia Maia de Oliveira e desenvolvida na Universidade Federal do Ceará. Em sua pesquisa, a autora pretendeu examinar a organização retórica do gênero artigo de opinião veiculado no jornal escolar de alunos, contrapondo-o ao artigo de opinião da imprensa; tratou-se, então, de uma análise comparativa. Encontramos, também, uma monografia, apresentada ao curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, intitulada *A retórica no jornalismo opinativo: uma análise da argumentação de Hélio Schwartsman* (2009). Nesse trabalho, foram selecionados sete artigos do articulista para constituir o *corpus*. Além do estudo do gênero artigo de opinião, objetivou-se a análise dos aspectos argumentativos tendo como

pressuposto teórico o *Tratado da Argumentação*: a nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

A respeito do artigo de opinião jornalístico, podemos afirmar ser um gênero textual caracterizado pelo posicionamento evidente do articulista. Temas diversos, como religião, ciência, comportamento, economia e política são abordados e discutidos sob a forma de argumentos. O orador/articulista objetiva formar ou modificar a opinião dos leitores convencendo-os de seu ponto de vista acerca de um tema; a fim de sustentar a tese, ele articula mecanismos retóricos que fundamentem sua opinião e conduzam à persuasão do auditório/leitor. Partindo-se dessas considerações, entendemos que esse gênero jornalístico é propício à análise retórica, uma vez que comporta figuras, estratégias linguísticas e mecanismos argumentativos que visam à defesa de uma tese e a possível persuasão do auditório. Além disso, a escolha do articulista Luiz Felipe Pondé se deu em função de seu caráter polêmico e provocativo. Tais adjetivos lhe são atribuídos constantemente pela mídia, pelas editoras e até mesmo pelo público leitor.

Passemos, agora, à descrição do *corpus* selecionado para análise nesta dissertação. O *corpus* escolhido constitui-se de quatro artigos de opinião publicados no Jornal Folha de S.Paulo, às segundas-feiras, no Caderno *Ilustrada* e escritos pelo filósofo, ensaísta e articulista brasileiro Luiz Felipe Pondé – conhecido pelo estilo provocativo, irônico e polêmico. Além de temas atuais (de ordem política, econômica e social), o filósofo discute questões relativas ao comportamento, à religião, à ciência e à filosofia; o que tem atraído leitores variados e garantido sua permanência como colunista no referido jornal desde agosto de 2008. Os artigos selecionados têm como título: 1.“Para além do niilismo” (6 jun. 2013); 2.“Dior not war” (5 ago. 2013); 3. “Esperança do Mundo” (12 maio 2014) e 4.“O impasse conservador” (11 ago. 2014).

Uma vez estabelecidos os objetivos, a justificativa e o *corpus*, passemos à metodologia adotada para este trabalho. Inicialmente, debruçamo-nos na pesquisa bibliográfica acerca da teoria retórica, a qual norteia esta dissertação. Posteriormente, passamos à coleta dos textos que formariam o objeto de análise. De 156 artigos publicados no biênio de 2013 a 2014, foram escolhidos, sistematicamente, quatro: dois por ano, um a cada semestre. Com vistas à uniformização da amostra, no primeiro semestre de cada ano, foi escolhido um artigo do mês de maio e, no segundo, do mês de agosto. Esperou-se, por meio da recorrência de determinados elementos retórico-argumentativos na amostra selecionada, obter uma caracterização da obra do articulista Luiz Felipe Pondé. Sendo assim, em relação

ao processo metodológico para a análise dos dados, foi utilizado o estudo qualitativo-quantitativo.

Para efetuar a análise almejada, o presente trabalho teve como fundamentação teórica a *Retórica* de Aristóteles, assim como a Nova Retórica por meio dos autores Perelman (2004), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), bem como dos estudiosos contemporâneos Reboul (2004), Meyer (1998, 2007), Plantin (2008), Ferreira (2010), Breton (2003), Tringali (1988) e Abreu (2009). No que se refere ao jornalismo opinativo, tomou-se, como referência teórica, Melo (2003). Além disso, as pesquisas de Santamaría Suárez e Casals Carro (2000) contribuíram às reflexões acerca da relação entre retórica e jornalismo opinativo.

As partes que constituem este trabalho foram organizadas da seguinte forma: o primeiro capítulo abarcará, *a priori*, algumas considerações sobre o discurso retórico, constituído de intensão persuasiva. Em seguida, apresentar-se-ão os aspectos históricos da retórica e da argumentação – desde seu surgimento até os estudos atuais. A breve explanação histórica tem como objetivo levar-nos à compreensão do estado dessa teoria na atualidade. Ademais, ainda nesse capítulo, serão apresentados alguns elementos retórico-argumentativos, tais como: as etapas do discurso, as provas retóricas, os gêneros aristotélicos, as técnicas argumentativas e as figuras, os quais subsidiarão a análise do *corpus*.

No segundo capítulo descreveremos, inicialmente, o diálogo entre a retórica e o artigo de opinião jornalístico. Para tanto, recorreremos, principalmente, aos estudos de Santamaría Suárez e Casals Carro (2000) por meio da obra *La opinión periodística: argumentos y géneros para la persuasión*. Ademais, quanto às contribuições acerca do gênero, traremos o teórico do jornalismo Melo (2003) com a obra *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Vale lembrar que, a fim de corroborar as reflexões sobre o artigo de opinião, estudiosos contemporâneos, tais como Rodrigues (2003) e Dayoub (2004), serão mencionados. Posteriormente, passaremos à descrição do *corpus* selecionado para esta dissertação. Com isso, visamos não somente caracterizar o gênero artigo de opinião jornalístico como também apresentar os artigos selecionados para análise, bem como contextualizá-los.

O terceiro e último capítulo abarcará a análise do *corpus* perpassada, sobretudo, pela teoria da retórica e da argumentação. Esse capítulo contemplará a análise das três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) identificadas ao longo dos artigos. A fim de obter uma análise mais ampla, procuraremos analisar não apenas as técnicas argumentativas (de ordem racional) pertencentes à instância do *logos*, como também propiciar um melhor entendimento da atuação do *ethos* e do *pathos* (de ordem emocional) como provas igualmente

relevantes na condução argumentativa de um texto que se propõe persuasivo. Ademais, ao selecionar artigos de opinião de apenas um articulista, pretendemos identificar o motivo central (REBOUL, 2004), o procedimento retórico organizador dos textos de Luiz Felipe Pondé.

Finalmente, cabe-nos salientar a pertinência deste trabalho aos estudos retórico-argumentativos, uma vez que tratamos de um importante gênero oriundo da mídia contemporânea que, dentre outros objetivos, visa à formação e/ou modificação da opinião pública. Ademais, esperamos contribuir às futuras pesquisas inseridas nessa abordagem teórica e que tenham interesse nos textos da comunicação jornalística.

1 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO: aspectos históricos e epistemológicos

> *A [...] retórica pressupõe a democracia como regime de liberdade e de justiça para todos; ou melhor, o próprio processo retórico é democrático, forja a democracia e nela pode florescer.*
>
> Rohden

O presente capítulo visa à apresentação da teoria que norteia esta dissertação. Propõem-se, a princípio, breves considerações sobre o discurso retórico e sua função persuasiva. Posteriormente, propõe-se um percurso histórico da retórica. Para tanto, serão abordados os seguintes períodos: seu surgimento na Grécia antiga no século V a.C., sua sistematização por meio de Aristóteles (s/d) e, por fim, sua revitalização sob o viés da argumentação por intermédio de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), no século XX. Além disso, os conceitos e as funções pertinentes à retórica e à argumentação serão trazidos, ao longo do texto, a fim de se privilegiar os aspectos recorrentes no *corpus* selecionado para esta pesquisa.

1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO RETÓRICO

A retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Eis a definição proposta por Reboul (2004) à arte sistematizada por Aristóteles na antiga Grécia. Desde os tempos antigos os homens tiveram a necessidade de, por meio da palavra, alcançar seus objetivos, obter a adesão de suas ideias. As necessidades básicas não mudaram e o terreno fértil para fazer florescer a retórica permanece o mesmo: a democracia. Nesse sistema político, temos a plena liberdade de emitir opiniões, temos o direito à palavra. Assim como nós, individualmente, os meios de comunicação também têm o direito de explicitar seus posicionamentos. O jornalismo de opinião, especialmente o artigo, fornece, aos que dele fazem uso, a oportunidade de expressar seu ponto de vista de forma clara e de sustentar sua tese a fim de obter a adesão do auditório. Temas polêmicos são postos e discutidos diante do leitor e a

retórica encontra aí seu espaço de atuação. Ora, por provocar ou aumentar a adesão do auditório às teses apresentadas pelo orador, temos o processo persuasivo. "Portanto, a retórica diz respeito ao discurso persuasivo, ou ao que um discurso tem de persuasivo" (REBOUL, 2004, p. XV). Invariavelmente, o artigo de opinião jornalístico discute questões polêmicas. A partir de um tema atual, desenvolve-se uma discussão mais profunda. A retórica existe onde há uma questão a ser debatida, ou seja, com a racionalidade retórica[1] podemos deliberar sobre questões controvertidas, o que constitui um dos pilares do filosofar, pois este vive do diálogo, da polêmica; dificilmente temos uma situação ideal, onde se poderia deduzir com um *calculus ratiocinator*. Há domínios como o direito, a literatura, a moral, a arte, a religião, a poesia que não podem ser pensados senão pela racionalidade retórica (ROHDEN, 2010). Por conseguinte, "a retórica atua no interior do discurso polêmico: aquele em que duas ou mais pessoas ou facções emitem opiniões discordantes" (FERREIRA, 2010, p. 98). Assim, conhecendo a pluralidade das opiniões, o orador/articulista procura reduzir a distância entre ele e o seu auditório; para tanto, utiliza técnicas argumentativas e mecanismos retóricos que possam corroborar sua tese e aproximá-lo do leitor. A esse respeito, Meyer (1998, p. 27) afirma: "a retórica é a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema".

Pois bem, após as breves considerações sobre o discurso persuasivo, passaremos à apresentação histórica da retórica. Faz-se necessária a compreensão de seu surgimento a fim de melhor compreendermos sua atual concepção.

1.2 A RETÓRICA ANTIGA

1.2.1 Surgimento da retórica

A retórica emergiu num contexto onde a palavra, com seu poder de persuasão, assumiu fundamental importância. Seu surgimento remonta ao século V a.C, quando os habitantes da Sicília tiveram suas propriedades usurpadas por tiranos. Como não detinham

[1] Rohden (2010, p. 34) explica que Aristóteles distingue duas racionalidades: "empírico-dialética" e "científico-apodítica"; ele defende o sentido e a importância de ambas para o âmbito filosófico. A racionalidade retórica (pertencente à racionalidade empírico-dialética) tem como campo próprio a verossimilhança.

poderio militar suficiente a fim de reivindicar suas propriedades, passaram a usar a arma que tinham como instrumento de reinvindicação: a palavra. A condução argumentativa determinava a eficácia persuasiva do discurso. Os processos de reivindicação tornaram-se numerosos e, aos poucos, os sicilianos fortaleciam sua eficácia persuasiva nas ações judiciais. Atenas foi o berço principal onde a arte da eloquência foi criada e desenvolvida, tal arte consistia em aprender a falar bem nas assembleias. Para tanto, se estudavam os lugares-comuns de que era necessário lançar mão a fim de captar a benevolência dos juízes ou então ampliar a importância do processo. Ela foi sistematizada, pela primeira vez, na Sicília, no séc. V a. C. Desde então, a eloquência passou a ser uma técnica de persuasão, uma arte: a retórica (ROHDEN, 2010).

Sendo assim, houve "indubitavelmente uma íntima conexão entre o desenvolvimento da retórica e um regime político onde o uso da palavra alcançasse seu pleno valor" (TOVAR, 1953 apud ROHDEN, 2010, p. 20). Nesse mesmo raciocínio, Ortega (1989 apud LIMA, 2011, p. 33) "relaciona o desenvolvimento da retórica com o estabelecimento da democracia grega, uma vez que tal regime permitiria a livre manifestação de opiniões individuais e coletivas". Nesse sentido, entendemos que o contexto democrático ateniense tenha proporcionado o surgimento da retórica, afinal, onde houver a livre manifestação das opiniões, ali haverá a necessidade da arte de persuadir pelo discurso. Ademais, somado ao novo contexto político de Atenas, tem-se o término das tiranias que, nessa época já eram consideradas caducas.

Ainda sobre o surgimento da retórica entre os gregos, temos a seguinte contribuição de Citelli (2005): a persuasão origina-se no discurso clássico, nascida entre os gregos e usada nas manifestações verbais públicas onde o convencimento era essencial, já que se tratava de um contexto democrático. Era necessário não apenas convencer, mas fazê-lo elegantemente. E a disciplina que cuidava de tal harmonia era a retórica. "Foi no exercício do Estado democrático que o vigor da palavra derrotou a força da espada e das riquezas" (ROHDEN, 2010, p. 23). A retórica emergiu num contexto onde a democracia despontava; é justamente num contexto de livre expressão do pensamento e das ideias que um bom orador tem a oportunidade de, através do discurso, convencer e/ou persuadir[2]. Na atualidade, a democracia permite que as diferentes opiniões possam ser representadas por múltiplos opinantes que, mais que orientar-nos, como deve fazer o editorial, por exemplo, pensam um

[2]Segundo Rohden (2010, p. 13), "convencer atinge todos os seres dotados de razão. É a perspectiva própria da dialética – onde o ouvinte fica consciente de algo, mas não age em função disso – que procura atingir a 'mente'. A persuasão vale para nós aqui e agora, procura afetar as capacidades sensoriais e emotivas e leva o ouvinte a assumir uma determinada atitude."

pouco por nós e nos reconfortam pela expressão da ideia que temos, mas que não formulamos com tamanha precisão (SANTAMARÍA SUAREZ; CASAL CARRO, 2000). Os articulistas, por exemplo, assumem essa posição através da liberdade de imprensa que têm, e manifestam explicitamente sua opinião. Isso só é possível num contexto democrático.

Voltando à questão do nascimento da retórica entre os gregos, para melhor compreendermos tal origem, necessitamos ter presente que eles eram munidos de um "espírito político" e litigioso. Explica-se, em parte, a necessidade de aperfeiçoarem sua arte discursiva para resolverem seus conflitos sociais e políticos (ROSS, 1987 apud ROHDEN, 2010). Nesse período, a retórica atuou, sobretudo, no âmbito judicial. Aliás, a origem da retórica é judiciária e não literária. A esse respeito, explica Reboul (2004) que na época dos conflitos judiciários (séc. V a. C.) não existiam advogados; ora, como então os litigantes poderiam defender-se? Era preciso fornecer meios que possibilitassem sua defesa. Para tanto, Córax[3] e Tísias, seu discípulo, publicaram a "arte oratória" que consistia na coletânea de preceitos práticos e exemplos, para que as pessoas, quando recorressem à justiça, pudessem fazer uso em seus processos. Ademais, Córax assim definiu a retórica: ela é "criadora de persuasão". Plebe (1978 apud LIMA, 2011) observa que a prática retórica foi precedente aos sicilianos Córax e Tísias, mas considera que foi com estes dois que ela ganhou "métodos e preceitos." E o autor prossegue:

> Por isto a sua [de Córax e Tísias] retórica assumia o aspecto técnico de uma *ars* com preceitos assentados cientificamente: sabemos, assim, de uma sua teoria do proêmio oratório [...]. Ela devia visar ao estudo das técnicas de demonstração da verossimilhança de uma tese dada (PLEBE, 1978 apud LIMA, 2011, p. 34-35).

Conforme Rohden (2010), o objetivo de Córax com a retórica era orientar os litigantes de seu país quanto aos procedimentos para ganhar suas causas nos tribunais. Sua *téchne* possuía um cunho prático e restringia-se ao gênero judiciário. Ademais, a procura do verossímil[4] caracterizava a retórica de Córax e Tísias. Ela deveria estar à procura das provas, possuir um caráter probatório. Ainda segundo o autor, o grande mérito de Córax e Tísias não

[3] Rohden (2010, p. 21) afirma que, "conforme Aristóteles, Córax e seu discípulo Tísias foram os verdadeiros fundadores da Arte Retórica". Ademais, "Córax é considerado o inventor do argumento que leva seu nome, o córax, e que deve ajudar os defensores das piores causas. Consiste em dizer que uma coisa é inverossímil por ser verossímil demais" (REBOUL, 2004, p. 3).

[4] "A verossimilhança lida com o probabilístico, ou seja, o que é verossímil (*eikós*) não tem em si o sentido de verdade irrefutável. Quando verossímeis, os discursos proferidos podem ser mais ou menos confiáveis, aceitos (ou não) por um indivíduo (ou um grupo de pessoas) quando são comparados a outros pronunciamentos que, possivelmente, podem refutar os primeiros" (LIMA, 2011, p.14).

se deu tanto em ter ensinado maneiras de falar bem através de um ensinamento metódico da eloquência como em ter fundamentado a arte da *inventio* – que permitia ao retórico buscar argumentos para o seu discurso. Córax concebeu o discurso como algo orgânico, com partes distintas e intimamente ligadas entre si. É a ele que se atribui a divisão do discurso em cinco partes: o exórdio, a exposição, a argumentação, a digressão e o epílogo.

Tísias, seu discípulo, deu continuidade ao processo de estruturação da arte retórica nascente através da fundação de uma escola em Siracusa. Seus discursos versavam, em sua maioria, sobre o gênero judicial. E foi graças à preferência por tal gênero que surgiu a concepção de que é o verossímil e não o verdadeiro que constitui o objeto da retórica. Rohden (2010, p. 22) prossegue dizendo que, "para Córax e Tísias, o objeto da retórica era persuadir, para Aristóteles, era 'encontrar em cada caso aquilo que pode ser apto à persuasão"[5].

Se em Córax o gênero judicial obteve especial relevância, em Górgias, a retórica surge numa perspectiva nova: estética e literária. Segundo Reboul (2004), Górgias foi um dos fundadores do discurso epidítico, isto é, do elogio público. Para tanto, ele cria uma prosa eloquente, multiplicando as figuras que possibilitam uma composição tão bela quanto a poesia. Segundo Rohden (2010), Górgias ensinou a arte de falar bem, de seduzir o auditório a fim de induzir a adesão. Podemos compreender, então, o porquê da ênfase no aspecto formal do discurso em detrimento de seu conteúdo. Assim, conclui-se que sua retórica é caracterizada como uma retórica do aparato.

Entre os sofistas[6], além de Górgias, temos Protágoras e Isócrates. Protágoras foi um dos maiores sofistas que viveu na Grécia e foi o primeiro a ensinar que, em "toda a questão, sempre se pode sustentar o pró ou o contra" (MARROU, 1975 apud ROHDEN, 2010, p. 27). Ele é conhecido por sua posição subjetivista e relativista dos valores. "Abandonando o critério de Verdade ou Falsidade, se interessou pelo critério pragmático do melhor ou pior, acenando, assim, ao conceito de verossimilitude" (ROHDEN, 2010, p. 27), que será retomado posteriormente por Aristóteles. A esse respeito, Reboul (2004) acrescenta que, recordando a tese de Protágoras de que "o homem é a medida de todas as coisas", somos conduzidos a seguinte concepção: as coisas são conforme parece a cada homem, ou seja, não há um critério de verdade, antes, há um completo relativismo. "O importante é aquilo que lhe permite fazer-se valer e impor-se, que é precisamente a retórica" (REBOUL, 2004, p. 8).

---

[5] Os estudos aristotélicos serão abordados no tópico seguinte.

[6] "Originalmente o termo 'sofista' significava o que possui *sofia*, ou seja, uma experiência de caráter intelectual ou inclusive prático, e que se serve dessa sofia como de um instrumento. A palavra sofista significou também o sábio, o filósofo [...]. Só posteriormente surgiu a figura do sofista como aquele que exerce a profissão de retórico, de político e a comunica aos demais mediante o pagamento de suas lições" (ROHDEN, 2010, p. 24).

Isócrates (discípulo de Górgias) foi professor de eloquência e introduziu a retórica no ensino de Atenas, conferindo-lhe unidade entre sua utilidade prática e educativa. Além disso, Rohden (2010) afirma que, para Isócrates, o discurso era uma obra de arte, portanto, atribuiu uma grande importância à nobreza das expressões e à harmonia dos períodos. A retórica deixa de ser simples instrumento de propaganda e converte-se em instrumento de ação, sobretudo de ação política. Para ele, a capacidade discursiva é o sinal mais importante da razão humana. O sentido da arte retórica em Isócrates é compreendido por meio do elogio ao *logos* – ao valor atribuído à linguagem discursiva. Em suma, "a arte retórica é uma criação poética que não pode negligenciar sua dimensão técnica bem como não pode se deixar absorver por ela" (ROHDEN, 2010, p. 33). Isócrates superou os sofistas ao desenvolver a retórica dando atenção à forma e ao conteúdo – meio e fim orientados ao bem[7], sobretudo ao bem da *pólis* grega, ou seja, ao bem objetivo supremo, segundo ele.

Por fim, convém falar sobre Platão e de sua reprovação quanto à prática sofística. Para ele, a retórica – definida como um falso saber – se opunha à filosofia. Dayoub (2004, p. 5) comenta que, "em nome da filosofia e da ética educativa, Platão passa a negar à retórica o caráter de verdadeira técnica, por entender que, na sua utilização, o orador não assentava seu discurso em conhecimento algum, mas tinha como base a opinião e o verossímil [em detrimento da verdade]". Sobre essa questão, vale mencionar a asserção de Barilli (1987 apud DAYOUB, 2004, p. 5):

> As coisas são bem diversas se partirmos do pressuposto de que, pelo menos no universo das ocupações humanas, não existe "verdade" segura e unívoca que possa triunfar; existem unicamente argumentos mais ou menos convincentes; e é então dever e direito de quem está convencido da sua qualidade torná-los "melhores", mais competitivos, fazê-los aceitar pelos outros.

Vale lembrar que o posicionamento crítico de Platão se devia especialmente aos sofismas que, segundo ele, visavam ao engano. Sendo assim, a retórica estava diretamente relacionada aos raciocínios falaciosos. Segundo Meyer (2007), a condenação de Platão à retórica foi determinante na constituição de sua história. A partir dele, ela foi frequentemente reduzida à manipulação dos espíritos.

[7] Isócrates "moraliza a retórica ao afirmar em alto e bom som que ela só é aceitável se estiver a serviço de uma causa honesta e nobre" (REBOUL, 2004, p. 11). Tal afirmação é uma resposta à prática sofística que consistia em persuadir o auditório a respeito de quaisquer que fossem as questões e finalidades.

Aristóteles, entretanto, atribuirá à retórica uma função positiva e necessária aos assuntos que fogem à certeza científica. A vida cotidiana oferece-nos questões que, por sua natureza relativa e incerta, requerem o auxílio de uma argumentação que responda às subjetividades e contrariedades inerentes às relações humanas. Lima (2011) comenta que, pensando na importância da retórica com o objetivo de nortear a comunicação, Aristóteles ordena a construção dos discursos a serem proferidos em diversos contextos. Tal sistematização culminou na obra intitulada *Retórica*.

1.2.2 Aristóteles e a arte retórica: a formação do sistema retórico

Como vimos anteriormente, o discurso persuasivo remonta à antiguidade clássica, com os gregos que, pela palavra, exerciam seu direito de reivindicação das propriedades, bem como aos demais benefícios pertencentes ao sistema democrático nascente. Filósofos como Sócrates e Platão refletiram sobre a linguagem, contudo, foi com Aristóteles que o discurso foi analisado sistematicamente. Segundo Citelli (2005), a *Retórica*[8] – manual clássico de estudos da composição dos textos – é o resultado dos estudos retóricos do filósofo estagirita[9]. Dentre alguns dos temas tratados na obra, pode-se citar: elementos de gramática, lógica, filosofia da linguagem e estilística. Resumidamente, poder-se-ia definir como um conjunto de normas que investiga o significado do procedimento persuasivo. Ademais, no preâmbulo da obra, percebemos o seu objetivo: buscar princípios gerais da argumentação. Não se tratava mais de apenas oferecer meios oriundos da experiência cotidiana que visava unicamente à persuasão. A respeito disso, Rohden (2010, p. 55) esclarece-nos:

> No preâmbulo da A.R., Aristóteles declara que seus predecessores contentaram-se em recolher receitas retóricas do empirismo e da rotina. Não estavam interessados em buscar os princípios gerais da argumentação, mas em indicar aos retóricos os meios de captar os favores dos juízes.

Além disso, prossegue Rohden (2010) dizendo que, conforme lembra-nos Aristóteles, as diversas artes do discurso até então elaboradas não contemplaram o elemento

[8] O termo *Retórica* (em *itálico* e iniciado com letra maiúscula) refere-se à obra aristotélica composta por três livros. Por outro lado, o termo "retórica" (iniciado com letra minúscula) refere-se às referências gerais sobre o tema, desde seu surgimento até aos estudos contemporâneos.

[9] Estagirita em referência à cidade onde Aristóteles nasceu: Estagira. O termo será usado, em alguns momentos, em substituição ao nome do filósofo.

argumentativo da retórica; houve ênfase somente nos efeitos exteriores, tais como a produção de emoção no auditório. A influência de ordem emocional deveria ser decorrente do próprio discurso e não de estratagemas inventados e empregados nos tribunais. A oposição de Aristóteles não se deveu somente a essa questão. Na *Retórica*, o filósofo estagirita apresenta-nos uma concepção diversa à visão platônica. Segundo Platão, apenas os discursos "científicos" poderiam reproduzir adequadamente a ordem real das ideias. Dessa forma, "a verdade, para Platão, situava-se no plano da referência, não no da comunicação" (ROHDEN, 2010, p. 55). Segundo Aristóteles (apud ROHDEN, 2010), na vida cotidiana não nos apoiamos em verdades absolutas, antes, regramos nossa conduta pela verdade "relativa", por verossimilhanças e probabilidades. Portanto, serão as opiniões as premissas dos raciocínios retóricos. Excepcionalmente essa arte recorrerá ao uso da verdade científica, mas sua característica não será essa. Seu campo próprio será o da verossimilhança. Nesse raciocínio,

> Os conteúdos culturais tematizados pela [...] *Retórica* fazem parte do mundo da opinião. Diferem do conteúdo rigoroso e necessitário da ciência que ignora o *mundo da vida*, seus valores e seus conceitos, enquanto procura persuadir ou exercer uma ação eficaz sobre os destinatários. Limita-se a tornar mais ou menos plausíveis opiniões ou pontos de vista, sem fornecer garantia da verdade e da falsidade das questões ético-políticas (ROHDEN, 2010, p. 126, grifo do autor).

Santamaría Suarez e Casals Carro (2000) comentam que, para Aristóteles, a retórica é a contraparte da dialética. Ambas tratam sobre temas opináveis, mas a dialética expõe e a retórica busca em cada caso aquilo que é apto para persuadir, assim como o que parece sê-lo. Em sua obra, Aristóteles afirma que a retórica possui alguns elementos técnicos para dominar essa arte da refutação e da confirmação: é uma disciplina argumentativa. Ademais, ele prossegue dizendo que "a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada" (ARISTÓTELES, 2012, p. 12-13); e prossegue: "Persuadimos [...] pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece ser verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular". Tais afirmações são de extrema relevância para este trabalho, uma vez que temos como objetivo identificar (ou descobrir) os meios de persuasão utilizados no gênero selecionado para a constituição do *corpus*. Os demais conceitos propostos por Aristóteles serão explanados ao final deste percurso histórico.

1.3 ENTRE A RETÓRICA CLÁSSICA E A NOVA RETÓRICA

Foi no período relativo à Antiguidade que a retórica encontrou espaço de atuação e oportunidade de ser sistematizada por Aristóteles. Além disso, em Atenas ela adquiriu uma função prática uma vez que se tratava de um contexto democrático.

Contudo, no fim da Antiguidade, um problema se apresenta: a relação entre a retórica e a nova religião, a saber, o cristianismo. Segundo Reboul (2004, p. 77), o cristianismo "situa-se em ruptura total com a cultura antiga, cujo 'cerne' é constituído pela retórica: cultura pagã, idólatra e imoral, que só poderia afastar a redenção, 'única coisa necessária'". Não obstante, os cristãos logo aceitaram a cultura romana (inclusive a retórica) e perceberam que a língua e a retórica são imprescindíveis por algumas razões. Em primeiro lugar porque a Igreja, em seu papel missionário, não podia negligenciar a retórica, muito menos a língua. Não podia desprezar estes meios de comunicação e persuasão que estariam nas mãos de adversários. Outra razão é que a Bíblia é profundamente retórica, uma vez que nela encontramos metáforas, alegorias, jogos de palavras, antíteses, argumentações, etc. (REBOUL, 2004). Sendo assim, mesmo que no princípio o cristianismo tenha surgido como um problema, ele nada tem a ver com o declínio da retórica, uma vez que ele mesmo fez uso dela a fim de propagar sua doutrina. Ademais, segundo Reboul (2004), a retórica desenvolveu-se durante toda a Idade Média, tanto na literatura profana quanto na pregação cristã.

A partir do Renascimento, voltam os cânones antigos e seu ensino constitui o ciclo básico de toda a escolaridade. Entretanto, é nesse período que se inicia o declínio da retórica. "As novas ideias vão dar-lhe o golpe mortal, rompendo o elo entre o argumentativo e o oratório, que lhe davam força e valor" (REBOUL, 2004, p. 79). Essa cisão ocorreu a partir do século XVI. Porém, vale lembrar que os retóricos apareceram até o século XIX, sobretudo na Inglaterra, fazendo uso completo do sistema retórico.

Apesar disso, no século XVII, por meio de Descartes, a retórica sofre um rompimento de um de seus principais pilares: a dialética. Ele repudiará a dialética por pautar-se em opiniões verossímeis e sujeitas a discussão. Segundo Descartes, somente a verdade pode ser evidente e capaz de gerar um acordo entre os espíritos. Ele tomará a atitude de considerar como falso tudo o que for apenas verossímil, e sua filosofia terá como base as demonstrações matemáticas, orientadas pelo encadeamento de evidências (REBOUL, 2004, p. 80).

Com o passar dos tempos, na tentativa de resgatar o conceito de racionalidade retórica, muitos pensadores voltaram-se apenas ao aspecto formal, à composição e ao estilo do discurso. Na verdade, foi no século XIX que a retórica realmente declinou, a ponto de quase desaparecer (REBOUL, 2004, p.77). Ou seja, a Retórica Clássica reduziu a Retórica Antiga à elocução somente. Rohden (2010) menciona que, abrangendo os campos da argumentação, comparação e elocução, a retórica foi reduzida a esse último aspecto, o que significou concebê-la como simples taxonomia[10] de figuras. A retórica, nesse período, se concentrou no estudo das figuras em textos literários, ou seja, apenas figuras de estilo, sem vínculo com a intenção persuasiva no uso da linguagem; teve como finalidade produzir a ornamentação linguística constituída pelas figuras e pelos tropos[11] (DAYOUB, 2004). Seguindo essa linha de raciocínio, Meyer (1993, p. 20) afirma que, nesse tempo, "a retórica tinha cada vez menos a ver com a argumentação propriamente dita e reduzia-se cada vez mais à linguagem do cortesão, às belas fórmulas ou à ornamentação estilística e literária". Rohden (2010) observa que tal prática não foi bem-sucedida porque, ao buscarem compreender a retórica apenas como arte de bem falar, prescindiram dos elementos ético-políticos que fundamentavam a retórica aristotélica.

Pois bem, após as breves considerações sobre o período compreendido entre a Antiga e a Nova Retórica, passemos às considerações acerca desta última.

1.4 A NOVA RETÓRICA

Na segunda metade do século passado, emergiram os estudos relativos ao discurso persuasivo, e a retórica ressurge sob o viés argumentativo por intermédio dos pesquisadores Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca com o livro *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2005). Essa publicação representou uma verdadeira renovação nos estudos da retórica. Sua tarefa vincula-se a duas perspectivas: às figuras de linguagem e às técnicas argumentativas. "Segundo os contemporâneos estudiosos da retórica, essa obra representa o marco de transição da retórica ornamental para a retórica

[10] Taxonomia é a ciência ou a técnica de classificação (HOUAISS, 2001).

[11] "Um tropo, ou figura de estilo, é um desvio de sentido, um rodeio inabitual relativamente ao sentido literal" (MEYER, 1998, p. 105).

instrumental" (DAYOUB, 2004, p. 36). Com isso, ressurgem os estudos que visam apreender os mecanismos discursivos que corroboram a adesão das ideias apresentadas. Os autores buscaram, segundo Reboul (2004), a lógica do valor[12], paralela à da ciência, e encontraram-na na antiga retórica completada pela dialética. Viram que, entre a demonstração científica e a arbitrária, existe uma lógica do verossímil – que será denominada de argumentação. Basicamente, a obra constitui um estudo dos tipos de argumentos; trata-se, portanto, de uma retórica centrada na *invenção*. Sobre o ressurgimento da retórica por meio de seus estudos, Perelman (2004, p. 220) explica-nos o seguinte:

> Demos o nome de *retórica* à disciplina que propomos, assim, reviver, porque percebemos rapidamente que, pelo menos na Antiguidade grega, e particularmente em Aristóteles, a retórica tinha precisamente como objeto o estudo dessas técnicas de argumentação não coerciva, cuja meta era estear juízos e, com isso, ganhar ou reforçar o assentimento das mentes.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4) afirmam que o objeto de seu estudo são as "técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento".

O estudo das técnicas argumentativas – outrora sistematizadas por Aristóteles e revitalizadas no século XX – é, então, relevante, uma vez que, segundo Perelman (2004), o homem, que vive em sociedade, discute com os demais, com a intenção de levá-los a compartilhar algumas de suas opiniões. É relativamente incomum que recorra unicamente à coação. Geralmente ele procura convencer e, com esse intuito, raciocina e administra provas. Esses meios de prova (estudados pela lógica) podem consistir numa demonstração rigorosa. Entretanto, uma parcela considerável das provas utilizadas em direito, em moral, em filosofia, nos debates políticos e na vida diária, não pode ser considerada relacionada à lógica *stricto sensu*. "Apenas a existência de uma argumentação que não seja nem coerciva nem arbitrária, confere um sentido à liberdade humana, condição de exercício de uma escolha racional" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 581).

---

[12] "Fundados na ruptura [em referência à tradição cartesiano-positivista de rejeição à prática retórica] com a razão necessária e evidente, Perelman e Olbrechts-Tyteca elaboraram a 'filosofia do razoável' – ética e epistemológica –, explicando as condições do saber e agrupando conhecimentos. Esse entendimento recobre a Nova Retórica e propõe um novo conceito de racionalidade, que se assenta no raciocínio prático e se compatibiliza com a vivência pluralista, com a diversidade de princípios e com a liberdade humana. O texto argumentativo, assim, passa a ser visto numa perspectiva de interação entre o científico e o evidente" (DAYOUB, 2004, p. 37).

1.5 CONCEITOS RETÓRICOS ADVINDOS DA RETÓRICA ARISTOTÉLICA E DA NOVA RETÓRICA

A partir daqui, serão abordados conceitos retóricos oriundos tanto da retórica aristotélica como da nova retórica e dos estudos contemporâneos; eles nos serão úteis para efetuar a análise do *corpus* selecionado.

1.5.1 Funções da retórica

Reboul (2004) explica-nos que a retórica apresenta quatro funções que, segundo ele, são os diversos serviços prestados àqueles que fazem uso dela. Dentre as funções elencadas por ele, destacaremos três: *função persuasiva, função hermenêutica* e *função heurística*.

A primeira função (a *persuasiva*) advém da própria definição proposta por ele: "a retórica é a arte de persuadir pelo discurso". A pergunta que se faz é: por que meios um determinado discurso é persuasivo? Esses meios podem ser de ordem racional ou afetiva e, nesse caso, seria mais adequado dizer mais racional ou mais afetivo, já que ambas as instâncias são inseparáveis. Os meios oriundos da razão são os argumentos manifestados por meio do silogismo ou do exemplo. Os meios decorrentes da afetividade são os relacionados ao caráter do orador e à disposição do auditório. Pode-se relacionar esses meios às seguintes funções: o *logos* (*docere*), a de ensinar; o *ethos* (*delectare*), a de agradar e o *pathos* (*movere*), a de "tocar" os sentimentos do auditório. Cícero[13] (apud REBOUL, 2004, p. XVIII) distingue *docere*, *delectare* e *movere* da seguinte forma:

- *Docere* (instruir, ensinar) é o lado argumentativo do discurso.
- *Delectare* (agradar) é seu lado agradável, humorístico, etc.

[13] "A partir do século I a.C., a retórica torna-se também latina: Cícero, nascido em 106 a.C., em Arpino, uma terra volsca, viveu no mais belo século da eloquência romana. Seus ensinamentos figuram essencialmente em *Do orador*. Ao lado de Platão e de Aristóteles, o modelo ciceroniano introduz o privilégio da retórica e a leva ao nível de arte das artes. Difunde uma visão de cultura em que a retórica cumpre um papel centralizador e unificador. Cícero repensou a teoria aristotélica e demonstrou para os romanos a força e a beleza da palavra. Contribuiu também para o florescimento da retórica romana o tratado de autoria anônima *Rhetorica ad Herennium* (século I a.C.), que populariza as fontes gregas e firma terminologia retórica em latim" (FERREIRA, 2010, p. 44).

- *Movere* (comover) é aquilo com que ele abala, impressiona o auditório.

Nesse sentido, Santamaría Suarez e Casals Carro (2000, p. 128) demonstram a aplicação desses meios persuasivos como três condições fundamentais ao artigo de opinião:

> *Delectare* com um estilo claro e agudo, porque o tédio impede a leitura e, claro, a compreensão. Ensinar [*docere*], porque todo artigo há de mostrar um pensamento e não um lugar comum. Comover [*movere*] ou induzir à reflexão ou à adesão, porque esse é o seu fim último e inseparável da persuasão. Três condições para todo artigo de opinião (SANTAMARÍA SUAREZ; CASALS CARRO, 2000, p. 128, tradução nossa).

A segunda função (a *hermenêutica*)[14] visa a compreender o discurso do outro. Reboul (2004) afirma que a retórica não é mais ensinada como a arte de produzir os discursos persuasivos, mas a arte de interpretá-los. É preciso ter presente que o discurso não é produzido de forma isolada, antes, é constituído em consonância a outros discursos. Nesse sentido, "a lei fundamental da retórica é que o orador – aquele que fala ou escreve para convencer – nunca está sozinho, exprime-se sempre em concordância com outros oradores ou em oposição a eles, sempre em função de outros discursos" (REBOUL, 2004, p. XIX).

A *função heurística* (do verbo grego *euro*, *eureka*, que significa encontrar) assume o papel da descoberta. Ao utilizar a retórica, não visamos apenas compreender os discursos, mas também encontrar alguma coisa. A arte de persuadir só pode ser exercida a partir do momento em que haja discursos para serem interpretados; nesse sentido, pressupõe-se que não estamos sozinhos, há outros discursos sendo produzidos. A função heurística é a função da descoberta. Vivemos num mundo onde não há certezas e evidências, na verdade contamos apenas com probabilidades. Contudo, isso não significa que estamos entregues ao caos, ao aleatório. Não se pode prever com toda a certeza, mas é possível que prevejamos com alguma probabilidade. Não se pode afirmar que algo seja verdadeiro ou falso, mas pode-se afirmar que algo é mais ou menos verossímil. E como achar o verossímil? Reboul (2004) recorda a lei fundamental da retórica: o orador nunca está sozinho. O advogado mais hábil tem diante de si outros advogados que fazem o mesmo trabalho em sentido inverso. Num mundo onde não há evidências nem demonstrações, o papel da retórica, ao defender uma determinada causa, é esclarecer aquele que deve dar a palavra final. Além disso, contribui, onde não há decisão preestabelecida, para inventar uma solução. "E faz isso instaurando um debate contraditório, só possível graças a seus 'procedimentos', sem os quais logo

[14] Dá-se o nome de Hermenêutica à arte de interpretar textos.

descambaria para o tumulto e a violência" (REBOUL, 2004, p. XXI). A retórica possui, definitivamente, a função da descoberta.

1.5.2 Orador e auditório

Segundo Aristóteles (2012), o discurso argumentativo é composto por três elementos: o que fala (orador), aquilo sobre o qual se fala e àquele a quem se dirige (auditório). Nos estudos retóricos, aquele que fala é o orador e aquele a quem se dirige, o auditório.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dedicam boa parte de seu *Tratado da Argumentação* ao estudo da relação existente entre o orador e o auditório. Para que haja uma argumentação, a defesa de um ponto de vista, de uma opinião, faz-se necessário um auditório que esteja disposto a ouvir. E isso não se dá somente nos discursos orais, o escritor igualmente deve levar em consideração esse princípio. Segundo os autores, todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito comum se esquecer de que o mesmo acontece com o discurso escrito. O discurso é realizado em função direta do auditório – ou seja, aqueles a quem o orador deseja influenciar com sua argumentação. A ausência física de leitores pode conduzir o escritor a acreditar que está sozinho, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou não, por aqueles a quem pretende se dirigir. "Para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 18).

Breton (2003) procura definir o orador, o auditório e o "contexto de recepção". Para ele, o *orador* é aquele que argumenta e dispõe de uma opinião; consequentemente, coloca-se na posição de transportar e submeter esse ponto de vista a um auditório para que ele possa partilhar dele. A argumentação, nesse sentido, é vista como um ato que objetiva a modificação do contexto de recepção. O *auditório* pode ser uma pessoa, um grupo de pessoas, um conjunto de públicos ou até mesmo o próprio orador. O *contexto de recepção* refere-se ao conjunto das opiniões, dos valores e julgamentos partilhados pelo auditório; eles preexistem à argumentação e desempenham um papel na recepção dos argumentos (recusa ou adesão).

Dayoub (2004) afirma que, em se tratando de intensidade de adesão, haverá o predomínio da competência argumentativa do orador. Seus métodos e técnicas retóricas

deverão ampliar o tipo de auditório para o qual pretende dirigir-se. Além disso, precisa saber para quem vai discursar e quais argumentos serão utilizados para tanto.

> Ele precisa "ser reconhecido como um orador de valor, para que seus argumentos sejam conhecidos e respeitados pelo auditório". São necessários um orador reconhecido, um auditório disposto a ouvir e argumentos que sejam considerados verossímeis e compatíveis com a realidade do público a quem se dirige o discurso (DAYOUB, 2004, p. 41).

A eficácia argumentativa dependerá da adequação do orador ao auditório. Além disso, outro fator importante para o processo retórico é o conhecimento e a escolha do gênero que o orador utilizará para desenvolver seu raciocínio e alcançar o seu auditório. A fim de elucidar essa questão, passemos à reflexão acerca dos gêneros retóricos.

1.5.3 Os gêneros retóricos

Aristóteles sistematiza os gêneros em sua obra *Arte Retórica*. Nela, o filósofo classifica os três gêneros oratórios: o gênero judiciário, o gênero deliberativo e o gênero epidítico. A classificação aristotélica serviu de referência durante séculos aos estudos acerca do gênero. A fim de explicar cada um dos gêneros classificados por Aristóteles, tomaremos a obra de Tringali (1988).

Ao comentar sobre o gênero judiciário, ele afirma que os discursos proferidos nessa esfera surgem em função de um julgamento formal. Trata-se da acusação ou defesa, possuindo como valores o justo e o injusto. Nesse gênero, o auditório é convertido em juiz condenando ou absolvendo, uma vez que há sempre um réu que será declarado inocente ou culpado. No que se refere ao tempo, o discurso judiciário se volta ao passado, afinal, apenas se julga um fato consumado. Finalmente, são considerados textos judiciários aqueles onde há a defesa ou acusação, onde se condena ou absolve um réu, independente da formalização do julgamento.

O gênero deliberativo (ou político) "refere-se a uma ordem moral e política mais elevada, mais abrangente. As questões referentes a esse gênero tratam de assuntos que interessam a toda uma comunidade" (ROHDEN, 2010, p. 65). Tal gênero, segundo Ferreira (2010), aconselha ou desaconselha uma assembleia para que conclua se o que é tematizado será ou não útil à sociedade no futuro.

Aos dois gêneros supracitados,

> juntou-se um tipo de discurso de elogio funeral em que se tratava de louvar as virtudes do defunto, pode-se considerar o início do terceiro gênero retórico, o demonstrativo ou epidíctico que, mais adiante, referir-se-á a qualquer pessoa não necessariamente falecida ou *a diferentes aspectos da vida ou da sociedade de um ponto de vista positivo ou negativo* (RUIZ DE LA CIERVA, 2014, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

Tem-se o gênero epidítico (ou laudatório) quando, depois de ouvido o discurso, o ouvinte manifesta sua satisfação: se gosta ou não, se concorda ou discorda. Tal discurso pode exercer influência considerável naquele que ouve, contudo, não implica necessariamente uma decisão ulterior ao discurso. Tringali (1988) ainda contribui a esse respeito ao afirmar que o discurso epidítico louva ou vitupera algo, ou seja, compreende tanto a exaltação quanto o vilipêndio. É, pois, um gênero orientado ao elogio ou à censura.

A fim de ilustrar os gêneros oratórios supracitados com suas características específicas, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Gêneros retóricos

	Auditório	**Tempo**	**Ato**	**Valores**	**Argumento-tipo**
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo) Amplificação
Epidíctico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fonte: REBOUL (2004, p. 47)

Vale lembrar que, conforme afirma Ferreira (2010), dificilmente são encontrados discursos puros, com absoluta predominância de um determinado gênero oratório. Os gêneros se misturam em proporções variadas e apontam a um predomínio. O caráter persuasivo é comum a todos os gêneros, assim, a competência argumentativa é requerida em todos os casos. Além disso, Reboul (2004) afirma que, antes de iniciar um discurso, é necessário perguntar-se sobre o que ele deve abordar, portanto, sobre o tipo de discurso, o gênero que convém ao assunto.

Os gêneros retóricos clássicos nunca foram deixados de se usar absolutamente; eles são recuperados e atualizados conforme as circunstâncias e as novas tecnologias, mas, pode-se afirmar que seguem válidos e mantêm sua concepção primitiva naquilo que é

essencial (RUIZ DE LA CIERVA, 2014). Por exemplo, na atualidade, os gêneros jornalísticos em geral e, especialmente, o artigo de opinião – onde cabe uma intervenção pessoal do escritor (excluindo a simples informação que deve estar despojada de qualquer tipo de conotação ideológica) –, são os textos retóricos de hoje em dia não limitados à simples exposição, imediata e direta, dirigida a um público em uma assembleia, em um parlamento ou em um tribunal, sem ultrapassar os limites do lugar e de sua pronunciação presencial. "Na oratória tradicional, os ouvintes ou espectadores assistem ao orador para escutá-lo, na atualidade, é o orador que, através da mídia, divide-se e invade os espaços dos ouvintes: ele pode falar na sala de sua casa, na sala de jantar, no dormitório, etc." (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2006 apud RUIZ DE LA CIERVA, 2014, p. 28, tradução nossa).

Finalmente, é importante reiterar que a escolha do gênero pelo qual o orador realizará sua exposição é fundamental "porque dele dependem os diferentes recursos textuais que necessitam escolher para sua eficácia comunicativa e a consecução de sua finalidade persuasiva" (RUIZ DE LA CIERVA, 2014, p. 13, tradução nossa).

Uma vez expostas as considerações acerca dos gêneros retóricos, passemos à explanação do sistema retórico.

1.5.4 O sistema retórico

Conforme foi dito, Aristóteles propôs, em sua obra, a reabilitação da retórica "ao integrá-la numa visão sistemática do mundo, [...] transformou-a num sistema, que seus sucessores completarão, mas sem modificar" (REBOUL, 2004, p. 43). O sistema começa com a classificação de quatro partes – etapas do discurso pelas quais o orador deve percorrer a fim de compô-lo –, a saber: a invenção, a disposição, a elocução e a ação.

1.5.4.1 A fase da invenção

A fase correspondente à invenção refere-se à busca dos argumentos e meios que possibilitem o processo persuasivo. "Invenção é palavra originada do latim *inventio* e se liga ao verbo *invenire*: descobrir, achar, encontrar. Em retórica, refere-se ao momento de busca das provas que sustentarão o discurso" (FERREIRA, 2010, p. 63). Nesse mesmo

raciocínio, Tringali (1988, p. 62) afirma que, "invenção, no sentido estrito e específico, que tem em Retórica, se limita à busca das provas que constituem a substância da invenção. E tal é sua relevância que Aristóteles chega a definir a Retórica pela invenção: a arte de achar em qualquer questão os meios de prova". Após a tomada de posição frente a uma questão, o orador passa a procurar as provas que servirão como meio de obtenção do fim último da retórica: persuadir.

Tringali (1988) prossegue dizendo que as provas são reduzidas a raciocínios. O raciocínio (exteriorizado) para provar, denomina-se argumento. Os argumentos ou provas se dividem em provas extrínsecas e provas intrínsecas, ou seja, há dois meios de provas que visam à persuasão.

As provas extrínsecas (ou extratécnicas) preexistem à demonstração feita pelo orador, referem-se a provas não inerentes à retórica. "Elas têm sua fonte num fato, numa circunstância externa, são eventuais e variáveis e dependem de outras esferas de conhecimento" (TRINGALI, 1988, p. 68). A esse respeito, Reboul (2004) afirma que as provas extrínsecas como, por exemplo, as testemunhas, as confissões, as leis, etc., são apresentadas anteriormente à invenção. Segundo Ferreira (2010), a retórica situa-se no âmbito da controvérsia, da discussão; sendo assim, as provas extrínsecas são muito utilizadas como meios de prova que objetivam assegurar a veracidade de uma ideia ou de um fato. Além disso, tais provas visam a demonstrar se, o que é argumentado, pauta-se no verossímil; e isso se dá consoante às disposições do auditório. Finalmente, Tringali (1988, p. 68) faz a seguinte contribuição: "As provas extrínsecas ganham novos contornos, se pensarmos que nelas se incluem as citações dos entendidos. Os bons autores gozam de autoridade e dão reforço à prova".

As provas intrínsecas, por sua vez, são aquelas criadas pelo orador. Em detrimento das provas extrínsecas, elas não vêm de fora: são imanentes à retórica. Vejamos:

> A retórica distingue três meios de "provar" pela fala, isto é, de validar uma opinião aos olhos de um auditório concreto: o *logos* (provas proposicionais), o *ethos* e o *pathos* ("provas" não proposicionais); nos dois últimos casos, "prova" é tomada no sentido de "meio de persuasão" (PLANTIN, 2008, p. 111).

Aristóteles, em sua *Retórica*, fundamenta essas três provas utilizadas pelo orador visando ao convencimento e/ou à persuasão do auditório. O *ethos* refere-se à imagem que o orador constrói de si mesmo por meio do discurso. O *pathos*, como argumento de

ordem psicológica, possui vínculo com a afetividade, é referente ao auditório, às paixões despertadas nos ouvintes. O *logos* são as provas proposicionais, refere-se ao discurso em si e a como os argumentos são selecionados e ordenados com vistas à sustentação da tese. Enquanto o *ethos* e o *pathos* são meios de persuasão de ordem emocional, o *logos* é um meio de ordem racional. De uma forma ou de outra, as três provas são articuladas segundo a intenção do orador num determinado discurso. Elas são imbricadas, contudo, é possível verificar um predomínio de uma prova em detrimento de outra. Vejamos, agora, as especificidades de cada uma delas:

- *Logos*

Ferreira (2010) afirma que até o século V a.C. a palavra *logos* tinha como significado "palavra falada" ou "escrita", o verbo. Com os estudos de Heráclito de Éfeso, *logos* passou a ter o conceito de razão. Num sentido amplo, todo discurso é construído em função de um tema que é problematizado gerando, assim, questões. Assim como as demais provas, o *logos* se encarrega do discurso persuasivo, uma vez que, por meio dele, demonstramos o que parece ser verdade conforme o que se conhece de cada assunto. As provas lógicas, centradas no *logos*, fazem uso dos raciocínios que, por sua vez, são utilizados como meios de persuasão.

As provas lógicas compreendem os silogismos (dedutivos) e exemplos (indutivos); objetivam clarificar a mente, persuadir por intermédio do convencimento mental. Trata-se da condução racional de uma demonstração através do orador. Para tanto, os raciocínios e exemplos são utilizados. Tringali (1988) comenta que o silogismo é uma forma de argumentar que, estabelecidas as premissas, seja seguida uma conclusão – que deve ser inevitável. Assim, o autor propõe o seguinte silogismo:

(1) Todo homem é mortal (premissa maior);
(2) Ora, Sócrates é homem (premissa menor);
(3) Logo Sócrates é mortal (conclusão).

O silogismo pode ser apodítico, dialético ou sofístico. Vejamos:

- Silogismo apodítico: chamado também de demonstrativo ou cientifico. Trata-se de um raciocínio que compreende premissas verdadeiras e certas que culminam numa conclusão igualmente verdadeira e certa. A evidência caracteriza tal raciocínio.
- Silogismo dialético: trata-se do raciocínio oriundo de premissas prováveis, ou seja, reconhecidas pela maioria dos homens. A conclusão, diferentemente do silogismo apodítico, é provável, dialético. Tanto as premissas quanto a conclusão são objeto de opinião – não a verdade do raciocínio científico, mas a verossimilhança que concorda com a crença mais comum.
- Silogismo sofístico: quando um raciocínio tenta passar o falso por verdadeiro tem-se um raciocínio sofístico.

Quanto ao exemplo, pode-se afirmar ser uma espécie de indução retórica; o silogismo é uma forma dedutiva de raciocínio. Na Retórica, adquire um aspecto especial: o entimema – assim denominado por Aristóteles o silogismo que, do ponto de vista do conteúdo, pode ser dialético ou provável. Retenha-se, pois, a seguinte identificação: raciocínio = argumento = silogismo = entimema = prova retórica (TRINGALI, 1988).

Vimos, anteriormente, que o silogismo implica a dedução e a utiliza em prol do processo persuasivo. O exemplo, enquanto prova indutiva, parte do particular para o particular[15]. "Trabalha por meio da analogia, pois propicia a comparação. Consegue provar porque conduz a um tipo de raciocínio extraído, dentro outros, dos fatos cotidianos, históricos e narrativos" (FERREIRA, 2010, p. 79). Tringali (1988) discute se o exemplo pertence às provas intrínsecas ou extrínsecas. Ora, o exemplo é uma prova extrínseca quando o orador a busca fora da retórica; seria, então, um argumento apoiado na autoridade. Contudo, atribuir-se-ia um caráter intrínseco caso o exemplo fosse inventado pelo orador durante o discurso. Assim, o autor conclui que o exemplo pode pertencer ora à prova extrínseca ora à prova intrínseca. Após tal discussão, um exemplo é exposto: o exemplo do bom pastor utilizado por Cristo nos evangelhos é intrínseco. Gregório de Matos, objetivando provar sua tese, recorre às Escrituras e utiliza o exemplo do bom pastor; aqui o exemplo é extrínseco. No primeiro caso, o exemplo é construído pelo orador, no segundo, tomado por empréstimo.

Pudemos ver que, a fim de persuadir o auditório, o orador lança mão de provas, ou seja, de argumentos e meios que possibilitem tal intento. Pois bem, além das provas

[15] "A prova por meio de exemplo é indutiva, uma espécie particular de indução, própria da Retórica. A Indução aristotélica vai do particular ao geral, de indivíduos suficientemente enumerados se generaliza, se universaliza; no exemplo, porém, se argumenta do particular para o particular" (TRINGALI, 1988, p. 73).

racionais referentes ao próprio discurso (ou *logos*), há as provas de ordem afetiva: ora serão centradas no auditório (*pathos*), ora no orador (*ethos*). Segundo Plantin (2008, p. 120), "para a teoria retórica, é impossível estudar a argumentação negligenciando as emoções que estão vinculadas às situações argumentativas de base" e prossegue: "É impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista" (PLANTIN, 2008, p. 124). As provas psicológicas são subdivididas em *ethos* e *pathos*, vejamos.

- *Ethos*

Segundo Aristóteles (2012), quase se poderia dizer que o caráter [*ethos*] constitui o principal meio de persuasão. Plantin (2008, p. 112) afirma que ele age por empatia, por identificação e transferência. O autor prossegue dizendo que "aderir a um discurso é sempre, no fundo, identificar-se com seu autor". E distingue dois elementos constitutivos da autoridade ("caráter moral", *ethos*) do locutor.

> - Um elemento extradiscursivo, independente do discurso: "Uma prevenção favorável ao orador" (Aristóteles, *Retórica*, I, 77), da ordem da reputação, do prestígio, até mesmo do carisma.
> - Um primeiro elemento intradiscursivo, "efeito do próprio discurso", que é a impressão, o fantasma do autor construído a partir da leitura de um texto. A identidade "ética" do locutor é construída a partir de traços idiossincráticos de todos os níveis, [...] os usos lexicais, a sintaxe, etc. (PLANTIN, 2008, p. 112-113)

A palavra "ético" advém do termo grego *ethos* e equivale a costume, caráter. "Para Aristóteles, liga-se à imagem que o orador constrói de si no discurso, corresponde a uma instância subjetiva do próprio enunciador" (FERREIRA, 2010, p. 90). Reboul (2004) acrescenta dizendo que *ethos* é o caráter que o orador deverá assumir visando inspirar confiança no auditório. Quaisquer que sejam os argumentos lógicos utilizados, sem tal confiança, o processo persuasivo torna-se comprometido. O *ethos* desempenha, assim, uma função mais determinante: a credibilidade daquele que fala e propõe, a sua autoridade, encerrará as dúvidas, teoricamente sem fim, acerca das respostas propostas. De resto, de acordo com Meyer (1998), a autoridade assenta frequentemente na institucionalização: o papel social e o "lugar" que o orador ocupa ("é ou não um especialista na questão?", pergunta-se o interlocutor).

Outra questão relativa ao *ethos* é a da moralidade. O *ethos* é um termo moral, isto é, trata-se do caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo se, na realidade, não o tiver. Ou seja, o que importa é a imagem criada por ele durante o processo argumentativo, o que demonstra no discurso; e não o seu estatuto ontológico. A esse respeito, Dayoub (2004, p. 15) afirma:

> Durante a apresentação de seus argumentos, o orador pode, perfeitamente, atuar como um ator teatral, imprimindo ao contexto de suas palavras um caráter diferente daquele que ele próprio imprime como indivíduo. Além dos argumentos, o orador convencerá pela imagem, ou melhor, pela sua atuação no momento do discurso.

Sobre isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) exprimem que, se a pessoa do orador fornece um contexto ao discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que dele se terá. O que os antigos chamavam de *ethos oratório* se resume à impressão que o orador, por suas palavras, dá de si mesmo.

A fim de construir sua imagem no e pelo discurso, o orador efetuará determinadas escolhas que contribuirão para esse processo. Nesse raciocínio, Eggs (2013, p. 3) afirma: "o lugar que engendra o ethos é [...] o discurso, o logos do orador, e esse lugar se mostra mediante as escolhas feitas por ele. De fato, 'toda forma de se expressar' resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas".

Finalmente, é-nos interessante observar a importância do *ethos* no processo de argumentação de um determinado discurso – tal função constitui o interesse da retórica. Juntamente com as demais provas, ele coopera na sustentação da tese e na possível persuasão do auditório. Segundo Plantin (2008), diferentes teorias das interações estudam o *ethos* numa perspectiva diversa; contudo, à retórica interessa o caso em que as manobras de "apresentação de si" são postas a serviço de uma intenção estratégica e co-orientadas com os propósitos gerais da argumentação.

- *Pathos*

Dentre as provas intrínsecas, além do *ethos* visto anteriormente, há o *pathos* – os chamados argumentos patéticos na antiga retórica. Ferreira (2010) explica-nos que o *pathos*, como argumento de ordem psicológica, possui vínculo com a afetividade, é referente ao auditório, às paixões despertadas nos ouvintes. Onde há o predomínio do *pathos*, o auditório possui atenção central do orador. Reboul (2004, p. 48) reitera que o *pathos* "é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso". Aristóteles dedica boa parte

de seu livro II[16] ao estudo da psicologia das diversas paixões. No início do livro em questão, o filósofo revela que não bastam as demonstrações racionais discursivas para persuadir um auditório; e prossegue dizendo: "dá-se o nome de paixões a tudo o que acompanhado de dor e de prazer, provoca tal mudança no espírito que, nesse estado, observa-se uma notável diferença nos julgamentos proferidos" (ARISTÓTELES, 2012 apud MEYER, 2000, p. XLII). Ademais, Dayoub (2004) afirma que o *pathos* possui feição afetiva, assim como o *ethos*, e refere-se à emoção que o orador consegue imprimir no auditório – elemento determinante em sua decisão favorável ou não às razões apresentadas por ele.

Acerca disso, Meyer (2007), inserido no contexto da problematologia[17], faz a seguinte contribuição: se o *ethos* remete às respostas, o *pathos* é a fonte das questões; estas respondem a interesses diversos, dos quais dão prova as paixões, as emoções ou, simplesmente, as opiniões. O autor prossegue dizendo que a paixão é, também, uma resposta àquilo que o próprio orador adianta como resposta. Todavia, várias outras respostas à questão tratada por ele são evidentemente possíveis. O auditório responde às questões levantadas pelo orador; o auditório pode aderir; recusar essas respostas; completá-las ou modificá-las; permanecer silencioso, o que pode ir à direção de aprovação ou de reprovação; entretanto, o silêncio pode significar somente o desinteresse pela questão tratada. Essas possibilidades de interação elencadas referem-se tanto à questão abordada quanto à resposta proposta: o auditório pode se desinteressar por uma questão ou não, e se essa questão retém o auditório por responder às suas próprias preocupações, ele pode ainda aprovar ou desaprovar a maneira como o orador responde.

A passagem da retórica à argumentação é constante, pois, ao se pronunciar sobre uma questão ou negar-lhe um interesse qualquer, o interlocutor a faz emergir enquanto tal e a discussão se transforma num debate (MEYER, 2007). Sendo assim, "ao auditório [...] cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores" (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 27). Nesse sentido, as paixões a serem despertadas no auditório adquirem uma dimensão considerável.

---

[16] Livro referente à Retórica das paixões. Nele, há a definição das diversas paixões, tais como: ira, coragem, calma, compaixão, indignação, emulação, piedade, etc. Há, além das descrições, orientações sobre como discursar e conduzir os ouvintes por paixões como as supracitadas conforme o interesse e conveniência do orador (LIMA, 2011).

[17] Trata-se de uma abordagem da argumentação que prevê que cada argumento é uma pergunta implícita para uma resposta do auditório, de forma que há um problema a ser resolvido e, através das perguntas a que o auditório deve responder, o orador oferece as respostas. "A análise problematológica esforça-se somente por mostrar que os homens não gostam de colocar a si próprios demasiadas questões, o que os Antigos tinham visto bem, mesmo que achassem isso relativamente racional, pois a paixão só tem o problema de ser uma 'má solução' para a questão que deve erradicar toda questão; o que só a necessidade e não a contingência passional consegue" (MEYER, 1994, p. 266).

> Ao orador não basta conhecer o caráter de seu ouvinte, ele tem de influenciar seu estado de ânimo, provocando-lhe as emoções e as paixões compatíveis com sua argumentação. A paixão, assim, é um recurso persuasivo essencial, pois, conforme os sentimentos despertados no ouvinte num dado momento, criar-se-á a predisposição para ele se decidir num sentido ou em outro (DAYOUB, 2004, p. 21).

Pudemos ver que a fase correspondente à invenção refere-se à busca dos argumentos e meios que possibilitem o processo persuasivo. Dentre os meios ou provas persuasivas, têm-se o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O orador articula tais provas a fim de fundamentar sua tese. Além de trabalhar com as provas citadas, o orador deverá dispor bem os argumentos em seu discurso. Esse processo pertence à fase da disposição. Vejamos.

1.5.4.2 A fase da disposição

A *dispositio (táxis)* ou disposição é a etapa em que os argumentos são organizados e distribuídos racional e plausivelmente no texto, visando à solução para o problema em questão. Na *inventio*, o orador reúne as provas e, na *dispositio*, dispõem-nas no texto em ordem lógica ou psicológica de modo que constituam uma unidade que atinja o fim de persuadir (FERREIRA, 2010). Reboul (2004) afirma que a disposição é um plano-tipo ao qual se recorre para se elaborar um discurso. Vale lembrar que coube ao gênero forense "tomar a dianteira na organização do discurso, daí o papel piloto que exerce, oferecendo aos outros gêneros uma divisão à qual têm de se adaptar" (TRINGALI, 1988, p. 82).

Várias propostas foram feitas acerca de um modelo norteador à organização discursiva. Contudo, há um modelo clássico (composto por quatro partes do discurso) que é frequentemente adotado, a saber: exórdio, narração, confirmação e peroração.

a) Exórdio: é a parte inicial do discurso, é o primeiro contato entre o orador e o auditório. Segundo Tringali (1988), três objetivos são assinalados na introdução:

- *"Captatio benevolentiae"*, ou seja, a obtenção da benevolência pelos ouvintes, tornando-os favoráveis;

- Obter a atenção dos ouvintes, evitando a dispersão e prováveis "ruídos";
- Tornar o auditório dócil, sujeito à influência e orientação do orador.

O começo do discurso "serve como preparação do caminho que se segue depois, que pode ser tirado do elogio, da censura, da exortação, da dissuasão e das razões relativas aos ouvintes a fim de captar a atenção destes" (ROHDEN, 2010, p. 93). No exórdio, os argumentos éticos (*ethos*) e patéticos (*pathos*) dominam, uma vez que, nesse lugar, possuem um lugar de predileção.

b) Narração: é a parte subsequente ao exórdio. Nela, a apresentação dos fatos ou do assunto referente ao tema apresentado no exórdio. Nesse momento, o *ethos* e o *pathos* são superados pelo *logos*.

c) Confirmação: é a parte do discurso mais densa, pois concentra as provas. Além de defender os próprios pontos de vista, o orador refuta as objeções, destrói os argumentos adversários. A forma como as afirmativas são comprovadas atribuem (ou não) credibilidade aos argumentos propostos. Ferreira (2010, p. 114) afirma que "a confirmação é o ponto forte de sedimentação do *logos*. Ao orador compete ordenar os argumentos em fortes ou fracos". Embora seja o ponto forte do *logos*, na confirmação há recorrência ao *pathos* por meio das paixões (indignação ou piedade). Reboul (2004) lembra-nos que há, ainda, outra questão referente à confirmação: a ordem dos argumentos. Como deve ser sua disposição? Inicia-se com o mais fraco, reservando os mais fortes para o final? Diante disso o autor esclarece:

> Cícero, em *Do orador* (II, § 313), preconiza a ordem "homérica", que consiste em começar pelos argumentos fortes, continuar com os mais fracos e terminar com outros argumentos fortes. Mas esse plano supõe que o orador tem um número suficiente de argumentos fortes para reparti-los assim (REBOUL, 2004, p. 58).

Se nos ativermos, ainda, à ordem homérica, teremos o que se segue:

- Apresentação do argumento;
- Refutação dos contra-argumentos;
- Retomada do argumento com nova forma.

d) Peroração (ou epílogo): é a conclusão do discurso. Tringali explica que ela abrange as seguintes partes:

- Recapitulação: resumo dos pontos mais pertinentes do discurso a fim de fixá-los nos ouvintes;
- Apelo ao ético e ao patético: tem-se o lugar mais adequado para comover o auditório;
- Amplificação: há ênfase em determinada ideia de forma a intensificá-la. A amplificação se dá através das figuras. A finalidade é tanto a exposição como a comoção; embora tal estratégia apareça em outros lugares do discurso, aqui encontra o melhor lugar.

"A peroração é o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica" (REBOUL, 2004, p. 60). Além disso, Rohden (2010), ao comentar sobre a finalidade do epílogo, afirma que tal fase possui dupla função, a saber: "refrescar" a memória e influenciar os afetos. Essa parte consiste em quatro pontos: 1) fazer com que o auditório seja inclinado a favor daquele que proferiu o discurso e contra o adversário em questão; 2) amplificar ou minimizar aquilo que foi demonstrado conforme a conveniência do assunto; 3) provocar determinadas paixões (compaixão, ira, emulação, etc.); 4) recapitular, por meio da reiteração dos pontos principais, aquilo que foi demonstrado no discurso.

Enfim, a disposição, segundo Tringali (1988), consiste numa distribuição das partes dentro do todo, ordenando-as de modo a construir uma unidade onde nada fique solto, desconexo. Nesse momento, o discurso se organiza para cumprir o seu objetivo: persuadir.

Além de organizar seu discurso, o orador deverá trabalhar bem com sua matéria-prima: a palavra. Esse tratamento com a língua, que compreende a clareza, a adequação e o estilo, será realizado durante a fase da elocução – que mantém uma relação de sucessividade com a fase da disposição.

1.5.4.3 A fase da elocução *(elocutio)*

A fase da elocução compreende a redação do discurso retórico. Tal procedimento implica estilo, clareza, enfim, a forma como a palavra é empregada. Sobre isso, Ferreira (2010) acrescenta que, o modo como trabalhamos a *elocutio*, como empregamos as

palavras no discurso determina o poder que as mesmas terão. Mais do que uma questão de estilo, o que importa, *a priori*, é o tratamento da língua num sentido amplo. Compreende tanto o plano da expressão quanto a relação forma/conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância, a vivacidade e o uso adequado das figuras[18] enquanto argumento. A "elocução [...] é uma operação retórica que consiste em atuar sobre o material da *dispositio*. É a construção linguística que manifesta as virtudes e defeitos da energia retórica de construção textual" (FERREIRA, 2010, p. 116).

Em suma, referente às fases supracitadas, tem-se o que segue: a *inventio* inicia o processo de elaboração textual com a criação da estrutura do conjunto referencial. A *dispositio* constrói a macroestrutura textual e, finalmente, a *elocutio* culmina o processo ao revelar a superfície textual que, como significação global do ato retórico, chega ao auditório (FERREIRA, 2010). A *elocutio* apresenta duas operações: a ação de escolher as palavras apropriadas e a ação de compor a forma criativa do discurso. Essa é uma parte importante da retórica que estuda e analisa a função das figuras e os jogos de sentidos que podemos dispor para a redação de um discurso mais eficaz pelo cunho persuasivo de sua linguagem. A forma é fundamental e inseparável do conteúdo. Assim demonstrou Aristóteles, que dedicou o livro III[19] de sua *Retórica* ao ensino das possibilidades persuasivas da palavra (SANTAMARÍA SUAREZ; CASAL CARRO, 2000).

Finalmente, é-nos interessante pensar na relevância dessa etapa àquele que escreve o artigo de opinião:

> Todo articulista está obrigado não somente a conhecer as regras gramaticais de seu idioma e a dominar um amplo léxico para que a riqueza potencial de suas ideias não se perca por não saber expressá-las convenientemente – *ars recte dicendi* –, senão também a encontrar o melhor modo possível para expressar essas ideias, o *ars bene dicendi*, ou seja, o que permite que o exercício persuasivo cumpra sua missão psicológica (SANTAMARÍA SUAREZ; CASAL CARRO, 2000, p. 148, tradução nossa).

Após percorrer as fases da invenção, disposição e elocução, o orador passa a proferir o seu discurso. A fase da ação é, então, referente a esse momento onde a emissão do resultado final é colocada em prática. Vejamos, em poucas palavras, em que consiste tal fase.

---

[18] Na fase da elocução, as figuras são fundamentais e, devido à sua relevância, serão estudadas em um tópico a parte.

[19] Nesse livro, Aristóteles apresenta questões acerca do estilo adequado a cada gênero; a linguagem; o emprego das conjunções; a elegância e os ditos populares; a narração dos fatos; a organização das partes do discurso; a exibição das provas; os meios de refutar acusações; os argumentos que provocam ou diminuem preconceitos; o momento mais oportuno para a interrogação, etc. (LIMA, 2011).

1.5.4.4 A fase da ação

Falaremos, brevemente, da fase referente à ação, pois, o *corpus* do presente trabalho é constituído por textos escritos e não proferidos. Pois bem, após percorrer as fases da invenção, disposição e elocução, o orador passa a executar seu discurso por meio da fala e demais recursos, tais como a prosódia[20] e os gestos. Sendo assim, após selecionar o material que será utilizado no discurso, organizar e distribuir os argumentos de acordo com as conveniências persuasivas e redigir o texto conferindo-lhe um estilo apropriado às circunstâncias, o orador passa a emitir o "produto final" ao auditório em questão.

Após a explanação acerca das etapas da construção do discurso, vejamos, segundo Vivaldi (1973 apud MELO, 1985), como tais fases se concretizam na estrutura do artigo de opinião. O processo de elaboração da estrutura desse gênero costuma seguir as seguintes etapas.

> Ele passa por três momentos fundamentais: invenção, disposição e elocução. Inventar significa tirar do mundo, da vida; do mundo dos fatos e das ideias. *Implica em buscar na atualidade a motivação suficiente para justificar o encontro com os leitores*. Não basta, porém, identificar uma ideia, um argumento; *é preciso que o articulista avalie sua capacidade de desenvolvê-lo*. Dispor significa colocar as ideias em ordem. Anotá-las, na medida em que surgem, ordená-las, quando vão crescendo. A disposição é o equilíbrio entre a inspiração e a ordem. Nem arrastar-se pela imaginação desenfreada, nem barrar o caminho da reflexão com critérios excessivamente fechados. A elocução corresponde à expressão escrita das ideias já planejadas. É o momento de dar uma forma definitiva ao pensamento. O que não significa apenas escrever, mas pressupõe também rever, corrigir. E corrigindo, abreviar, suprimir, substituir. Esse é o processo ideal de criação (VIVALDI, 1973 apud MELO, 1985, p. 94, grifos nossos).

Uma vez expostas as cinco fases que geralmente constituem o discurso retórico, passaremos a discorrer sobre as figuras, que, como foi mencionado, exercem um papel fundamental na fase da elocução.

---

[20] A prosódia "compreende os traços significativos que acompanham a expressão oral, o recitativo, a saber, o ritmo, a melodia, a intensidade, a pausa... A voz que se eleva ou abaixa, que se apressa ou retarda... acrescenta novos significados à pronunciação." (TRINGALI, 1988, p. 99). "Para a linguística atual, o termo prosódia refere-se ao conjunto de fenômenos fônicos que se localiza além ou "acima" (hierarquicamente) da representação segmental linear dos fonemas" (FIGUEIREDO, 2006, p. 114).

1.5.5 Figuras retóricas

No período que compreendeu os séculos XVIII e XIX, como dissemos, a retórica assumiu uma função classificativa das figuras. Tringali (1988) comenta que a Retórica das Figuras voltou a renascer em nossos dias por meio da Retórica Geral[21]. Trata-se da redução da retórica às figuras e é denominada "geral" porque define a função poética da linguagem pelo uso das figuras. A função poética – enquanto função artística da linguagem – acontece quando a linguagem deixa de ser um simples meio de comunicação e se converte em um fim em si mesma. Sendo assim, a Retórica Geral corresponde à função artística da linguagem, manifestada através do recurso às figuras. O autor conclui dizendo que a Retórica Geral traz uma considerável contribuição ao estudo das figuras, sobretudo no que se refere à sua classificação.

Com os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), na década de sessenta do século XX, as figuras passaram a ser estudadas sob a perspectiva da argumentação. Tringali (1988) afirma que convém diferenciar as figuras de estilo, com intenção puramente artística, das figuras retóricas, quando a beleza e o poder são usados com o fim de persuadir. Além disso, Reboul (2004, p. 113) explica que "a expressão 'figuras de retórica' não é pleonasmo, pois existem figuras não retóricas, que são poéticas, humorísticas ou simplesmente de palavras. *A figura só é de retórica quando desempenha papel persuasivo*" (grifo nosso). E prossegue: "A figura seria [...] uma fruição a mais, uma licença estilística para facilitar a aceitação do argumento" (REBOUL, 2004, p. 114).

As figuras são um recurso utilizado desde a Antiguidade, elas atribuem ao texto significados que ultrapassam seu sentido literal. "Elas aumentam o poder da palavra, uma vez que esta assume um comportamento diferente daquele quando usada em sentido literal" (BULLINGER, 1968 apud AGUIAR, 2012, p. 23). "Se o argumento é o prego, a figura é o modo de pregá-lo" (REBOUL, 2004, p. 114).

Sendo assim, é compreensível o papel relevante das figuras para as situações argumentativas. Segundo Meyer (1998), os homens negociam as distâncias entre si; avaliam o que os separa ou aproxima acerca de um determinado assunto. Tal assunto, que é o objeto que debatem, pode ser discutido de forma direta ou literalmente. Mais sutil é a forma indireta da solução; "em grego, *indirecta* dir-se-ia *tropológica*. Um tropo, ou figura de estilo, é um

[21] "Na Retórica Antiga, as figuras ocupam uma posição singular, na Retórica Clássica tornam-se dominantes e, na Retórica Geral [ou Retórica das Figuras], pretendem ser o único campo da Retórica" (TRINGALI, 1988, p. 119).

desvio de sentido, um rodeio inabitual relativamente ao sentido literal" (MEYER, 1998, p. 105). Além dos argumentos, o orador pode optar por utilizar as figuras como estratégia que visa sustentar a tese e favorecer o processo persuasivo.

Conforme observado, com os estudos retóricos, as figuras ganharam estatuto de argumento nos textos. Elas constituem o ponto de partida da argumentação e do acordo prévio. Além disso, possuem uma nítida intensão retórica por provocar diferentes efeitos persuasivos no auditório (DAYOUB, 2004). Conforme o modo de classificação proposto pela Nova Retórica, as figuras podem ser de *escolha*, de *comunhão* ou de *presença*. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, "esses termos não designam gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies" (2005, p. 195). Antes, o que esse diferentes modos de classificação significam é que somente o efeito, ou um dos efeitos, de certas figuras é, na apresentação dos dados, impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório (*ibid.*).

Pois bem, após as considerações acerca das figuras retóricas, passemos à apresentação daquelas que se destacam no *corpus* deste trabalho. Para isso, serão adotados os modos de classificação das figuras de acordo com os seguintes autores: Fiorin (2014), Meyer (1998, 2007), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Reboul (2004).

- O *Cleuasmo:* consiste na depreciação que o orador faz de si mesmo para angariar confiança e simpatia do auditório.

- A *Definição retórica* ou oratória: consiste numa fórmula que tem a aparência de definição, contudo, não é, uma vez que seus termos não são reversíveis. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que, o caso da definição oratória, mostra-nos claramente que o caráter anormal de uma estrutura pode possuir um ponto de vista duplo. De um lado, tem-se a *definição oratória* que, embora apresente a estrutura de uma definição, não desempenha o papel desta; de outro, o efeito produzido pela qualificação, ou seja, pela escolha, é produzido em função da *definição oratória*. Sendo assim, este segundo aspecto (funcional) remete-nos à ação sobre o auditório, portanto, tal figura é definida como de escolha.

- A *enálage* é um deslocamento gramatical: do adjetivo para o advérbio, de uma pessoa para outra e de um tempo verbal para outro. A enálage aumenta o efeito de presença.

- A *etimologia* é uma figura de palavra que serve de argumento tanto para a definição como também para as dissociações. Recorrer à etimologia a fim de definir o "verdadeiro" sentido de uma palavra é, na verdade, a imposição de um sentido exposto pelo orador; tal sentido revela, assim, seu ponto de vista ao auditório.

- A *interrogação retórica* é um procedimento que acelera o andamento discursivo e intensifica o sentido, expondo um ponto de vista por meio de perguntas. Vale observar que não são questões destinadas à obtenção de uma informação desconhecida, mas são interrogações orientadas a tornar mais forte o sentido. Por isso, tal interrogação é denominada *retórica*. De acordo com Módolo e Braga (2013, p. 47), as interrogações retóricas são aquelas com as quais "o falante não necessariamente busca uma informação nova no conhecimento do seu ouvinte. O falante antes se utiliza da estrutura interrogativa como mecanismo argumentativamente saliente de transmitir uma informação nova ao ouvinte".

- A *ironia* (do grego *eironéia*, que significa "dissimulação") ou *antífrase* (do grego *antíphrasis*, que quer dizer "expressão contrária") é um alargamento semântico. No eixo da extensão, um significado passa a ter seu valor invertido, compreendendo, assim, o sentido x e seu oposto. Com isso, há uma intensificação maior do sentido, uma vez que se finge dizer uma coisa para dizer exatamente o oposto. É a inversão que estabelece a compatibilidade entre os dois sentidos. A ironia revela uma atitude do enunciador, pois é utilizada para criar sentidos que vão do gracejo ao sarcasmo, passando pelo escárnio, pela zombaria, pelo desprezo, etc. A ironia é um tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, ampliando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistentes, aumentando, então, sua intensidade. Para Meyer, (1998, p. 109), é por meio dessa figura que "invertemos a letra para descobrir o verdadeiro espírito. A ironia desmascara, critica, faz perceber as ingenuidades".

- A *metáfora* é uma figura de sentido que designa uma coisa com o nome de outra que possua com ela uma relação de semelhança. Podemos entender a metáfora como uma semelhança de relações entre termos heterogêneos. Abreu (2009) define a metáfora (do grego *metaphorá* = transporte) como uma comparação abreviada. Se digo: *Paulo é valente como um leão*, tenho aqui uma comparação. Entretanto, se afirmo: *Paulo é um leão*, abreviando a comparação por meio da supressão do *valente como*, tenho uma metáfora. Eis,

portanto, a ideia de transporte – do sentido próprio para o sentido figurado. Em retórica, contudo, não se pode reduzir a metáfora à função de comparar ou de explorar criativamente as semelhanças entre duas entidades, qualidades ou relações. "Mais do que isso, ela pode condensar a conclusão de um raciocínio, pode refletir um argumento e ao analista compete refazer a analogia que lhe deu origem ou que a subsidia para encontrar características persuasivas" (FERREIRA, 2010, p. 131). A metáfora ocupou um lugar central nos estudos aristotélicos em relação às outras figuras; é como se todas as demais figuras dela derivassem. Mais uma vez, dizer que Paulo é um leão é dizer que Paulo é corajoso. "Mas a metáfora não o diz, ela convida a concluí-lo, como no entimema" (MEYER, 2007, p. 82).

- A *personificação*: Do grego *prosopopoiía*: exatamente "personificação". Trata-se da designação de traços humanos a entes abstratos ou concretos não humanos. Fiorin (2014), ao referir-se à *personificação*, afirma tratar-se de uma "impropriedade" semântica, pois são atribuídas virtudes e ações humanas a entes abstratos ou concretos não humanos. Nesse tropo, com o objetivo de intensificar o sentido, há um alargamento do alcance semântico dos termos designativos.

- A *prolepse* consiste num procedimento onde o orador introduz, em seu discurso, objeções para respondê-las ele mesmo. Tais objeções podem ser manifestamente imaginárias, contudo, pode ser importante mostrar que a própria pessoa entreviu objeções possíveis e as levou em consideração.

1.5.6 Lugares da argumentação, valores, hierarquias e técnicas argumentativas

Além das figuras, o orador, no processo argumentativo, utiliza os designados *lugares da argumentação*, administra os *valores* por meio de sua *hierarquização* e articula as *técnicas argumentativas* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Tais estratégias são necessárias à condução do processo argumentativo com vistas à obtenção da adesão pelo auditório. Vejamos como isso se dá:

a) Os *lugares da argumentação* "são premissas de ordem geral utilizadas para reforçar a adesão a determinados valores" (ABREU, 2009, p. 85). O autor comenta que o

nome “lugares” é oriundo dos gregos; tal termo surgiu a fim de denominar locais virtuais acessíveis onde o orador pudesse encontrar argumentos conforme a necessidade. Os lugares da argumentação são:

- *Lugar de quantidade*: as razões quantitativas justificam o valor de uma coisa em detrimento de outra. A utilização de números e estatísticas são traços frequentes do lugar de quantidade.
- *Lugar de qualidade*: contrapõe-se ao lugar de quantidade, a virtude do número é contestado. Valoriza-se a raridade, a qualidade.
- *Lugar de ordem*: o anterior é superior ao posterior, os princípios sobrepõem-se às finalidades, etc.
- *Lugar de essência*: reside na valorização de indivíduos como representantes bem caracterizados de uma essência.
- *Lugar de pessoa*: trata-se de afirmar a superioridade daquilo que está ligado às pessoas.
- *Lugar do existente*: dá preferência ao que já existe em detrimento do que não existe.

b) Paralelamente aos fatos, às verdades e presunções, assinaladas pelo acordo do auditório universal, cabe incluir alguns objetos do acordo sobre os quais se pretende a adesão de grupos particulares: os *valores* e *hierarquias* (PERELMAN; TYTECA, 2005).

Santamaría Suarez e Casals Carro (2000) afirmam que os valores constituem um dos conceitos de mais difícil precisão na retórica. Junto com as hierarquias e os lugares, têm a característica de aspirar a sua aceitação em grupos de indivíduos que compartilhem diretrizes culturais. Mas, como objetos de adesão, não podem ter um auditório universal, uma vez que os valores estejam ligados à existência de grupos. Valores abstratos como a justiça, a beleza, a solidariedade não podem ser harmonizados universalmente. Diferenciam-se das verdades: com os valores não é possível argumentar, são utilizados na argumentação, mas não se demonstram. Constituem parte de nossa educação, de nosso modo de entender a vida, de nossa psicologia e emotividade. Nas argumentações de caráter científico, os valores estão ausentes tanto das premissas como das conclusões. No entanto, nas argumentações políticas, jurídicas, religiosas ou filosóficas – que são o que nutre o jornalismo de opinião – os valores são essenciais na argumentação.

A noção de hierarquia está estreitamente vinculada à noção de valor. Preferir um fato a outro implica a escolha de um ou mais valores. Por essa razão, pode-se afirmar que, mediante a hierarquia, os valores são estabelecidos no interior do discurso. Um aspecto interessante das hierarquias é que frequentemente permanecem implícitas no discurso. Do mesmo modo que os valores, as hierarquias se acham determinadas por fatores socioculturais vinculados à idade, ao sexo, às funções sociais, às crenças, aos fatores ideológicos, etc. Por exemplo, um discurso numa perspectiva liberal conservadora e outro de ideologia socialista hierarquizarão de diferente modo os valores relativos ao trabalho, à justiça social e à solidariedade. Por isso que as hierarquias são mais importantes no discurso do que os próprios valores. Elas determinam a posição ideológica. Muitos valores podem ser comuns a diferentes ideologias, mas o mesmo não ocorre com as hierarquias; na realidade são elas que marcam diferenças essenciais (SANTAMARÍA SUAREZ; CASALS CARRO, 2000).

c) As *técnicas argumentativas* são os fundamentos que estabelecem a ligação entre as teses de adesão inicial e a tese principal (ABREU, 2009).[22] Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) distinguem três grandes grupos de argumentos: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real.

Argumentos quase lógicos: "Esses argumentos recebem o nome de quase lógicos, porque muitas das incompatibilidades não dependem de aspectos puramente formais e sim da natureza das coisas ou das interpretações humanas" (ABREU, 2009, p. 49). Tais argumentos visam à demonstração; contudo, por não serem estritamente lógicos, podem ser refutados. Dentre outros, destacaremos dois:

- Incompatibilidade e o ridículo: O ridículo está para a argumentação assim como o absurdo está para a demonstração: é necessário ressaltar uma incompatibilidade; a ironia é a figura que condensa tal argumento pelo riso. A incompatibilidade está vinculada à retorsão. Esta consiste em retomar o argumento do adversário mostrando que, na verdade, o argumento é aplicável contra ele mesmo (REBOUL, 2004, p. 169).

[22] "O movimento argumentativo consiste na transposição da adesão inicial que o auditório tem com relação a uma opinião que lhe é comum para uma outra de que o orador quer convencer [tese principal]" (DAYOUB, 2004, p. 48).

- Definição: Segundo Reboul (2004), toda definição é um argumento porque impõe certos sentidos em detrimento de outros, de modo geral. Há quatro tipos de definição no processo argumentativo: normativa; descritiva; condensada e oratória. Com a definição, pretende-se estabelecer uma identidade entre o que é definido e o que define.

Argumentos baseados na estrutura do real: Tais argumentos já não são apoiados na lógica, antes, são fundamentados na experiência, nas opiniões relativas aos fatos, no reconhecimento dos elos entre as coisas. Dentre outros argumentos baseados na estrutura do real, destacaremos o argumento de autoridade.

- O argumento de autoridade:

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348) afirmam que "o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese". Assim, o orador articula tais argumentos a fim de fundamentar sua opinião. O argumento de autoridade visa fortalecer uma tese por intermédio da menção de autoridades que possuam conhecimento especializado na área em questão, bem como confirmar o que está sendo dito. Tais autoridades, pelo prestígio, atribuem credibilidade aos argumentos, favorecendo, assim, a adesão do auditório às teses apresentadas. Ainda segundo os autores, as autoridades invocadas podem ser muito variáveis: ora será "o parecer unânime"; ora serão determinadas categorias de homens: "os cientistas", "os filósofos", "os Padres da Igreja"; por vezes a autoridade será impessoal: "a física", "a doutrina", "a religião", "a Bíblia"; por vezes se tratará de autoridades designadas nominalmente (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Vejamos, abaixo, algumas considerações sobre o argumento de autoridade, também conhecido como argumento *ad verecundiam*:

> Citar as opiniões das pessoas que, por seu espírito, por seu saber, pela eminência de sua posição, por seu poder, ou por qualquer outra razão, fizeram um nome para si e estabeleceram sua reputação sobre a estima comum com uma espécie de autoridade. Quando os homens são elevados a alguma dignidade, achamos que não assenta bem a outros contradizê-los no que quer que seja e que é ferir a modéstia questionar a autoridade daqueles que já estão em posse dela. Quando um homem não se rende prontamente a decisões de autores aprovados que os outros abraçam com submissão e com respeito, somos levados a censurá-lo como alguém possuído pela vaidade; e consideramos como efeito de uma grande insolência que um homem ouse estabelecer um sentimento particular e sustentá-lo contra a torrente da Antiguidade, ou pô-lo em oposição ao de algum sábio doutor, ou de algum

> escritor famoso. Por isso aquele que pode apoiar suas opiniões sobre tal autoridade acredita estar na posse do direito de pretender a vitória e está pronto a tachar de impudência todo aquele que ouse atacá-las. Esse é o que podemos chamar, a meu ver, de argumento *ad verecundiam*. (LOCKE, 1972 apud PLANTIN, 2008, p. 116).

Quando argumentamos, é frequente nos apoiarmos em opiniões ditas por pessoas que gozam de um crédito geral e de um reconhecido prestígio. As autoridades são invocadas com o fim de justificar e valorizar a opinião como verdadeira (SANTAMARÍA SUAREZ; CASALS CARRO, 2000). Ademais, o argumento de autoridade visa fortalecer uma tese por meio da menção de autoridades que possuam conhecimento especializado na área em questão, bem como confirmar o que está sendo dito. Tais autoridades, pelo prestígio, atribuem credibilidade aos argumentos favorecendo, assim, a adesão do auditório às teses apresentadas. Reboul (2004, p. 177) comenta que "o argumento de autoridade justifica uma afirmação baseando-se no valor de seu autor: *Aristóteles dixit*, Aristóteles disse". O autor prossegue afirmando ser a moralidade do orador a responsável pela credibilidade atribuída pelo auditório ao discurso. Santamaría Suarez e Casals Carro (2000) comentam que no jornalismo o conceito de argumento de autoridade tem tamanha importância que se pode dizer que a própria profissão jornalística se baseia no uso contínuo desse argumento. Com efeito, tanto o trabalho informativo, como muitas vezes o opinativo, necessitam recorrer às fontes que proporcionam e avaliam a própria informação que se relata e comenta. A correta atribuição das fontes é necessária para que o argumento não se desmereça em sua verossimilhança. Ninguém tem por que acreditar no que um personagem anônimo tenha dito. Além disso, as autoras afirmam que, nas argumentações, as citações devem ser empregadas conforme os juízos de outra pessoa; assim como quando são utilizadas acusações ou valorações sobre indivíduos, fatos ou grupos humanos representativos. Sempre será muito mais eficaz um argumento baseado na autoridade de fontes bem clarificadas.

Argumentos que fundamentam a estrutura do real: Trata-se, igualmente, de argumentos apoiados na experiência, contudo, não se fundamentam na estrutura do real, criam-na, favorecendo o surgimento de nexos não relacionados ainda entre as coisas. Dentre os argumentos que fundamentam a estrutura do real, podemos citar o argumento pelo exemplo e o modelo ou antimodelo.

- Argumento pelo exemplo: Dayoub (2004) afirma que a função desse argumento é a generalização; a partir de um caso concreto, é estabelecida uma regra,

possibilitando a passagem de um caso particular para um geral. “O próprio Aristóteles já havia percebido o emprego do exemplo como *elemento de indução* ou como *testemunho*” (p. 63, grifos da autora). A autora prossegue dizendo que o exemplo não apenas clarifica o raciocínio, mas coopera para que a atenção do auditório seja preservada sobre as evidências derivadas dele. Quando se defende uma teoria no discurso e, principalmente, quando os exemplos têm caráter de prova, a argumentação torna-se mais convincente.

- O modelo e o antimodelo: Esse argumento propõe o modelo a ser seguido ou, pelo contrário, o antimodelo como aquilo que não deve ser imitado. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 414), acerca do modelo, comentam que “o valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um, para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio”. Não somente pessoas, como também grupos podem constituir-se modelo por intermédio do prestígio que, por sua vez, valoriza os atos do modelo em questão. Ainda segundo os autores, quando se trata de conduta ou de um comportamento particular, o modelo pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como também para estimular uma ação nele inspirada. Se o modelo inspira a imitação, o antimodelo, pelo contrário, afasta qualquer tentativa de imitação. Nesse sentido, “se a referência a um modelo possibilita promover certas condutas, a referência a um contraste, a um *antimodelo* permite afastar-se delas.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 417, grifo dos autores).

Argumentos por dissociação das noções: Segundo Reboul (2004), tais argumentos visam a dissociar as noções em pares hierarquizados. Diferenciam-se dos demais argumentos que consistem na associação das noções. Trata-se de uma ruptura criada pelo discurso; onde havia uma realidade, aparecem duas. Os argumentos por dissociação são aqueles que procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso para restabelecer uma visão coerente da realidade. A dissociação das noções consiste num remanejamento mais profundo, sempre provocado pelo desejo de remover uma incompatibilidade, nascida do cotejo de uma tese com outras. As noções novas, resultantes da dissociação “podem adquirir tamanha consistência, ser tão bem elaboradas e parecer tão indissoluvelmente vinculadas à incompatibilidade que elas permitem resolver, que apresentar esta em toda a sua força parece uma outra forma de colocar a dissociação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 469).

Os lugares da argumentação, os valores, as hierarquias e as técnicas argumentativas são recursos utilizados pelo orador com vistas à sustentação de seu ponto de vista, de sua tese, de sua opinião. Como vimos, a intenção daquele que fala ou escreve defendendo sua opinião é a de que o auditório adira às ideias apresentadas. Tal procedimento é evidenciado, por exemplo, no artigo de opinião jornalístico.

1.5.7 A intertextualidade e suas formas de manifestação

O conceito de intertextualidade surgiu no interior dos estudos literários por meio da autora Julia Kristeva (1974 apud CAVALCANTE, 2013). Para Kristeva, todo texto é um mosaico de citações advindas de outros textos. A fim de afirmar seus postulados, a autora se apoiava nos estudos bakhtinianos acerca do dialogismo – segundo o qual qualquer enunciado é resposta a outro enunciado anterior e, por sua vez, possibilita o surgimento de outros enunciados. Sendo assim, é constitutiva a relação que um texto mantém com o outro. Conforme Cavalcante (2013), em muitos tempos, é possível perceber indícios visíveis da relação entre textos, "desde evidências tipográficas, que demarcam fronteiras bem específicas entre um dado texto e algum outro que esteja sendo evocado, até pistas mais sutis que conduzem o leitor à ligação intertextual por meio de inferências" (CAVALCANTE, 2013, p. 146).

Posteriormente, outros estudiosos propuseram outras perspectivas sobre o diálogo entre os textos. Dentre os estudiosos, tem-se Piègay-Gros (1996 apud CAVALCANTE, 2013). Sua proposta pode ser resumida da seguinte forma:

As Relações intertextuais subdividem-se em Relações de copresença e Relações de derivação[23]. As Relações intertextuais por copresença são aquelas onde é possível verificar a presença de fragmentos de textos advindos de outros textos. Genette (1982 apud CAVALCANTE, 2013) aponta três formas de intertextualidade por copresença: a *citação*, a *alusão* e o *plágio*. A essas formas, Piègay-Gros (1996 apud CAVALCANTE, 2013) acrescentou o subtipo denominado de *referência*.

A *citação* é o tipo de intertextualidade mais marcada por sinais tipográficos diversos que demarcam a fronteira entre o trecho citado e o texto em que ela se localizará. O

[23] Para o propósito deste trabalho, será abordada apenas a Relação intertextual por copresença.

uso da citação revela também um recurso à autoridade. Recorre-se à palavra especializada a fim de fundamentar o que está sendo dito, garantindo, assim, maior credibilidade aos argumentos.

Vale lembrar, segundo Cavalcante (2013), que a citação nem sempre vem demarcada por traços visíveis por meio de evidências tipográficas; o fato de não as haver, não significa que não haja a citação. Nesse caso, o autor parte do pressuposto de que seu leitor já reconheça, de antemão, os trechos pertencentes a um outro texto. O autor considera que o leitor terá condições de recuperar o intertexto – geralmente reconhecível por advir de um contexto cultural comum.

A *referência* diz respeito ao processo de remissão a outro texto sem, para tanto, utilizar-se das citações. Ela pode ocorrer, por exemplo, por intermédio da nomeação do autor do intertexto, do título da obra, de personagens de obras literárias, de filmes, etc.

A *alusão* é uma espécie de referenciação indireta, uma retomada implícita, uma indicação para o coenunciador de que, pelas orientações postas no texto, ele deverá apelar à memória a fim de identificar o referente não dito. Diferentemente da referência, que apresenta marcas explícitas indicadoras do intertexto (nome do autor, título da obra, nomes de personagens), a alusão é mais implícita, ou seja, não apresenta marcas diretas e, assim, requer maior capacidade de inferência por parte do leitor. Nem sempre o leitor deterá as informações necessárias para a compreensão da alusão feita num determinado texto; contudo, o fato de não conseguir identificar não anula a presença da alusão. Certamente outros leitores conseguirão reconhecer os indícios intertextuais da alusão (CAVALCANTE, 2013).

Após a breve explanação acerca dos tipos de intertextualidade por copresença, vale lembrar que o diálogo que um texto mantém com o outro pode assumir diversos posicionamentos, conforme posto por Reboul (2004, p. 157): “Todo discurso responde a uma pergunta, admitiremos que ele sempre replica – explicitamente ou não – a outros discursos, seja apoiando-se neles, seja refutando-os, seja completando-os”. A forma como cada autor, num texto específico, manipula as citações, alusões ou referências, depende de seu objetivo argumentativo.

No próximo capítulo, apresentaremos algumas considerações acerca do gênero que, dentre várias outras características, tenciona modificar a opinião pública. O artigo de opinião é um gênero eminentemente retórico e, por meio do entendimento de suas características, procedimentos e finalidades, buscaremos verificar o grau de interseção entre o gênero selecionado e a teoria que norteia esta pesquisa.

2 O ARTIGO DE OPINIÃO JORNALÍSTICO E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DESTA PESQUISA

> *A linguagem não é somente um meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão.*
>
> Perelman e Olbrechts-Tyteca

Após as considerações teóricas (com a apresentação dos aspectos históricos e conceituais) advindas da retórica e da argumentação, passemos às reflexões acerca do gênero artigo de opinião jornalístico. Nosso objetivo não é o estudo do gênero numa única perspectiva teórica, nem mesmo seu aprofundamento; antes, propõe-se aqui, um breve estudo sobre o artigo de opinião que seja subsidiado por diversos autores como, por exemplo, os teóricos do jornalismo José Marques de Melo (2003) e Santamaría Suárez e Casals Carro (2000)[24]. Destacamos os estudos dos teóricos advindos do âmbito da comunicação por considerarmos relevante (para o propósito deste trabalho) a concepção de gênero sob a perspectiva do jornalismo. Vale lembrar que, além dos autores supracitados, outros estudiosos serão mencionados a fim de corroborar a reflexão. Pretendemos, por meio da análise e descrição de algumas características do gênero, buscar compreender o *corpus* selecionado para esta pesquisa.

2.1 DO ARTIGO DE OPINIÃO E DE SUA RELAÇÃO COM A RETÓRICA

[24] Serão tomados o teórico do jornalismo, Marques de Melo, através da obra intitulada *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985) e as autoras, também da área da Comunicação, Santamaría Suarez e Casals Carro, por meio da obra *La opinión periodística: argumentos e géneros para la persuasión* (2000).

O artigo de opinião é comumente definido[25] como um gênero que objetiva expor um ponto de vista sobre um determinado tema (comportamento, religião, economia, política, ciência, etc.). O articulista, geralmente, é especialista nos temas tratados na coluna em questão. Os leitores leem tal coluna justamente para conhecerem a opinião e a avaliação de um especialista acerca de um tema dado. A significação maior do gênero está contida no ponto de vista exposto por alguém. Essa avaliação não está oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas apresenta-se de forma clara e explícita. A opinião ali emitida vincula-se à assinatura do autor; o leitor a procura exatamente para saber como o articulista (em geral personalidade destacada) pensa e reage diante de uma cena atual (MELO, 1985).

O artigo é, então, redigido por um colaborador que, conforme falamos, é especialista numa determinada área e procura discutir assuntos de sua competência e abordar temas provenientes do âmbito de sua formação. O próprio jornal parte da especialidade do autor com o propósito de atribuir credibilidade aos artigos publicados na coluna em questão. Esse fato é observado, por exemplo, por meio das credenciais do autor expostas no espaço onde são publicados seus artigos. O reconhecimento social do articulista atribui credibilidade ao seu discurso, "alçando à posição de 'articulador' de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião. Seu posicionamento sobre determinado acontecimento social constitui-se em tema (objeto) de interesse (é notícia) para os jornais e para o público leitor" (RODRIGUES, 2003, p. 172).

Rodrigues (2003) afirma que o articulista assume o *ethos* da competência social e discursiva, angariada pela sua circulação na mídia e pela função profissional exercida. O reconhecimento social atribui credibilidade ao articulista, ao que ele diz, ao seu ponto de vista, à sua opinião. A própria posição prestigiada do autor enquanto especialista e colunista reconhecido socialmente confere a ele o *ethos* de autoridade. Embora a autoria no artigo seja um argumento de autoridade, a orientação apreciativa do articulista não se constrói isoladamente, mas se entrelaça com outras posições discursivas, isto é, mantém relações dialógicas com enunciados já ditos. Aliás, segundo Bakhtin (1997), todo gênero é dialógico porque o dialogismo é constitutivo da linguagem. A posição do autor vai se formando pelo modo como incorpora e trata as diversas vozes reunidas no seu enunciado; vale lembrar que tais vozes recebem diferentes valorações: ora são avaliadas positivamente cooperando na construção do ponto de vista do autor, ora são desqualificadas e opostas à tese defendida.

[25] O dicionário de gêneros textuais assim define o artigo de opinião: publicado "num jornal, revista ou periódico; texto de opinião dissertativo ou expositivo ou interpretativo, que forma um corpo distinto na publicação, trazendo a interpretação do autor sobre um fato ou tema variado. Desenvolve explícita ou implicitamente, uma opinião sobre o assunto, com um fecho conclusivo, a partir da exposição das ideias ou da argumentação/refutação construídas" (COSTA, 2009, p. 40-41).

Rodrigues (2003) observa a manifestação de dois movimentos dialógicos: *movimento dialógico de assimilação* e *movimento dialógico de distanciamento*[26].

O *movimento dialógico de assimilação* de vozes acontece pelo acúmulo da autoria, pois o jornal, como autor interposto[27] sustenta a responsabilidade jornalística da publicação do artigo. Outro movimento de assimilação refere-se à relação do autor com a sua esfera de atuação, que também se configura num argumento de autoridade. O jornal e a esfera social de onde fala o articulista são dois "pilares" que sustentam sua opinião. De certa forma, são tais pilares que enquadram o discurso do articulista. Não obstante, na composição da orientação valorativa, o autor incorpora outras vozes na constituição do seu discurso. "O enunciado já dito dialogiza o artigo e dá credibilidade à fala do articulista, pois traz consigo outras opiniões, verdades, fatos, dados com os quais o autor mantém relações dialógicas que vão dar corporeidade e sustentação a sua opinião" (RODRIGUES, 2003, p. 174). A autora prossegue dizendo que há vozes advindas da esfera do cotidiano (opinião pública), das esferas da ciência, da religião, da filosofia, da literatura, etc., e funcionam como uma voz de autoridade.

No *movimento dialógico de distanciamento*, há o procedimento de isolamento da orientação valorativa do outro (que é isolada do apoio de outras vozes), assim como o chamamento de outras perspectivas que não adquirem no enunciado o estatuto de credibilidade. Nesse movimento, a oposição a determinadas vozes são evidenciadas pelos qualificadores. Por exemplo, num determinado artigo, Luiz Felipe Pondé utiliza o *movimento dialógico de distanciamento*, por meio do qualificador "dinossauro francês"[28] usado para qualificar o presidente (socialista) da França, François Hollande. A oposição ao político é evidenciada por meio do qualificador. As vozes confrontadas pelo autor são apagadas ou reacentuadas pelo enquadramento. "Os movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento 'marcam-se' pelas diferentes estratégias de enquadramento e de citação do discurso do outro" (RODRIGUES, 2003, p. 175).

Dando continuidade, apresentaremos, a seguir, algumas especificidades do artigo de opinião jornalístico. Segundo Rodrigues (2005, p. 171), "há uma sistematicidade

[26] Tais conceitos foram desenvolvidos para se reportar às relações dialógicas e são advindos dos estudos da autora sobre a teoria bakhtiniana.

[27] A autora explica que entre a "posição do interlocutor (leitor) e da autoria não se pode deixar de incluir a empresa jornalística, pois a publicação do artigo passa pela leitura e aprovação prévia, funcionando o jornal como um leitor e autor interposto entre o articulista e os leitores" (RODRIGUES, 2003, p. 171).

[28] Esse exemplo pertence ao artigo intitulado "Que dó da Chanel!", publicado no dia 21.05.12 no Jornal Folha de S.Paulo.

quanto à ‘topografia’ do artigo”. Ele se situa na seção Opinião; tal localização é um elemento constitutivo do gênero, pois, segundo a autora, trata-se do lugar de ancoragem ideológica, delimitando a que parte do universo temático do jornalismo ele se refere. Além disso, o artigo é publicado diariamente e escrito por diferentes articulistas. Cada articulista tem seus artigos publicados numa certa periodicidade, o filósofo Luiz Felipe Pondé, por exemplo, tem seus textos publicados às segundas-feiras. Voltando ao aspecto do espaço ocupado pelo artigo – seção Opinião –, é interessante observar que ele “se situa entre os gêneros que historicamente tem seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística” (RODRIGUES, 2005, p. 171).

Ainda, segundo Melo (1985, p. 92), o artigo trata “de uma matéria jornalística onde alguém [...] desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. Ora, a fim de sustentar sua opinião e convencer ou persuadir seu auditório/leitor, o orador/articulista precisa conduzir bem sua argumentação. Diferente de outros gêneros jornalísticos como o editorial, por exemplo, o artigo de opinião expõe e defende explicitamente o ponto de vista do articulista. Por isso, o juízo de valor emitido não é do veículo de comunicação, a opinião emitida é do autor. Vivaldi (1973 apud MELO, 1985, p. 92) acrescenta que o artigo de opinião é “escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atuais, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista”.

Ao referir-se à questão do gênero numa possível análise retórica, Reboul (2004, p. 143) faz a seguinte asserção: “uma questão capital na leitura retórica é a do gênero, que comanda estreitamente o conteúdo persuasivo do discurso”. Ele prossegue dizendo que o gênero agrupa obras que demonstram características comuns. Além disso, afirma que é impossível fazer uma classificação, de modo exaustivo, dos gêneros. Não obstante, o mais útil para a leitura retórica é a comparação. “Se quisermos determinar as características de um gênero, precisamos perguntar o que o distingue do gênero mais próximo” (REBOUL, 2004, p. 143). Nesse sentido, é-nos útil distinguir, essencialmente, o artigo de opinião do editorial. Melo (1985, p.79) afirma que o editorial “é um gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Ora, conforme vimos, a opinião emitida no artigo vincula-se à assinatura do autor; trata-se de um ponto de vista particular. Basicamente, temos aqui um traço distintivo entre os gêneros citados. Sendo assim, o que distingue o artigo do gênero mais próximo (o editorial) é a manifestação subjetiva da opinião do articulista.

É importante relacionar esse caráter subjetivo do artigo de opinião à liberdade

do articulista. Santamaría Suárez e Casals Carro (2000) comentam que o artigo de opinião[29] goza de uma plena liberdade linguística e retórica. Ele vale o que valer a assinatura do articulista e se expressará segundo a disposição dessa individualidade. "O artigo pode ser razoado ou o contrário, falaz; orientador ou enigmático; analítico ou passional; crítico ou narrativo; e sempre valorativo, subjetivo, porque não pode ser de outro modo" (SANTAMARÍA SUAREZ & CASALS CARRO, 2000, p. 288, tradução nossa). Aliás, prosseguem as autoras, o crescente êxito do artigo de opinião se deve precisamente à utilização da máxima subjetividade.

O reconhecido colunista, escritor e historiador inglês Paul Johnson (1997 apud SANTAMARÍA SUAREZ; CASALS CARRO, 2000) tem tratado de desvelar o que define um bom articulista. Em primeiro lugar, ele considera de grande necessidade social o fato de emitir juízos sobre o mundo que nos rodeia. De nada serve a informação se não se utiliza para relacionar, explicar e julgar realidades. E o colunista é um escritor que julga. Há, segundo Johnson, cinco requisitos essenciais a todo articulista: ter conhecimento; ter ampla bagagem cultural decorrente das leituras; ter instinto para as notícias; ter a necessidade de variedade e oportunidade e, finalmente, enxergar a importância do caráter do colunista – este último requisito refere-se ao fato de não haver exploração do poder de colunista para a obtenção de fins pessoais.

Quanto à finalidade, o artigo pode assumir duas feições: doutrinário ou científico. O artigo doutrinário é aquele mais apropriadamente chamado de artigo jornalístico e que objetiva a analisar uma questão da atualidade, sugerindo ao leitor uma determinada maneira de vê-la ou de julgá-la. É uma matéria por meio da qual o articulista participa da vida social, denotando a sua condição de intelectual compromissado com o presente (MELO, 1985). Ele tenciona, por meio de seu discurso, transformar sua opinião em opinião pública. Dayoub (2004, p. 83) observa que o discurso opinativo faz uso de um modo de expressar dotado de intencionalidade. Por isso, "desde que elaborado como argumentação que visa à adesão, leva à reconstrução de fato abstraído da realidade". Essa reconstrução de opiniões conduz o raciocínio do auditório a uma direção frente aos acontecimentos sociais.

O articulista de nossos dias é, em múltiplas ocasiões, o protagonista de seus comentários, e é consciente, também, do poder de seu discurso. Ao opinar, de forma deliberada ou intuitivamente, ele faz uso de técnicas argumentativas com vistas a construir

[29] O artigo de opinião jornalístico recebe, na Espanha, a denominação de "columnismo". De forma mais específica, "columna personal". Para este trabalho, traremos os termos "artigo de opinião jornalístico", "artigo de opinião", "artigo opinativo" ou "artigo" em detrimento do termo "columna personal" todas as vezes que houver uma contribuição teórica das autoras onde haja a menção do gênero.

retoricamente a opinião do auditório. O movimento argumentativo realizado pelo orador implica não somente os argumentos de ordem racional como também os de ordem emocional; o autor conjuga um movimento argumentativo que imbrica razão e emoção (DAYOUB, 2004). Nesse mesmo sentido, encontramos a seguinte reflexão de Santamaría Suarez e Casals Carro (2000, p. 305):

> Em seus artigos, [os colunistas] nos falam da realidade tal e como eles a percebem, ideológica e sentimentalmente. Uma mescla que está dando excelentes resultados. É o discurso retórico de onde a sábia combinação do *ethos*, do *pathos* e do *logos* – o eu do que fala, a apelação às emoções do auditório e o conteúdo reflexivo ou conhecimento comunicado – não podem falhar em sua eficácia persuasiva como já nos ensinou Aristóteles em sua *Retórica* (tradução nossa).

O fato de o artigo de opinião ser tão popular entre os leitores de jornal se deve a qualidade literária que a maioria dos artigos possui e a um conteúdo sintético e nada ambíguo que alcança os leitores pela razão (psicológica) de se verem refletidos nesse pensamento; e também entre leitores dados ao gosto da polêmica porque lhes proporciona motivos para discutir, rebater ou compreender por onde vão os "tiros" ideológicos. A assiduidade é também um fator que entroniza o colunista. É o fator que faltava para captar o adepto (SANTAMARÍA SUAREZ; CASALS CARRO, 2000). Ainda com relação aos leitores desse gênero, as autoras afirmam que o que interessa ao leitor desses artigos tão pessoais são as vivências e pensamentos dos colunistas, o adorno metafórico da realidade, o "eu" ideológico e sentimental do outro compartilhado.

Após as reflexões até agora feitas, podemos tecer a seguinte consideração: a argumentação é comunicação, diálogo, e esse processo acontece num espaço onde a discussão é orientada pelos objetivos pretendidos – os quais podem ser os de modificar ou reforçar uma tese ou até mesmo o de desqualificar uma determinada opinião. A retórica encontra, nesse contexto, um lugar adequado para a compreensão crítica da dinâmica comunicativa (DAYOUB, 2004).

Uma vez realizadas as considerações sobre o gênero artigo de opinião jornalístico, bem como sobre sua relação com a retórica, passemos à descrição do *corpus* e de sua metodologia de seleção.

2.2 O *CORPUS* E SUA METODOLOGIA DE SELEÇÃO

O objeto de análise da presente pesquisa constitui-se de quatro artigos publicados no Caderno *Ilustrada* do Jornal *Folha de S.Paulo* e escritos pelo filósofo Luiz Felipe Pondé. A fim de contextualizar o *corpus*, passaremos à descrição do jornal, do Caderno e do colunista.

2.2.1 A *Folha de S.Paulo*

A *Folha* é, desde a década de 1980, o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral, possuindo a maior tiragem e circulação entre os demais diários[30]. Sendo assim, é possível perceber a amplitude do público leitor desse periódico. Vale lembrar que, além da versão impressa, o Jornal conta com o portal UOL – Universo Online –, provedor de conteúdo e de acesso à internet criado pelos grupos *Folha* e Abril. Nele, os leitores têm acesso a um conteúdo interativo, encontrando, nesse espaço, a oportunidade de se manifestarem por meio de comentários acerca das notícias veiculadas e dos artigos de opinião escritos pelos colunistas.

No *Manual da Redação* (2013) do Jornal, temos o relato de sua história. A *Folha de S. Paulo* foi fundada por um grupo de jornalistas, cujos líderes foram Olival Costa e Pedro Cunha, em 19 de fevereiro de 1921. Publicada com nome de *Folha da Noite*, o objetivo era chamar a atenção de leitores das classes médias urbanas e da classe operária. O Jornal ampliou-se com o lançamento de um matutino, a *Folha da Manhã*, em julho de 1925.

Em 1931, os títulos foram comprados por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, que modificaram a razão social da organização que os editava para Empresa Folha da Manhã Ltda. A linha editorial passou a defender os interesses dos produtores rurais paulistas.

O controle acionário da empresa passou então para o jornalista José Nabantino Ramos, em 1945, que alterou a razão social para a que mantém atualmente. Foi lançada em

[30] Os números auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) podem ser conferidos a seguir: Circulação paga - Outubro/2012: domingos: 321.535 exemplares; dias Úteis: 297.927 exemplares. Média Seg. a Dom.: 301.299 exemplares. FOLHA UOL. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ institucional/ circulacao.shtml>. Acesso em: 04 set. 2014.

1949, a *Folha da Tarde* e, em 1960, os três títulos se fundiram em um: *Folha de S. Paulo*. Sua linha editorial passava a ser marcada pelos interesses das classes médias urbanas do Estado.

A empresa, em 1962, com dificuldades econômicas, passa às mãos dos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Estes passaram a organizá-la financeira e administrativamente. A partir de 1974, a *Folha* notou a abertura política do regime militar e investiu nela nos dez anos que se seguiram. Em 1978, foi elaborado um projeto editorial que passou a nortear os rumos jornalísticos da *Folha*, que, em 1984, assumiu a liderança da campanha *Diretas-Já*. Em 1980, o jornal tornou-se o diário de maior circulação no país, posição que manteve daí em diante.

Segundo o *Manual da Redação* (2013), a *Folha* orienta-se por um projeto editorial que visa produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário. O percurso editorial abrange a observação e a investigação detalhada dos acontecimentos; além disso, preza pela redação clara e precisa, pela atitude de independência e pela edição pluralista e criativa; mas, sobretudo, preza pela organização crítica e hierárquica das notícias.

Quanto aos artigos, a *Folha* só publica textos inéditos no Brasil ou, em casos excepcionais, no mesmo dia que outro jornal brasileiro. Ela tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. Nesse sentido, seu princípio editorial é o pluralismo, todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no Jornal. Além disso, a *Folha* estimula a polêmica em suas páginas, elas devem estar presentes em artigos e críticas. O articulista é um colaborador especial que escreve com regularidade para o Jornal e assina sua respectiva coluna, já que manifesta suas opiniões particulares.

A *Folha*, também, publica seu material jornalístico organizado em cadernos temáticos. Dentre eles, tem-se o Caderno *Ilustrada* – espaço onde são publicados os artigos do filósofo Luiz Felipe Pondé. A fim de conhecer esse Caderno, passemos ao próximo tópico.

2.2.2 O Caderno *Ilustrada*

A *Ilustrada*, considerada um caderno crítico, traz, dentre diversos outros assuntos, a cobertura de temas relativos à área cultural. Seus colunistas garantem análise,

humor e diversidade de pontos de vista[31]. Luiz Felipe Pondé, um de seus colunistas, escreve às segundas-feiras desde 2008.

No livro *Pós-tudo*: *50 anos de cultura na Ilustrada* (2008) – organizado por Marcos Augusto Gonçalves –, é feito um relato jornalístico acerca da história e do formato do Caderno. A *Folha Ilustrada*, caderno de artes, espetáculos e variedades da *Folha de S. Paulo*, chegou às bancas em 10 de dezembro de 1958. Em suas páginas escreveriam intelectuais, escritores, artistas e jornalistas (Nelson Rodrigues, Paulo Francis, Caetano Veloso, dentre outros), cuja atuação está ligada à história da cultura, do entretenimento, da moda e da imprensa no Brasil. De acordo com o diretor de teatro Gerald Thomas, "a *Ilustrada* foi a internet da década de 80", referindo-se aos anos em que o caderno consolidou seu papel de principal veículo cultural diário do país. Segundo comentário da Revista *Veja* (1985), citado no *Pós-tudo*: *50 anos de cultura na Ilustrada* (2008), os autores teriam a licença para o exercício do personalismo no Caderno *Ilustrada*.

Ainda segundo Gonçalves (2008), a criação da *Folha Ilustrada* refletia a modernização da sociedade e da imprensa, trazendo o entretenimento e a emergência das mulheres como leitoras e consumidoras. Essa era a ideia de José Nabantino Ramos, proprietário da *Folha de S. Paulo* na época. Contudo, a *Ilustrada* não foi em seus primórdios um caderno feminino, nem um caderno de cultura. Em suas páginas desfilavam as chamadas "variedades" – conceito que recobria desde reportagens sobre cesarianas em mulheres sob hipnose até fofocas de Hollywood, passando por viagens de balão, exposições de arte, artigos científicos e notas sociais.

Em 1964, a *Ilustrada* procurava sair dos assuntos cotidianos e explorar outros horizontes. Contudo, as revistas na época começaram a explorar os mesmos assuntos, além disso, todo o seu material era oriundo de agências americanas e europeias, que fugiam da realidade brasileira. Assim, com o passar dos anos, a *Ilustrada* passou a abrir novos espaços, evoluindo a ponto de tornar-se um agente de fertilização cultural brasileira. Hoje, o Caderno traz, então, além de uma diversidade de informação cultural, colunas onde são expostas opiniões de especialistas e críticos nos assuntos relativos aos interesses dos leitores brasileiros.

2.2.3 Luiz Felipe Pondé: a formação de um pessimista

[31] FOLHA UOL. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 04 set. 2014.

Luiz Felipe Pondé é filósofo, escritor, ensaísta e colunista do Jornal *Folha de S.Paulo*. Quanto a sua formação acadêmica, possui graduação em Filosofia Pura pela Universidade de São Paulo, mestrado em História da Filosofia Contemporânea pela mesma universidade, DEA em Filosofia Contemporânea – *Universite de Paris VIII*, doutorado em Filosofia Moderna pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Epistemologia pela *University of Tel Aviv*.

Atualmente é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor titular da Fundação Armando Álvares Penteado.[32] Ademais, Pondé é colunista exclusivo do *Jornal Folha de S. Paulo*. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ciências da Religião e Filosofia da Religião, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, mística, santidade, angústia, modernidade/Pós-modernidade e epistemologia.[33] Em sua coluna discute temas como comportamento contemporâneo, religião, filosofia, ciência, política, dentre outros.

Como escritor, Pondé publicou os seguintes livros: *Contra um mundo melhor:* ensaios do afeto (2010); *Guia politicamente incorreto da filosofia:* ensaio de ironia (2012); *A filosofia da adúltera*: ensaios selvagens (2013); *A era do ressentimento*: uma agenda para o contemporâneo (2014); dentre outros[34].

No ensaio intitulado "A formação de um pessimista", publicado no livro *Por que virei à direita* (2012), Luiz Felipe Pondé expõe sua matriz intelectual. Nesse ensaio, a intenção do filósofo é tentar narrar sua opção pelo pensamento conservador. É relevante o conhecimento acerca de seu posicionamento político a fim de compreendermos a condução argumentativa de seus artigos. Outro fator importante acerca de sua condução argumentativa, é a compreensão do contexto no qual ele está inserido. Pondé começou a escrever artigos para a *Folha* no ano de 2008 e, nesse período (e desde então), o Brasil está sob o governo do PT (Partido dos Trabalhadores), partido orientado pelo pensamento de esquerda e oposto às ideias do colunista.

O pessimismo delineia o pensamento e a postura do autor. Sua tendência ao pessimismo é amparada na visão da fragilidade humana (fisiológica, inclusive) que o autor teve a oportunidade de assistir durante sua graduação de medicina (anterior à formação em filosofia).

---

[32] Além disso, possui outros vínculos significativos em pós-graduação: Escola Paulista de Medicina, Unifesp – professor e pesquisador convidado; *University of Warsaw* – professor convidado; *Universität Marburg* – professor e pesquisador convidado; *University Of Tel Aviv* – pesquisador; Universite de Paris VIII – pesquisador; Universidad de Sevilla – professor convidado e Universite Catholique de Louvain.

[33] Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728105J6>. Acesso em: 13 jan. 2015.

[34] *O homem insuficiente* (2001); *Crítica e Profecia*: filosofia da religião em Dostoievsky (2003); *Conhecimento na desgraça*: ensaio de Epistemologia Pascaliana (2004); *Do pensamento no deserto* (2009); *O catolicismo hoje* (2011) e *Por que virei à direita* (2012).

Em seu livro *Contra um mundo melhor* (2010) Pondé afirma habitar três mundos: o ceticismo[35], o conservadorismo e o niilismo[36]. O ceticismo atua como um fundamento para seu pensamento conservador. Nesse sentido, ele segue o filósofo David Hume – maior cético moderno –, que supõe ser a noção de hábito[37] a responsável pelo modo de operação humana para além de qualquer fé na razão. Para Hume, movemo-nos pelo sucesso de nossos hábitos cognitivos, como numa espécie de dança cega de tentativa e erro. Para o filósofo escocês, os afetos desarticulam a "operação racional", nenhum outro autor moderno fez com que Pondé pensasse na insuficiência da razão e no "fanatismo dos racionalistas" com sua negação dessa insuficiência (PONDÉ, 2012, p. 69). É exatamente nessa tradição que o colunista se encontra em matéria de política. David Hume, Albert Camus e Nelson Rodrigues são alguns dos influenciadores de sua visão política. Vale lembrar que, conforme ele mesmo afirma, seu conservadorismo é referente ao âmbito político; nas demais áreas ele sustenta um posicionamento liberal.

Enfim, após a breve apresentação do articulista, do jornal e do Caderno no qual escreve, passaremos à descrição da metodologia de seleção dos artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2.2.4 Metodologia de seleção do *corpus*

[35] "Ceticismo, em filosofia, é uma atitude e uma tradição. Como tradição, marca a dúvida com relação ao conhecimento como um todo. A filosofia antiga sempre foi uma espécie de "sabedoria prática", uma *phrónesis*. Assim, na Grécia, os filósofos céticos eram muitas vezes assimilados aos médicos ou aos sábios. Qual seria a sabedoria prática do ceticismo? Antes de tudo, que a razão é insegura quanto ao que toma como verdade; sua relação com os órgãos dos sentidos tampouco é evidente como fundamento; enfim, que a cognição pode falhar, e daí nossa memória e nossas teorias sobre o mundo falharem muitas vezes. Ceticismo não é apenas dúvida com relação à religião. Ele é mais viril quando duvida da razão, dos sentidos e dos projetos racionais para a vida com um todo" (PONDÉ, 2012, p. 58).

[36] "O termo 'niilismo' reporta à época da Revolução Francesa, especificamente por meio do escritor russo Turgueniev. No meio filosófico foi empregado por Friedrich Sclhegel, Johann Fichte e Friedrich Hegel. Mas é após a teoria de Fridirech Nietzsche que a "filosofia do nada" ganha seu entendimento contemporâneo. De certo modo, o niilismo filosófico contemporâneo retoma, em decorrência talvez da formulação da teoria do caos e em contrapartida às teorias cosmológicas da antiguidade grega e cristã católica, a revelação da ausência de fundamento e verdade às coisas em si. Torna-se mola propulsora da inovação, da quebra de valores e desmistificação de muitas teorias tidas como 'verdadeiras'". Disponível em: <http://revistalampejo.org/edicoes/edicao-4/artigos/Artigo3_Antunes% 20Ferreira%2027%20a%2037.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

[37] "Hábito aqui deve ser entendido como uma espécie de somatória de costumes morais, crenças religiosas, vivências psicológicas, experiências sociais sedimentadas e afetos constituídos – ou, como dizem os britânicos, 'hábitos do afeto'. Desde Enesidemo ou Agripa, os antigos sabem que o hábito de alguma forma retém em si um *quantum* de conhecimento que garante a vida concreta. Esse hábito na ordem do tempo constitui grande parte do que se entende por tradição. Seja na Grécia antiga, seja em Montaigne, Hume ou Michael Oakeshott, é forte a relação entre ceticismo e a ideia de 'conservar' o hábito" (PONDÉ, 2012, p. 59).

Foram selecionados quatro artigos de opinião para constituir o *corpus* de análise desta pesquisa. O procedimento metodológico consistiu na amostragem sistemática – uma das técnicas para a determinação da amostragem probabilística. De um total de 156 artigos publicados no biênio de 2013 a 2014, foram escolhidos quatro, um a cada semestre. Para uniformização da amostra, nos primeiros semestres de cada ano, foram escolhidos artigos publicados no mês de maio; e, nos segundos semestres de cada ano, foram escolhidos artigos publicados no mês de agosto. Objetivou-se, com tal procedimento, garantir à amostra selecionada o caráter de representatividade, obtendo, por meio de seus dados e de sua recorrência, elementos indicadores e caracterizadores dos artigos escritos pelo articulista em sua totalidade. Seguem, abaixo, os títulos dos artigos seguidos de suas datas de publicação:

1 "Para além do niilismo" – publicado no dia 06.05.2013;

2 "Dior not war" – publicado no dia 05.08.2013;

3 "Esperança do Mundo" **–** publicado no dia 12.05.2014 e

4 "O impasse conservador" – publicado no dia 11.08.2014.

Finalmente, cabe aqui observar que a descrição do *corpus* favorece a compreensão do gênero selecionado para estudo e, por meio da apresentação das informações relativas ao Jornal, ao Caderno e ao colunista, foi possível promover uma contextualização precedente à análise. Assim, no próximo capítulo, será analisado o objeto de estudo da presente pesquisa.

3 POR UMA ANÁLISE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA DOS ARTIGOS DE LUIZ FELIPE PONDÉ

> *A retórica foi uma aventura do espírito humano para, na construção da democracia, em que são essenciais a dissensão e a persuasão, compreender os meios de que se serve o enunciador para realizar sua atividade persuasória.*
>
> Fiorin

Este capítulo trará a análise dos artigos selecionados para constituir o *corpus* desta pesquisa. Os conceitos teóricos apresentados no primeiro capítulo subsidiarão as análises efetuadas. Em relação ao processo metodológico para a análise dos dados, será utilizado o estudo qualitativo-quantitativo. Qualitativo no que se refere à caracterização do estilo retórico do autor, e quantitativo por mostrar a recorrência de determinados elementos na amostra selecionada. Nosso objetivo é buscar a apreensão de certas regularidades e, assim, poder visualizar as características principais do estilo desse articulista no gênero selecionado. Vale lembrar que o intuito não é promover um estudo das doutrinas filosóficas, dos fatos históricos e dos nomes trazidos nos artigos analisados. Antes, visamos analisar e identificar as técnicas argumentativas, os mecanismos retóricos e as figuras presentes no *corpus* com vistas à compreensão do estilo retórico do autor.

Reboul (2004) afirma que diante de um texto é-nos sempre útil fazer a seguinte pergunta: há um motivo central, ou seja, um procedimento retórico que sirva como um princípio organizador para o texto? Ele mesmo responde que tal princípio organizador pode ser uma figura ou um argumento, por exemplo. E prossegue comentando: "é certo que não se pode distinguir um motivo central em todos os textos, mas é útil procurar um, porque, encontrando-o, encontramos logo a unidade viva do discurso" (REBOUL, 2004, p. 158). Sendo assim, intencionamos, por meio da recorrência de determinada técnica argumentativa, verificar se há algum motivo central nos textos de Luiz Felipe Pondé. Ademais, buscaremos verificar como as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) atuam nos artigos opinativos selecionados.

3.1 ANÁLISE 1: “Para além do niilismo”

O primeiro artigo selecionado para análise intitula-se “Para além do niilismo” e foi publicado no dia 06 de maio de 2013. Nesse artigo, o articulista discute questões relativas aos valores, tais como: niilismo, tragédia, ceticismo, ateísmo, amor e confiança. Além de temas relativos à atualidade, o autor, frequentemente, traz temas oriundos da esfera filosófica. O título, sobretudo àqueles que, de antemão, já conhecerem a formação ideológica do colunista, antecipa algumas possibilidades discursivas e temáticas. Para um determinado auditório particular (conhecedor da vida e obra do filósofo), é possível antever a argumentação que será apresentada posteriormente no processo da narração e, por que não, no exórdio; já que o niilismo faz parte da formação do orador.[38]

No exórdio, o autor[39] emite a seguinte asserção:

> *O leitor sabe que meu pecado espiritual é o niilismo. Enfrento-o dia a dia como qualquer moléstia incurável. O tema já foi tratado por gênios como Nietzsche, Turguêniev, Dostoiévski, Cioran. Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu.*

O início do discurso serve como preparação do caminho que se segue posteriormente, no processo da narração. Na fase inicial, a tese é indicada por meio de elementos pertencentes às três provas[40] técnicas da retórica: *logos*, *pathos* e *ethos*. As provas éticas (*ethos*) e patéticas (*pathos*) são predominantes na fase correspondente ao exórdio porque, nesta fase especificamente, elas possuem um lugar de predileção.

Contudo, no fragmento em análise, pode-se verificar também o recurso ao *logos* que, nesse caso, fica evidenciado pelas escolhas lexicais (*pecado espiritual, moléstia incurável*) associadas ao termo “niilismo”. Ainda em referência ao niilismo, o autor diz enfrentá-lo diariamente como qualquer *moléstia incurável*. Por meio da expressão *moléstia incurável*, fica evidenciado que, para o orador, a convivência com o niilismo é “patológica”, causa-lhe sofrimento. Além disso, acerca da fase inicial do discurso, o orador procura estabelecer um acordo com o auditório; tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da

[38] Ao longo de todas as análises, os excertos extraídos dos artigos serão transcritos em *itálico*.

[39] Neste capítulo de análise, além do termo “orador” (concernente ao locutor nos estudos retóricos), as designações “autor”, “articulista”, “colunista” e “filósofo”, também serão utilizadas em referência a Luiz Felipe Pondé.

[40] Também denominadas “argumentos”.

argumentação pressupõem esse acordo. Na expressão: *o leitor sabe...*, o autor pressupõe que a expressão já seja conhecida pelo leitor, constituindo, então, um ponto de partida para o desenvolvimento do artigo. Ademais, na expressão *Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu*, é possível identificar a figura denominada *cleuasmo*, uma vez que, nesse enunciado, o orador finge depreciar-se visando fazer-se mais apreciar. Esses gigantes aos quais o orador alude (*Nietzsche, Turguêniev, Dostoiévski, Cioran*) são autoridade nos temas relativos à filosofia e, de modo específico, já haviam pensado o niilismo – um dos valores que serão discutidos ao longo do texto.

O orador continua:

> *A tragédia também me acompanha em todo café da manhã, essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada. Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.*

Verifica-se que, no início do trecho destacado, o autor constrói uma imagem de si (*ethos*) pessimista, manifestado pela escolha lexical *tragédia* e *todo café da manhã*. Além disso, pode-se verificar a antecipação do argumento de autoridade. Antes de mencionar os autores que compartilham da mesma visão trágica, o orador se antecipa e defende tal concepção por meio da afirmação "*essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada".* Em seguida, o articulista invoca as autoridades que compartilham a visão anteriormente defendida e confirmada:

> *Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.*

Percebemos, no trecho acima, a menção de autores consagrados que compartilham a mesma visão trágica, quais sejam: Sófocles, Nietzsche, Shakespeare, Albert Camus e Philip Roth. A citação de autoridade surge não apenas para fundamentar a tese defendida como também para construir a própria autoridade do autor, como em: *Aqui tenho grandes parceiros* (grifo nosso). Ou seja, ao chamar de *grandes parceiros* os autores supracitados, o autor se inclui nesse grupo de renomados pensadores, desse modo, o orador fortalece seu *ethos* de autoridade. Nesse caso, o *ethos* adquire uma função argumentativa.

Sendo assim, o *ethos* refere-se ao orador como princípio e também como argumento de autoridade (MEYER, 2007).

O autor prossegue:

> *Ambos, niilismo e tragédia, são visões de mundo que arruínam a vida. Diante deles, ateísmo é para iniciantes. O ateísmo só é aceitável quando blasé e sem associações de ateus militantes. Para niilistas como eu, o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça.*

A partir daqui, podemos perceber uma hierarquia dos valores mencionados pelo autor. A princípio, convém elencá-los: niilismo; tragédia e ateísmo (subdividido em *blasé* e *crente em si mesmo*). Pode-se perceber a ordem desses valores mediante os qualificadores atribuídos pelo articulista a cada valor posto na argumentação. Tal hierarquia pode ser visualizada por meio da Fig. 1:

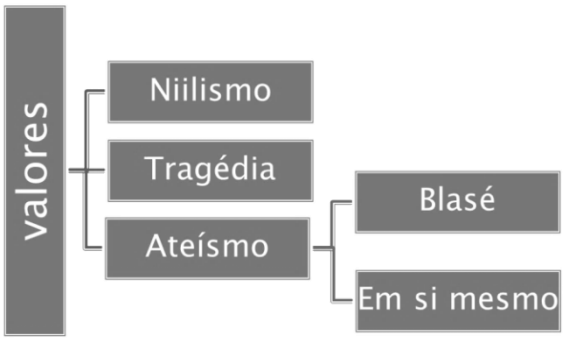


Figura 1 – Hierarquia de valores
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ainda no mesmo excerto, o articulista, ao utilizar a expressão "*brincadeira de meninas com fita cor de rosa na cabeça*" para qualificar o ateísmo crente em si mesmo, atribui a esta atitude um caráter infantil. Vejamos a expressão completa: *o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça.* É possível verificar aqui uma expressão metafórica. No contexto em que é utilizada, a metáfora joga com uma identidade máxima, declarando uma proximidade entre dois domínios ou conjuntos dessemelhantes (MEYER, 1994). Entre os dois domínios haverá um elo conjuntivo que os unirá; nesse caso, o caráter infantil une os dois comportamentos supracitados. Ademais, nessa expressão metafórica, pode-se perceber o *ethos* de provocador.

Dando prosseguimento ao texto:

> *Nos últimos tempos, tenho me interessado por outra virtude, a confiança, essa, tão difícil quanto a coragem, uma vez tomada a alma pelo niilismo e pela tragédia. É sobre ela que quero falar nesta segunda-feira, dia normalmente difícil, acompanhado do "bode" do domingo e da monotonia do dia a dia que recomeça imerso num sono que nunca descansa, porque sempre atormentado pela dúvida com relação ao amor, à família, ao trabalho e à viabilidade do futuro.*

No fragmento acima, percebe-se a inclusão de um novo valor (a confiança) e o início de um redirecionamento na ordenação dos valores discutidos ao longo da narração (*Tenho me interessado por outra virtude*). Ainda, o autor faz menção à segunda-feira e procura definir este dia da semana. Contudo, não se trata de uma habitual definição a que estamos acostumados; trata-se de uma *definição oratória*, uma vez que o orador utiliza a estrutura da definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano da consciência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

O orador continua:

> *Ando de saco cheio do niilismo e da tragédia, apesar de continuar experimentando-os todo dia. Em termos morais, a virtude máxima para ambos é a coragem, e o vício mais a mão, a covardia.*

Após declarar que vinha se interessando por outra virtude, o autor afirma que anda de *saco cheio do niilismo e da tragédia*. Seu *ethos* de insatisfação é construído mediante a escolha lexical "saco cheio". Essa escolha, quando associada aos valores mencionados acima, confere-lhes uma conotação negativa, de desaprovação. Vale notar que a virtude "confiança" – novo valor inserido à narração e à hierarquia, pressupõe certo otimismo, o que confronta com a atitude niilista e trágica – que têm como princípio o pessimismo. Essa inversão permite a recondução da construção hierárquica.

Dando continuidade:

> *Meu maior pecado como escritor é jamais enganar, jamais querer agradar. Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente. O caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de desejo de agradar a quem o lê.*

No excerto acima, é possível perceber o diálogo do orador com o auditório. Primeiramente, percebe-se a manifestação do *ethos* de pessimista pela seleção lexical "meu maior pecado" e pela possível despretensão do articulista em querer agradar. Na expressão *Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente*, o orador constrói sua própria imagem (daquele que não quer agradar) em função da imagem que ele faz do seu auditório (que quer ser respeitado). Ainda sobre o processo de construção de sua autoimagem, o orador conclui, no excerto em questão, dizendo que *o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê*. Como o próprio autor afirmara anteriormente que não pretende agradar, ele mesmo conduz ao seguinte raciocínio: "*Meu maior pecado como escritor é [...] jamais querer agradar > o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê;* logo = o orador tem caráter".

O articulista afirma seu (bom) caráter segundo critérios estabelecidos por ele mesmo. Veja que o *ethos* de um bom caráter foi construído mediante o recurso ao *logos* por meio do silogismo dialético, já que o articulista parte de premissas prováveis, isto é, tanto as premissas quanto a conclusão são objeto de opinião e não da certeza científica (TRINGALI, 1988).

O orador continua sua argumentação trazendo um dos valores discutidos no artigo: o amor.

> *O amor [...] é personagem central da obra do dinamarquês Soren Kierkegaard "As Obras do Amor"[...]. Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental. Segundo nosso existencialista, o amor tudo crê, mas nunca se ilude porque, assim como a desconfiança e o ceticismo, o amor sabe que o conhecimento não é capaz de nada além do que fundamentar o niilismo, o ceticismo e o desespero.*

Kierkegaard é mencionado por meio de seu livro *As obras do amor*. Temos o argumento de autoridade pela citação do livro e também por meio da menção de seu autor – o filósofo e teólogo dinamarquês do século XIX, Soren Kierkegaard. E, mais uma vez, é possível perceber que o articulista não somente invoca a autoridade (o livro *As obras do amor*) como também a qualifica positivamente a fim de ratificar o seu argumento: *Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental.* Prosseguindo, podemos verificar a presença da figura *enálage* por meio da transformação de um "eu" que até então estava se manifestando no processo argumentativo, para um "nosso", vejamos: *Segundo nosso existencialista...* Nesse caso, a figura apresenta-se como um artificio retórico que une uma

figura de presença com a figura de comunhão, uma vez que busca a integração com o auditório (FERREIRA, 2010). Além da *enálage*, outra figura identificada no fragmento em análise é a *personificação* como em: *o amor tudo **crê**, mas nunca se **ilude** [...], o amor **sabe** que o conhecimento não é capaz de nada...* "Crer", "iludir" e "saber" são ações verbais executadas por seres humanos; aqui, são atribuídas a uma virtude abstrata com o objetivo de ampliar o sentido.

O autor continua, então, sua argumentação:

> *O amor é um afeto moral, não um ato da razão. A razão não justifica a vida. O amor é uma escolha de investimento na vida, uma atitude, mesmo que a razão prove a falta de sentido último de tudo.*

Vimos, anteriormente, a FIG. 1 representando a hierarquia de valores estabelecida pelo autor. Nela, pudemos perceber, na ordem decrescente, os seguintes valores hierarquizados: niilismo, tragédia e ateísmo (subdividido em *blasé* e *crente em si mesmo*). A partir desse ponto do texto, verificamos a inserção de um novo valor (o amor) e a (re)hierarquização dos valores:

Figura 2: Rehierarquização dos valores
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O valor "amor" é posto no topo da hierarquia por meio da qualificação feita pelo orador na seguinte asserção: *O amor é um afeto moral, não um ato da razão.* Os valores "niilismo" e "ateísmo" trazem consigo o caráter racional e cético que lhe são devidos. Segundo o excerto em análise, *a razão não justifica a vida...* Sendo assim, os valores pertencentes ao âmbito racional são submetidos ao "amor" – afeto moral, dentro da hierarquia.

O orador, então, conclui:

> *Ingênuos são os niilistas e céticos que consideram a desconfiança um ato livre da vontade. A desconfiança é uma escravidão. A aposta na vida é que mostra o caráter maduro de mulheres e homens. Boa semana.*

Na peroração, os valores ainda são trazidos e evidenciados por meio dos seguintes qualificadores: niilistas e céticos são *ingênuos*; a desconfiança é uma *escravidão* e, a aposta na vida, ou seja, a confiança, é *que mostra o caráter maduro de mulheres e homens.* Assim, a (re)hierarquização dos valores esteve presente durante todo o processo argumentativo. Vale lembrar que o que importa num processo argumentativo não são os valores em si, e sim como tais valores são hierarquizados pelo orador. Mesmo que o colunista seja pessoalmente adepto ao niilismo e à tragédia, nesse artigo, especificamente, foi demonstrado que, pelo contrário, a confiança (e o amor) é que demonstra(m) o caráter de homens e mulheres. Além disso, foi possível perceber o apelo ao *pathos* nessa fase final do artigo[41], uma vez que, nessa etapa, são resumidos os pontos mais importantes do discurso com a finalidade de reavivar a memória dos ouvintes e *causar influência pela emoção* (DAYOUB, 2004, grifo nosso).

3.2 ANÁLISE 2: “Dior not war”

O segundo artigo selecionado para análise intitula-se “Dior not war” e foi publicado no dia 05 de agosto de 2013. No título do artigo, verifica-se a intertextualidade que será confirmada no exórdio.

> *“Dior não guerra." Vi esta frase numa camiseta. Lembra a clássica dos anos 60: "faça amor, não faça guerra".*

A intertextualidade ocorre mediante o recurso à paródia, uma vez que o *texto-fonte* foi retrabalhado, transformado com o intuito de atingir o propósito comunicativo no qual o orador expõe seu caráter crítico (CAVALCANTE, 2013). Embora a expressão “Dior not war” não tenha sido criada originalmente pelo articulista, ela foi utilizada (com o seu caráter

[41] Não se afirma aqui que as paixões estiveram presentes apenas na peroração. Antes, elas se destacaram nessa etapa com o intuito de induzir a uma conclusão.

intertextual) no texto de acordo com as intenções argumentativas. Ao estabelecer um diálogo entre as duas frases (*"Dior não guerra."* e *"faça amor, não faça guerra"*) o orador relaciona "Dior" – que, segundo ele, pode ser considerada símbolo do capitalismo – com a frase "faça amor", atribuindo uma conotação positiva à prática econômica vinculada à marca em questão. Infere-se, daí, que o oposto, ou seja, o "não capitalismo" estaria associado à guerra e as implicações (negativas) a ela inerentes. Ainda no exórdio, o autor prossegue:

> *Melhor do que a bobagem com o rosto do assassino mais chique da América Latina, o Che.*

Ao adjetivar Che de *assassino mais chique da América Latina*, após qualificar como "bobagem" o símbolo do guerrilheiro, Pondé ironiza, por meio do adjetivo "chique", estimulando o riso; além disso, demonstra o argumento da incompatibilidade na relação bobagem/chique. Nesse sentido, a ironia atua como uma figura do *pathos* e do *ethos* já que promove o riso; ademais, atua como figura do *logos* por ressaltar um argumento de incompatibilidade pelo ridículo (REBOUL, 2004). Vale observar aqui a relativização da paixão despertada por meio da expressão *assassino mais chique da América Latina*. Para um determinado auditório – adepto das ideias do articulista –, o riso seria despertado por meio da ironia; para outro auditório – não adepto às ideias do articulista –, a paixão possivelmente despertada seria a ira. Em ambos os casos, o orador atingiria seu propósito: agradando o primeiro auditório; provocando o segundo. Ademais, o próprio *ethos* do orador assumiu um aspecto irônico no trecho acima analisado.

No próximo parágrafo, inicia-se o desenvolvimento da tese de adesão inicial apresentada no exórdio.

> *O que me encantou na frase é que a Dior representa – ou qualquer outra marca – a capacidade humana de produzir riqueza como forma de civilização, em vez de nos matarmos. Todo mundo sabe que riqueza material não é apenas riqueza material.*

Nesse trecho, a expressão *o que me encantou* revela o posicionamento do autor favorável ao livre mercado, evidenciando, assim, seu *ethos* de capitalista; vale lembrar que na intertextualidade supracitada, Dior vincula-se à conotação positiva de "faça amor". No mesmo período, mais adiante, o autor coloca a prática econômica vinculada à marca como "a capacidade humana de produzir riqueza como forma de civilização" e conclui, "em vez de nos matarmos", ou seja, "não faça guerra".

Ainda no mesmo parágrafo, Pondé comenta:

> *Todo mundo sabe que riqueza material não é apenas riqueza material.*

Ao optar pela expressão "todo mundo", o autor atribui o caráter de obviedade à afirmação "riqueza material não é apenas riqueza material". Tal expressão não corresponde a uma premissa que tenha como base o vínculo com o real, mas sim com o preferível[42]. Diferentemente do real – que tem como público alvo o auditório universal, o preferível não tem essa pretensão, ele se destina a um auditório particular (aqueles que concordam que riqueza material não seja apenas riqueza material).

Dando prosseguimento à argumentação, Pondé exprime:

> *O que aborrece no Brasil é que ainda não entendemos que a riqueza da qual falam autores como Adam Smith (filósofo moral, e não um guru do egoísmo como alguns pensam por aqui) não é apenas material, mas moral e existencial.*

Nesse excerto, o autor expõe seu posicionamento crítico por meio do verbo "aborrecer". Vale observar que esse "Brasil" que o aborrece é o país cujo governo pertence à oposição ideológica daquilo que o orador sustenta como o ideal. Em seguida, ele apresenta um modelo econômico (por meio do filósofo Adam Smith) que demonstra que a riqueza material ultrapassa as questões materiais e adquire um sentido existencial. Ademais, além de mencionar Smith, o orador se preocupa em defender o filósofo por meio da afirmação *filósofo moral, e não um guru do egoísmo como alguns pensam por aqui*. O colunista não visa apenas fundamentar o argumento de autoridade "Adam Smith"; antes, ele antevê possíveis objeções contra seu argumento. Nesse sentido, o orador faz uso da *prolepse,* uma vez que ele levou em consideração uma possível objeção e se antecipou em respondê-la.

Dando continuidade ao artigo, o articulista discorre:

> *Outro dia vi numa dessas cidades históricas mineiras maravilhosas um grupo de jovens, **como cara de anos 60 extemporâneos**, que **falavam barbaridades contra o capitalismo**, todos munidos de iPhones e iPads, registrando tudo a sua volta. Ignorantes, parecem*

[42] O acordo sobre o preferível é um dos tipos de acordo prévio presente nas premissas da argumentação. Tal acordo é decorrente de juízos que estabelecem preferências a partir de dado valor, hierarquia ou lugar do preferível.

> *pensar que toda esta tecnologia, que vai de celulares a cirurgias cardíacas, caem do céu. Não, tudo custa, e muito.*

No fragmento acima, o orador, ao referir-se ao grupo de jovens que protestava contra o capitalismo, denominou-os de *cara de anos 60 extemporâneos.* Segundo o dicionário Houaiss (2001), "extemporâneo" é relativo ao "que ocorre ou se manifesta fora ou além do tempo apropriado ou desejável [...]; que não é próprio ou característico do tempo ou do momento em que ocorre". Nesse sentido, é atribuído aos jovens um caráter ultrapassado, destoante à atual realidade econômica. Além disso, o próprio comportamento deles é visto pelo orador como incoerente, já que é percebida a incompatibilidade entre o protesto contra o capitalismo e a utilização, por eles mesmos, de dispositivos que são produto do sistema contra o qual protestam. Tal contradição torna o contexto ridículo e a ironia, mais uma vez, provoca o riso do leitor.

E o autor prossegue:

> *Recentemente li na revista "The Economist" duas matérias muito interessantes.*

Aqui, mais uma vez, o autor cita uma autoridade visando ratificar seu posicionamento. A revista "The Economist" é referência nos assuntos de economia no âmbito mundial. Renomados pesquisadores da área são leitores assíduos desse periódico e o tem como parâmetro acerca das questões econômicas, ou seja, a revista possui discurso autorizado.

Em prosseguimento, encontramos:

> *Uma primeira falava de como o crime comum (roubos, assassinatos e similares) tem caído significativamente em países ricos, como EUA, Reino Unido e Alemanha, mesmo em cidades grandes como Nova York e Londres.*
> *Não se trata apenas de mais punição, mas sim de um conjunto de elementos que passam por polícia mais equipada e treinada (o que não quer dizer mais violenta), tanto preventiva quanto científica. Crianças em boas escolas e ocupadas principalmente quando as famílias são mononucleares (só um dos pais), ruas limpas, estradas bem feitas, hospitais eficientes, transporte público operacional, vizinhos ativos no cuidado com seu bairro (quem não come nem dorme não pode ser um vizinho assim). Enfim, tudo que custa muito dinheiro.*

Em primeiro lugar, o orador faz uso do *lugar da quantidade*, uma vez que apresenta informações relativas a dados estatísticos, vejamos: *o crime comum (roubos, assassinatos e similares) tem caído significativamente em países ricos*. Mesmo que não seja apresentado um valor numérico explícito, fica subentendida a informação de que foi feita uma pesquisa e de que os dados apontaram para a queda da criminalidade nos países ricos. Ademais, tais países (EUA, Reino Unido e Alemanha), por apresentarem resultados positivos, demonstraram que são detentores de uma administração político-econômica que está dando certo. Portanto, eles constituem um *modelo* a ser seguido e uma ação que inspira imitação.

Contrariamente ao *modelo* que conduz à imitação por constituir um exemplo digno de ser imitado, o *antimodelo* repele qualquer tentativa de inspiração:

> *Noutra [matéria da revista "The Economist"], sobre Cuba, falava-se da luta das pessoas para poderem comprar e vender coisas e terras sem ter apenas o Estado como "parceiro" de negócios. E como isso é visto como um milagre dos céus. E ainda tem gente chique no Brasil que acha Cuba um "experimento" a ser levado a sério. Que horror!*

No primeiro período do excerto acima, é relatada outra reportagem da revista *The Economist* que, desta vez, não apresenta um modelo que está dando certo, antes, revela a *luta das pessoas para poderem comprar e vender coisas e terras sem ter apenas o Estado como "parceiro" de negócios*. O qualificativo "parceiro" adquire, na argumentação, um significado impróprio daquele definido nos dicionários; muito além da significação literal, a expressão "parceiro" de negócios revela juízos de valor advindos da postura ideológica do orador. Segundo Authier (1981 apud CUNHA, 2010, p. 192), o uso das aspas

> *coloca o locutor como juiz e dono das palavras, capaz de se distanciar e de emitir um julgamento sobre elas no momento em que as utiliza. Esse distanciamento pode manifestar um questionamento sobre o caráter apropriado das palavras aspeadas, ou uma indicação de que pertencem a outro.*

Ademais, ao concluir o período com a expressão "Que horror!", o autor revela, de forma emotiva, seu posicionamento frente ao modelo político-econômico citado. Nesse mesmo raciocínio, Reboul (2004, p. 183) afirma: "O antimodelo indica, muitas vezes de modo fortemente emotivo, o que não se deve imitar".

> *E aí passo a um livro que recomendo a leitura para quem quiser pensar no mundo livre do neolítico – o socialismo, levado a sério por muitos de nós, é puro neolítico. "Why Nations Fail, The Origins of Power, Prosperity, and Poverty", de Daron Acemoglu, professor de economia do MIT e James A. Robinson, cientista político e economista, professor de Harvard.*

A princípio temos, no fragmento acima, a recomendação do livro *"Why Nations Fail, The Origins of Power, Prosperity, and Poverty"*. A citação da obra constitui-se num argumento de autoridade por subsidiar a tese do orador. Nesse mesmo fragmento, identifica-se, mais uma vez, o argumento de autoridade: Daron Acemoglu, professor de economia do MIT e James A. Robinson, cientista político e economista, professor de Harvard. O livro recomendado é de autoria dos dois renomados economistas, tais autoridades são invocadas a fim de contribuir na condução argumentativa do texto. Ademais, ao comparar o socialismo ao neolítico, o articulista atribui uma conotação arcaica, ultrapassada, ao modelo político-econômico citado.

> *Por que muitas nações são pobres, miseráveis, atrasadas, enterradas em crime e fome? Causas geográficas? Culturais? Religiosas? Étnicas? Não.*

Nesse trecho, a interrogação estabelecida pelo autor não visa à obtenção de resposta pelo auditório/leitor, o orador/articulista traz, em seguida, uma afirmação, uma resposta ao questionamento. Sendo assim, o orador faz uso da estratégia denominada "interrogação retórica", uma vez que tal procedimento acelera o andamento discursivo e expõe o ponto de vista do colunista por meio das perguntas.

O autor prossegue:

> *A diferença está num modo de organização política e social específico que cria condições para as pessoas buscarem livremente seus interesses. Democracia liberal, igualdade perante a lei e garantias de que as pessoas podem agir livremente no mercado de trabalho e de produtos. Numa palavra, sociedade de mercado. Foi isso que derrotou o comunismo, mas muitos já esqueceram.*

Para defender a sociedade de mercado, o articulista desenvolve um *raciocínio apodíctico*, enumerando itens relacionados à ideia de livre mercado, emitindo, assim, uma opinião concludente a esse respeito. Nesse mesmo período, o autor começa a desqualificação

do antimodelo. Ora, após elencar aspectos positivos do modelo econômico defendido, o autor conclui que tal modelo tenha sido o responsável pela derrota do comunismo, ou seja, o antimodelo é desqualificado mediante fracasso outrora ocorrido. E lamenta: *mas muitos já esqueceram.* O posicionamento do autor, favorável à sociedade de mercado e contrário ao socialismo, é reiterado e corroborado no próximo fragmento através do advérbio de modo "infelizmente"; vejamos:

> *Infelizmente entre nós, ainda se pensa que isso seja simplesmente um modo cruel de viver, negador da "solidariedade" e defensor da "ganância". Muito pelo contrário: é só a riqueza que torna a solidariedade possível, não há solidariedade na pobreza, isso é mito.*

Para evitar a negação de sua tese (favorável à sociedade de mercado), por meio de uma eventual contra-argumentação, o articulista recorre à *prolepse* (*ainda se pensa que isso seja simplesmente um modo cruel de viver...*). Ele responde à possível objeção por meio da seguinte asserção: *Muito pelo contrário: é só a riqueza que torna a solidariedade possível*. E prossegue afirmando que não há solidariedade na pobreza. Ao afirmar isso, ele busca demonstrar e remover a incompatibilidade entre os conceitos "solidariedade" e "pobreza", ou seja, procura *dissociar as noções*. "A dissociação resulta da depreciação do que era até então um valor aceito" (FERREIRA, 2010, p. 167). Em contrapartida, o orador associa novas noções resultantes da dissociação de solidariedade e pobreza: "só a riqueza torna a solidariedade possível". Ter-se-ia, então, a dissociação de solidariedade > pobreza e o surgimento de novas noções resultantes da dissociação anterior em: riqueza > solidariedade.

Na continuidade do artigo, lemos:

> *Apesar de as indicações históricas serem evidentes, ainda insistimos em não entender que a sociedade de mercado (longe de ser perfeita) dá ao ser humano a liberdade necessária para cuidar da sua vida e se tornar adulto*.

Uma das possíveis acepções da palavra "adulto", segundo o dicionário Houaiss (2001), é: "aquele que é emocional e intelectualmente maduro, que demonstra capacidade de agir, pensar ou realizar algo de maneira racional, equilibrada, sensata"; além disso, a palavra adulto, quando relacionada à sociedade de mercado (o que acontece no artigo em análise), atribui ao socialismo um tipo de governo que trata as pessoas como incapazes (infantilizando-as).

> *Só dessa forma as pessoas entendem uma coisa óbvia que o economista Friedrich Hayek pensava. Quando perguntarem a você o que é a economia, a resposta certa é: a economia somos nós! E não algo planejado por "cabeções" teóricos que controlam a vida dos outros, como pensava John Maynard Keynes.*

No excerto acima, são citadas duas autoridades: Hayek e Keynes. O primeiro é retomado de forma positiva e coerente à tese do orador/articulista (*Só dessa forma as pessoas entendem uma coisa óbvia que o economista Friedrich Hayek pensava*), portanto como modelo. O segundo contrapõe-se ao conceito de economia entendido pelo autor como ideal, constituindo assim, na argumentação, um antimodelo (*E não algo planejado por "cabeções" teóricos que controlam a vida dos outros, como pensava John Maynard Keynes*). É possível perceber a desconstrução do discurso de Keynes, já que o orador fala a partir do lugar da depreciação. Além disso, ao citar a resposta de Hayek ("*a economia somos nós!*"), o orador imprime força retórica ao discurso por meio do apelo ao *pathos* (indignação), por conduzir ao envolvimento do auditório da tese defendida e ao afastamento do antimodelo. Para finalizar seu artigo, o colunista conclui:

> *Mas, os políticos adoram Keynes porque sua teoria os faz parecer responsáveis pela riqueza, quando na realidade quem produz riqueza somos nós em nosso cotidiano, quando nos deixam em paz. Keynes é a servidão, Hayek, a liberdade.*

Nesse excerto, o autor, mais uma vez, apela ao *pathos* por meio da frase "*quando na realidade quem produz riqueza somos* ***nós*** *em* ***nosso*** *cotidiano, quando* ***nos*** *deixam em paz*" (grifos nossos). Tal citação, presente na peroração, além de deixar claro seu posicionamento, conduz ao apelo emotivo do auditório/leitor e à possível adesão da tese defendida. Os argumentos patéticos na retórica têm como finalidade compelir o auditório a aceitar uma determinada conclusão (FERREIRA, 2010). Com as asserções "Keynes é a servidão, Hayek, a liberdade", o autor conclui, oferecendo-nos o modelo e o antimodelo teóricos que orientaram a tese durante o desenvolvimento de todo o artigo; ademais, as qualificações atribuídas a eles, a saber, servidão e liberdade, demonstram a evidente posição e avaliação do articulista.

3.3 ANÁLISE 3: “Esperança do mundo”

O terceiro artigo selecionado para análise intitula-se “Esperança do mundo” e foi publicado no dia 12 de maio de 2014.

O título do artigo, a saber, “Esperança do mundo”, remete-nos, de antemão, a algumas possibilidades temáticas do âmbito filosófico. Somos impelidos a ler o texto porque o articulista é filósofo, ou seja, especialista no assunto discutido. Vale lembrar que as credenciais do articulista são expostas na mesma página em que é publicado o artigo. A respeito disso, Borges e Mesquita (2011, p. 3) reiteram que “o jornal tem como critério a especialidade do produtor, pois, por ela, se tem a voz de alguém autorizado a falar sobre determinado assunto, o que dificilmente será refutado pelo(s) leitor(es) que não possui(em) o mesmo conhecimento específico do articulista”. Assim, a própria competência do articulista/especialista acerca do tema em discussão, já é, a princípio, um argumento de autoridade. Percebemos, então, o *ethos* de autoridade como prova retórica que contribui para o propósito argumentativo.

No exórdio, pode-se visualizar a citação da fala de uma personagem do filme *Tender Mercies*, vejamos: “*Nunca confiei na felicidade”*. A fala da personagem inserida num texto que tem como título “Esperança do mundo”, direciona o auditório a uma determinada tese que será defendida pelo autor. Nesse sentido, é revelado seu provável posicionamento frente ao tema que terá o seu desenvolvimento ao longo da narração.

> *“Nunca confiei na felicidade", diz o personagem de Robert Duvall no filme "Tender Mercies" ("A Força do Carinho", título brasileiro bem infeliz para o filme), papel com o qual ganhou o Oscar de melhor ator em 1983.*

Acerca do papel das citações durante o processo argumentativo, Silva (2006) comenta que, visando confirmar o seu dizer, o orador traz as citações no interior da enunciação que constrói para legitimá-la. Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se pretende. Além disso, ao explicitar que o ator ganhou o *Oscar* pelo personagem do filme, o orador fez uso do argumento de autoridade. Para um determinado

auditório, o *Oscar* se constitui como uma autoridade nos assuntos relativos ao cinema. E, com a intensão de destacar seu argumento, o colunista fez menção ao prêmio.

Dando prosseguimento ao texto**,** o autor revela a perspectiva que mantém acerca da política e, para fundamentar seu posicionamento, faz menção a Albert Camus – também filósofo. Vejamos:

> *Mas da política trato apenas por obrigação profissional, porque, como diz Albert Camus nos seus "Cadernos" (o primeiro tem como título "Esperança do Mundo"), ouvindo aqueles que se dedicam à política, podemos apenas concluir que as pessoas se importam pouco com esta parte das suas vidas, uma vez que todos na política mentem.*

Identificamos, no excerto acima, a referência a *Albert Camus*. A fim de legitimar sua opinião, o orador traz ao seu discurso o dizer do outro, de uma autoridade que, invariavelmente, possui conhecimentos e contribuições advindas da mesma área em que transcorre a enunciação. Nesse caso, o filósofo Albert Camus é trazido ao texto por meio de sua citação publicada, a princípio, em um de seus cadernos. Aqui, identificamos, inclusive, a autoria do título utilizado pelo articulista no artigo: "Esperança do mundo". Nesse sentido, a intertextualidade, por meio da alusão, é verificada por intermédio do diálogo entre o título do Caderno *Esperança do Mundo*, escrito por Camus e do artigo (em análise), com o mesmo título, de Luiz Felipe Pondé. Além disso, ao trazer para o seu discurso a fala de Camus, o orador ressignifica o enunciado de acordo com sua intenção argumentativa.

> Os enunciadores, ao selecionarem os argumentos de autoridade, o fazem consoante ao acordo prévio com o auditório. E para consagrar o seu dizer, citam essas autoridades no interior da enunciação que constroem para legitimá-la. [...] Seja pelo discurso direto ou indireto, os enunciadores reformulam o enunciado do outro para introduzi-lo nos seus discursos, de acordo com o que se deseja (SILVA, 2006, p. 70).

Ainda fazendo referência à política, o autor prossegue:

> *Acrescentaria, além dos políticos profissionais, os intelectuais que a ela se voltam como redenção do mundo e forma de obrigar os outros a viverem de acordo com os delírios que alimentam em seus gabinetes. Enfim, no fundo, a política pouco me interessa. Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida — do contrário ela se infectará.*

Além da crítica aos políticos, o orador se dirige criticamente aos intelectuais que se voltam à política como redenção do mundo. O orador seleciona o vocábulo "redenção" a fim de aludir ao cristianismo: os intelectuais, segundo o colunista, veem a política como forma de salvação do mundo. Ademais, percebem nela a oportunidade de induzir outros a segui-los em seus "delírios". O orador prossegue demonstrando o seu desprezo com relação à política e conclui: *Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida – do contrário ela se infectará.* A opção do orador por construir seu raciocínio através da *analogia* revela a intenção de promover a estrutura do real que, por meio da semelhança das relações, encontra e prova uma verdade (DAYOUB, 2004).

No próximo fragmento, a citação é novamente trazida ao texto por meio da fala de uma personagem a fim de corroborar o posicionamento do orador frente ao tema em discussão:

> *Noutro filme, "Alabama Monroe" (2012), do diretor Felix van Groeningen, a personagem feminina Elise, interpretada por Veerle Baetens, diz algo semelhante ao final: "Sempre soube que tudo aquilo não podia durar, porque a felicidade sempre acaba".*

A intertextualidade é novamente manifestada por meio da citação. Uma vez que o autor a utiliza como um recurso argumentativo que visa reforçar suas ideias por meio das palavras de outras pessoas. Obviamente, ele seleciona citações que corroborem a tese defendida. Diferentemente da alusão, a citação expõe a fonte a qual se remete. Além disso, é marcada pelo uso de aspas separando a fala da pessoa citada com a fala do orador. E, mais uma vez, o texto citado, inserido num outro texto, adquire um novo significado.

No próximo parágrafo o autor continua:

> *Pois se existem apenas "três ou quatro atitudes diante do mundo", como dizia em seu "Breviário da Decomposição" Emil Cioran, filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia, esta é a minha. E seguramente a dele. E também a de Camus.*

No início, o orador traz ao texto a citação do filósofo romeno Cioran. Além disso, faz referência à obra intitulada *Breviário da Decomposição*. A citação do filósofo, bem como a referência à sua obra, demonstram o uso de uma estratégia que visa à fundamentação

do ponto de vista do orador. Ademais, há a preocupação em defender o argumento utilizado: *filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia.* É possível perceber um jogo onde ocorre a apreciação de um (Cioran) e a depreciação do outro (trágicos gregos).

Dando continuidade, o orador, uma vez mais, invoca Emil Cioran.

> *Na mesma obra, Cioran faz um diagnóstico preciso: "A obsessão pelos remédios marca o fim de uma civilização, e, pela salvação, o fim da filosofia".*

Neste fragmento, há a continuação da referência à obra e a inclusão de outra citação feita por Cioran. Conforme comentado no início desta análise, o tema apresentado pertence ao universo filosófico, sendo assim, trazer ao discurso uma personalidade destacada nessa mesma esfera, isto é, invocar um filósofo reconhecido universalmente, atribui um caráter de credibilidade à argumentação. A respeito disso, Cavalcante e Brito (2011) observam que, além de utilizar a citação como um recurso de autoridade, ratificando determinado ponto de vista, o orador tenciona mais ainda usar a técnica argumentativa de sustentar o que se diz por meio da fala de um enunciador com credibilidade suficiente *no meio em que ocorre a argumentação* (grifo nosso). Trata-se, então, do argumento de prestígio.

O articulista continua:

> *Por isso ele [Cioran] afirma que desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza. Os filósofos, diz Cioran, quase todos acabam bem, prova máxima contra a honestidade deles.*

Aqui, percebe-se uma oposição entre Cioran e Kant. Tal oposição fica evidenciada quando o orador afirma que Cioran *desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza*. Há, então, dois argumentos de autoridade contrapostos conforme a conveniência argumentativa. Nesse caso, o que importa é a argumentação feita a respeito de cada um dos nomes citados e não as autoridades em si. O modo de apresentar os nomes das autoridades constitui um modelo de persuasão que pressupõe as escolhas feitas pelo articulista com vistas à propagação de sua ideologia e de seu posicionamento.

Prosseguindo, o articulista afirma:

> *Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico ("O Mito de Sísifo"). E sei também que ele considerava um milagre um*

> *momento em que não tivesse que falar de si mesmo (caderno "Esperança do Mundo"). Detalhe: Camus usa expressões como "milagre", conhecia bem teólogos como Blaise Pascal e conceitos como o de "graça", citando-os com precisão.*

Ao iniciar o período com o verbo *saber* em primeira pessoa, o orador constrói o ethos de *conhecedor*. Ademais, nesse excerto, além do próprio filósofo, o orador faz alusão a uma obra (*O mito de Sísifo*) e conceitos como o "suicídio". No término deste parágrafo, são mencionados conceitos como "milagre" e "graça" que, segundo o articulista, são utilizados por Camus com precisão, já que possuía conhecimento de teólogos como Blaise Pascal. Verifica-se, aqui, a confirmação e consolidação de Camus como autoridade no que se refere ao tema discutido (de ordem filosófica e teológica) por meio da afirmação de seu entendimento sobre os conceitos supracitados, uma vez que era conhecedor de teólogos como Blaise Pascal – outra autoridade reconhecida do universo filosófico. Percebe-se, aqui, o jogo de vozes (estrategicamente selecionadas) que contribuem à sustentação da tese. Poder-se-ia elaborar o seguinte esquema: Blaise Pascal > Albert Camus > Luiz Felipe Pondé.

O autor prossegue dizendo:

> *Mas eu suspeito que um dos maiores problemas da filosofia, e certamente um dos maiores milagres na vida, para quem tem um temperamento que desconfia da felicidade (trágico), é justamente o problema que Camus diz "ser um bom título": a esperança do mundo.*

No fragmento acima, percebemos novamente a citação de Camus a fim de embasar a condução argumentativa do artigo – desde o início e perpassando toda a narração.

Na conclusão de seu artigo, o autor emite a seguinte asserção:

> *Talvez o próprio Camus dê uma pista neste "Caderno", sendo ele um filósofo, e sabendo, como nós todos, que nós filósofos sofremos da vaidade intelectual como pecado capital. Camus diz que "a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira". Portanto, talvez, a humildade, virtude capital para Camus, seja a esperança para a filosofia. Ou, como dizia Santo Agostinho, o que falta ao filósofo é chorar.*

Neste excerto, além de trazer o argumento de autoridade por meio de Santo Agostinho – filósofo e teólogo –, personalidade competente no assunto recorrente da

argumentação do artigo em análise, o orador ainda traz a citação de Camus *"a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira"*.

Além disso, nessa etapa final, ele apela ao *pathos* – por meio da sensibilização do auditório – ao dizer que *o que falta ao filósofo é chorar*. A peroração constitui, por excelência, o momento em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica (REBOUL, 2004).

3.4 ANÁLISE 4: "O impasse conservador"

O quarto e último artigo selecionado para análise intitula-se "O impasse conservador" e foi publicado no dia 11 de agosto de 2014. Mais uma vez, para o auditório particular (leitores e conhecedores da matriz intelectual do filósofo), o título por si só fará sentido porque dentre algumas correntes de pensamento, o conservadorismo se destaca por ser difundido frequentemente pelo colunista. Embora em outras áreas ele assuma um posicionamento liberal, no espaço político ele é, declaradamente, conservador. Além disso, o título contextualiza o conteúdo discursivo que o sucederá e evidencia uma determinada perspectiva de opinião.

> *A pergunta que toda pessoa de sensibilidade conservadora se deve fazer hoje é: "conservar o quê?", uma vez que o mundo de Edmund Burke (século 18), pai do pensamento "liberal-conservative", não existe mais.*

O orador busca, no exórdio, a comunhão com um auditório particular: aquele de sensibilidade conservadora. Além disso, ele apresenta uma interrogação retórica por meio da expressão *"conservar o quê?"*, uma vez que seu objetivo não é o de obter alguma resposta, mas de expor um ponto de vista por meio da interrogação. Posteriormente, *"o mundo de Edmund Burke"* é trazido sob a forma de referência.

O orador prossegue:

> *O americano Russel Kirk (século 20) se faz pergunta semelhante em sua obra. O mundo americano em que ele vivia, Mecosta, no estado de Michigan, sua pequena cidade, recolhida num paraíso longe da "rat race", também não existe mais. Ou, se existe, não suportaria o impacto de milhões de pessoas querendo viver assim. Ao final, uma vida "recolhida" como esta acaba por ser um artigo de luxo num*

> *mundo em que o comum é a "rat race". Tampouco a religião é solução.*

Dando continuidade ao raciocínio anterior, o articulista comenta que *Russel Kirk* também faz pergunta semelhante à de *Edmund Burk*: *conservar o quê?* O questionamento não é feito apenas pelo articulista, antes, ele traz o questionamento do pai do conservadorismo Edmund Burk e também do conservador Russel Kirk – considerado o maior historiador do pensamento conservador e conhecido pela sua influência no conservadorismo americano durante o século XX[43]. Nesse sentido, o orador faz uso do argumento de autoridade.

Dando continuidade:

> *Se acompanharmos Kirk, por exemplo, na sua defesa do "espírito conservador", veremos que ele entende o "contrato social" conservador como sendo o seguinte: "a sociedade é uma comunidade de almas que reúne os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram", segundo Burke, claro. Pessoalmente, não conheço forma mais poética de ver a vida social e histórica, e olha que já li, como diz um amigo meu jornalista, uns dois livros na minha vida.*

Prosseguindo ainda com o filósofo e historiador Russell Kirk, o articulista faz referência ao posicionamento de Kirk por acentuar que o mesmo tenha defendido o *"espírito conservador"*. Posteriormente, o orador traz a definição de "contrato social", segundo o historiador. Primeiramente, a definição trazida ao texto por meio da citação se constitui numa *definição oratória* por apresentar a aparência de definição sem, contudo, sê-la. Trata-se de uma definição que visa atingir o auditório. Temos a confirmação desse intento pelo fato de o orador defender a definição "sugerida" por meio de sua apreciação pessoal, bem como dos qualificativos cuidadosamente selecionados: *Pessoalmente, não conheço* ***forma mais poética*** *de ver a vida social e histórica* (grifos nossos). Após defender e elogiar a definição proposta, o orador afirma o seguinte: *e olha que já li, como diz um amigo meu jornalista, uns dois livros na minha vida*. Aqui, o orador, a fim de construir seu *ethos* de conhecedor do assunto, lança mão da figura *cleuasmo*, pois, com a aparente depreciação, ele visa enaltecer-se ainda mais.

Continuando:

---

[43] VEJA ABRIL. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/dez-principios-conservadores-por-russell-kirk/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

> *Temo que esta linda imagem tenha perdido validade porque ela supõe outra ideia: a de que exista uma misteriosa sabedoria na heterogênea experiência humana (Kirk pensa assim), e que esta misteriosa sabedoria está "depositada" na continuidade quase inconsciente da vida. Será?*

Embora o articulista qualifique a definição de Burke como *linda imagem*, ele afirma, em seguida, que teme por ela ter perdido a validade, uma vez que, o que ela pressupõe é que exista *uma misteriosa sabedoria na heterogênea experiência humana*... A ideia mencionada é compartilhada por Kirk, nesse sentido, há a referência ao autor. Além disso, o orador, após construir o raciocínio em prol do contrato social conservador (consoante definição de Burke), passa ao processo de desconstrução por meio da interrogação "*será?"*. De modo geral, as perguntas são tão-somente uma forma hábil de conduzir ao raciocínio. As interrogações retóricas apresentam uma afirmação disfarçada (cf. DAYOUB, 2004).

> *Temo que seja impossível qualquer "misteriosa heterogeneidade" num mundo como o nosso, afogado no corre-corre utilitarista e narcisista sempre igual. Não vejo retorno possível. Além disso, o estrago causado pela vida moderna e sua tagarelice digital acaba por nos fazer questionar se há mesmo uma sabedoria na história ou no "povo".*

O orador responde, ele mesmo, à pergunta do excerto anterior: *Temo que seja impossível qualquer "misteriosa heterogeneidade" num mundo como o nosso*. Novamente, o orador opta por utilizar a forma verbal "temer", reiterando seu posicionamento pessimista mediante qualquer retorno possível à prática político-social conservadora. Além disso, além da forma verbal presente na expressão "*Temo que seja impossível",* o colunista, posteriormente, faz a seguinte asserção: *Não vejo retorno possível*. Nas duas expressões, o *ethos* de pessimista do autor é confirmado. Prosseguindo, o autor evidencia sua crítica à vida moderna (e seu modelo político-social, subentendido) através das escolhas lexicais "estrago" e "tagarelice". A "tagarelice digital" é em referência à liberdade que as pessoas têm hoje de se pronunciarem a respeito de tudo nas redes sociais mesmo sem ter qualquer conhecimento. Concluindo, o autor questiona se há mesmo uma sabedoria na história do "povo". O uso das aspas nesse período revela que, para o orador, ao contrário da máxima difundida há anos, o povo não detém qualquer sabedoria; ademais, o recurso gráfico das aspas demonstra uma desconfiança do articulista sobre o uso corrente (e inadequado, para ele) desse vocábulo.

> *Pelo contrário, e aqui sigo outro autor de sensibilidade conservadora, Nelson Rodrigues (século 20), o mundo moderno deu a vitória aos "idiotas". Acrescentaria, "tagarelas", fazendo uso de uma imagem de outro autor de sensibilidade conservadora, Alexis de Tocqueville (século 19).*

Dando continuidade ao excerto anterior, o orador se apoia na citação de Nelson Rodrigues (argumento de autoridade) para afirmar que o povo não tem sabedoria alguma, pelo contrário (e citando o dramaturgo), *o mundo moderno deu a vitória aos "idiotas"*. O orador insere em seu discurso a citação de Nelson Rodrigues e ressignifica a expressão “idiotas” por meio de um novo vocábulo: “tagarelas”. Aliás, ao utilizar o adjetivo “tagarelas”, o articulista explica estar usando uma imagem de outro autor de sensibilidade conservadora: *Alexis de Tocqueville*. O argumento de autoridade é mais uma vez utilizado com a finalidade de sustentar o ponto de vista.

O colunista continua:

> *Talvez o único argumento possível a favor ainda de alguma sabedoria fosse defender a ideia que a experiência pré-histórica (a violência que sempre retorna) em algum momento se imponha e nos cure dos delírios contemporâneos. Mas aí o remédio seria demasiado amargo, não sei se vale a pena.*

O orador argumenta, então, que apenas um retorno à experiência pré-histórica nos curaria dos delírios contemporâneos. A contemporaneidade (e todas as suas implicações) é vista de forma negativa pelo colunista, e isso é reiterado pela escolha lexical “delírios”. Uma das possíveis acepções da palavra “delírio” é “perda de consciência clara, confusão mental” (HOUAISS, 2001) e, nesse sentido, é como se as convicções da atual sociedade fossem meramente delírios. Ademais, a proposta de retornar à experiência pré-histórica demonstra o uso, pelo orador, do *lugar da ordem*, como se o anterior, o mais antigo, fosse sempre superior ao atual. Finalmente, deparamo-nos com a *metáfora médica*. Em primeiro lugar, pela expressão *nos **cure** dos delírios contemporâneos* e, em seguida, pela expressão *Mas aí o **remédio** seria demasiado **amargo***. A metáfora médica possui eficácia no processo argumentativo, uma vez que possui apelo universal. Ela compara a sociedade ao corpo humano fazendo referência aos males, remédios e curas (ABREU, 2009). O orador conclui o raciocínio construindo seu *ethos* de pessimista por meio da afirmação *não sei se vale a pena*.

> *Por outro lado, a ideia de "hábito", tão afeita a Michael Oakeshott (século 20), se perdeu, uma vez que os hábitos hoje são todos submetidos à lógica da desqualificação do passado. Mesmo a "espontaneidade" de Friedrich Hayek (século 20) não tem mais lugar num mundo que não crê mais na liberdade e autonomia, e prefere a mediocridade da igualdade imposta.*

O excerto acima é iniciado por meio da referência. Ela ocorre pela menção à ideia de "hábito" e ao filósofo inglês *Michael Oakeshott*. Segundo o articulista, a ideia de hábito se perdeu. Vale observar que, para ele, hábito é um comportamento repetido que deu certo num cenário dominado pelo acaso e pelo risco (PONDÉ, 2012). O comportamento repetido pressupõe o reconhecimento da participação de eventos passados na construção do hábito. Logo, a ideia de hábito, consoante à concepção do articulista, se perdeu, uma vez que *os hábitos hoje são todos submetidos à lógica da desqualificação do passado.* Se o passado é desqualificado, despreza-se o processo de construção do hábito. O colunista prossegue utilizando, mais uma vez, a alusão. Isso ocorre quando ele faz menção à *"espontaneidade" de Friedrich Hayek*.

O orador continua.

> *Isaiah Berlin (século 20), e sua defesa da "liberdade negativa" ("live and let live"), me parece também inviável no mundo em que vivemos, no qual, os mecanismos de controle da vida pelo Estado e pelo mercado assumem proporções antes impensáveis.*

A referência surge agora por meio da menção do filósofo britânico *Isaiah Berlin* – considerado um dos principais pensadores liberais do século XX – e de sua *defesa da "liberdade negativa"*[44]. Por tratar-se de uma referência indireta, o nome filósofo, o que ele representa, bem como seu conceito de "liberdade negativa", apenas farão sentido para aqueles que os conhecerem de antemão, nesse sentido, exigirá maior capacidade de inferência por parte do auditório. Dando prosseguimento, o orador, ao fazer referência ao conceito de "liberdade negativa", manifesta, uma vez mais, o *ethos* de pessimista quando afirma que tal prática (vinculada ao conceito supracitado) é inviável no mundo em que vivemos, no qual *os mecanismos de controle da vida pelo Estado e pelo mercado assumem proporções antes*

[44] A liberdade negativa, abarcada pelo liberalismo (embora haja críticas de alguns liberais), significa a ausência de interferências, ou seja, o indivíduo é livre para fazer tudo o que quer sem que haja barreiras para tanto, nem qualquer tipo de coerção de outrem. Tal concepção de liberdade remonta ao filósofo materialista Thomas Hobbes, em Leviatã, o qual define a liberdade como ausência de impedimentos de qualquer ordem, como a possibilidade de execução da ação. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/SEMIC18?dd1=3765&dd99=view>. Acesso em: 15 jan. 2015.

impensáveis. Ao incluir essa asserção após afirmar que a prática econômica relacionada ao conceito de "liberdade negativa" é inviável aqui, o orador induz-nos à inferir que tal modelo seja o oposto daquilo que é praticado atualmente no Brasil.

> *A ideia de que o Estado "nos deixe em paz" é inviável porque, associado ao mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, sem os quais não sobrevivemos num mundo com bilhões de pessoas (muitas delas da tribo descrita pelo Nelson), não há saída a não ser racionalizando cada vez mais a vida cotidiana. Nós mesmos pedimos o controle para que a vida seja segura e "tiremos férias seguras".*

A expressão "nos deixe em paz" significa, para o orador, que o Estado não interfira tanto na economia e proporcione, assim, a liberdade e autonomia econômica (lembrando que o colunista é adepto ao liberalismo econômico, como já declarado em outros artigos). Além disso, por meio da expressão *nos deixe em paz*, o orador inclui o auditório no discurso, privilegiando o *pathos* (indignação). O orador continua explicando a inviabilidade de sua proposta ("liberdade negativa") quando aplicada à nossa sociedade com seus mecanismos de produção de riqueza. E prossegue: *sem os quais [mecanismos] não sobrevivemos num mundo com bilhões de pessoas (muitas delas da tribo descrita pelo Nelson).* O orador reitera a figura dos "idiotas" por meio da alusão *muitas delas da tribo descrita pelo Nelson*; nesse sentido, para o colunista, a maioria é idiota. Aqui, é possível verificar o *ethos* de provocador do articulista.

> *O simples fato que optamos pela "felicidade" compreendida como otimização da vida (os utilitaristas como Jeremy Bentham e John Stuart Mill do século 19 venceram) implica um impasse: como resistir ao desejo por um "mundo melhor" pensado como uma sociedade "parque temático" de indivíduos que consomem matéria e espírito ao sabor da moda?*

Mais uma vez, o orador opta pelo uso das aspas em *"felicidade"*. Tal escolha reside no fato de o articulista não concordar com o uso da expressão no contexto em que é aplicada nem com a forma como ela é definida. Ou seja, para o colunista, a felicidade, como otimização da vida, não é felicidade. Sendo assim, "as aspas constituem uma marca de defeito, significando genericamente 'essa palavra não convém, mas mesmo assim eu a utilizo'" (CUNHA, 2010, p. 192). Após o orador fazer referência à felicidade como otimização da vida, ele traz, por meio da referência, os utilitaristas *Jeremy Bentham e John Stuart Mill*. Posteriormente, a *interrogação retórica* é trazida, mais uma vez, com vistas à

exposição do ponto de vista do orador como uma crítica sob a forma de pergunta. A expressão "mundo melhor" é bastante significativa àqueles que compartilharem do conhecimento prévio sobre o posicionamento do colunista. Para o auditório leitor de sua obra, sobretudo do livro *Contra um mundo melhor* (2010), a crítica feita pelo orador às utopias se torna ainda mais explícita. A utopia, nesse caso, ganha forma por meio da *metáfora* "parque temático".

Prosseguindo, o articulista afirma:

> *Todavia, não aceito as utopias da esquerda que continuam a prometer uma saída mentindo sobre o custo dela: o autoritarismo centralizado do Estado ou o populismo dos "idiotas" do Nelson mobilizados. Esconder-se na natureza tampouco é possível: todo lugar tem IPTU.*

Para evitar qualquer negação à sua tese, o orador se antecipa (***não aceito*** *as utopias da esquerda*) recorrendo à estratégia retórica da *prolepse*. Na interação entre o orador e o auditório, a estratégia sugere uma situação onde ocorre um enfrentamento. A estratégia de um deve antever a possível contra-estratégia do outro. Além disso, o mecanismo discursivo da negação é usado para desqualificar a oposição (DAYOUB, 2004). Continuando, novamente identificamos a alusão na expressão *o populismo dos "idiotas" do Nelson mobilizados.* Vale lembrar que é recorrente o uso, pelo orador, do termo "idiotas"; isso evidencia o *ethos* provocativo do colunista.

O colunista continua:

> *Resta-nos, talvez, a companhia de românticos como Friedrich Nietzsche (século 19) ou Albert Camus (século 20): diante do absurdo, mal-estar e revolta.*

Finalmente, verificamos a alteração da pessoa do discurso. No fragmento anterior, o orador iniciou sua fala por meio da expressão "não aceito" (eu) e, na peroração, o orador inicia sua conclusão com a expressão "resta-nos" (nós). A figura *enálage* surge aqui com a intensão de promover a comunhão com o auditório. Com esse artifício retórico, o orador visa interagir com o público leitor. O uso dessa figura na peroração é extremamente retórico por fortalecer o efeito de comunhão. Ademais, o orador traz ao texto o argumento de autoridade por meio dos filósofos *Friedrich Nietzsche* e *Albert Camus*. Ademais, faz uso da citação *diante do absurdo, mal-estar e revolta*. A constatação do absurdo e as questões do mal-estar e da revolta são termos oriundos do pensamento de Albert Camus. Além disso, por

meio das expressões “mal-estar” e “revolta”, o orador dispõe o ouvinte a um comportamento emocional (ARISTÓTELES, 2012).

3.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS DA ANÁLISE QUALITATIVA E APRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DOS RESULTADOS

Mediante as análises apresentadas, podemos expor as seguintes considerações:

Os artigos analisados apresentaram algumas características comuns. A começar pela escolha dos títulos: “Para além do niilismo”; “Dior not War”; “Esperança do mundo” e “O impasse conservador”. A escolha dos títulos não é feita de modo aleatório e, para um discurso argumentativo, eles têm especial importância por antecipar ao leitor certos posicionamentos ideológicos, bem como juízos de valor. O papel persuasivo dos títulos é reforçado quando, durante o processo de narração, seu sentido é recuperado e consolidado.

Além disso, nos textos, o orador buscou censurar certos comportamentos, atitudes e posturas tanto de indivíduos como de grupos (em diferentes esferas sociais). Paralelamente a isso, ele reconstruiu e desconstruiu discursos alheios. Por tais procedimentos, é possível afirmar que o discurso do artigo de opinião aproxima-se do *gênero epidíctico*, uma vez que o orador que constrói um discurso epidítico é aquele que procura evitar futuras contestações, utilizando, por exemplo, a *prolepse*. Nesse gênero, o orador também se esforça para estabelecer juízos de valor na hierarquia (conforme artigo 1) ou, ainda, dar-lhes um estatuto superior segundo sua intenção argumentativa.

Outra consideração é oportuna. A *alusão* e a *referência* exigiram do auditório um conhecimento prévio a fim de compreender o raciocínio do orador. Nesse sentido, frequentemente o orador apelou ao saber partilhado do auditório; ele pressupôs que o leitor detivesse um repertório que acompanhasse sua argumentação. Sendo assim, em várias situações, o discurso foi dirigido a um auditório particular.

Além disso, o orador utilizou *argumentos, figuras* e *lugares* com vistas à sustentação de seu ponto de vista. A fim de visualizar as estratégias identificadas nos artigos de Luiz Felipe Pondé, procedemos à organização do quadro abaixo:

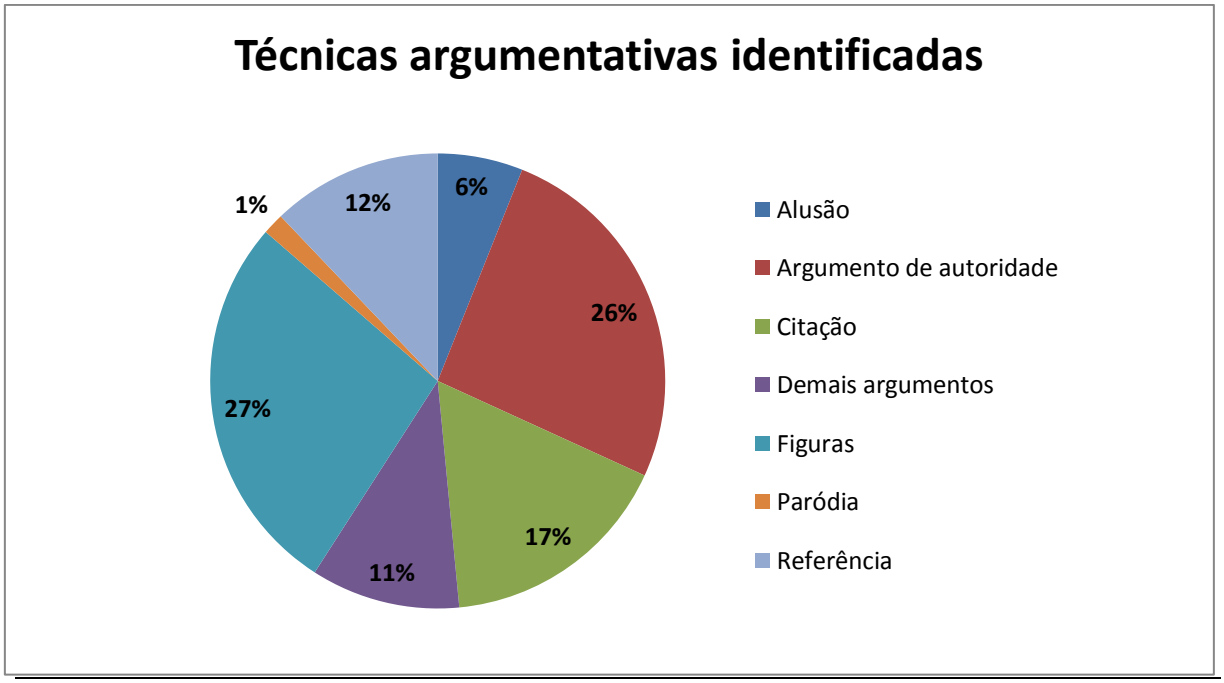
Quadro 2 – Argumentos, lugares e figuras identificados

"Para além do niilismo"	Argumento de autoridade (três vezes) – Intertextualidade; Cleuasmo; Definição oratória; Enálage; Escolha lexical; (Re)Hierarquia dos valores; Metáfora; Personificação; Silogismo dialético.
"Dior not war"	Argumento da incompatibilidade pelo ridículo; Argumento de autoridade (quatro vezes) – Intertextualidade; Citação (duas vezes) – Intertextualidade; Dissociação das noções; Interrogação retórica; Ironia (duas vezes); Lugar do preferível; Lugar da quantidade; Modelo e antimodelo (duas vezes); Paródia – Intertextualidade; Prolepse (duas vezes); Raciocínio apodítico.
"Esperança do mundo"	Alusão – Intertextualidade; Analogia; Argumento de autoridade (seis vezes) – Intertextualidade; Citação (sete vezes) – Intertextualidade; Referência (duas vezes) – Intertextualidade.
"O impasse conservador"	Alusão (três vezes) – Intertextualidade; Argumento de autoridade (quatro vezes) – Intertextualidade; Citação (duas vezes) – Intertextualidade; Cleuasmo; Definição oratória; Enálage; Interrogação retórica (duas vezes); Lugar da ordem; Metáfora (duas vezes); Prolepse; Referência (seis vezes) – Intertextualidade;

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ademais, por meio do gráfico 1 (Fig. 3) abaixo, podemos visualizar a frequência das estratégias utilizadas pelo articulista:

Figura 3: Técnicas argumentativas identificadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2015

Na FIG. 3, ficou-nos visível que, por meio da análise dos quatro artigos do filósofo Luiz Felipe Pondé, houve a recorrência de determinadas estratégias argumentativas. Contudo, a frequência das figuras (de um modo geral), do argumento de autoridade e da citação foi maior se comparada aos demais argumentos utilizados. Como dissemos no início deste capítulo, sempre é interessante perguntar a um texto se ele apresenta um motivo central – um procedimento retórico que sirva de princípio organizador para o texto. Nos dois primeiros artigos analisados, o argumento de autoridade assumiu tal função. No terceiro artigo, a citação teve uma frequência maior. No quarto artigo, a referência se destacou entre as demais técnicas argumentativas. Ainda por meio do gráfico acima, foi possível perceber que, no total de todas as técnicas argumentativas utilizadas no *corpus*, houve a predominância dos recursos relacionados à intertextualidade: o argumento de autoridade, a citação, a referência, a alusão e a paródia.

Além disso, vimos, no início deste trabalho, que as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) visam à fundamentação da opinião do orador. Ele as articula visando ao convencimento do auditório e à adesão das ideias apresentadas. Por meio das análises, foi possível perceber que as provas não são utilizadas isoladamente. Antes, elas atuam conjuntamente e cooperam, mutuamente, para a condução argumentativa.

Quanto à construção do *ethos*, ela se deu da seguinte maneira nos artigos analisados:

Artigo 1:

- *ethos* de pessimista (por meio das escolhas lexicais *tragédia* e *todo café da manhã/ meu maior pecado*)*;*
- *ethos* de autoridade (ao trazer ao texto filósofos renomados e incluir-se nesse grupo, chamando-os de *grandes parceiros*);
- *ethos* de um (bom) caráter (por meio do silogismo dialético *Meu maior pecado como escritor é [...] jamais querer agradar > o caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de agradar a quem o lê;* logo = o orador tem caráter);
- *ethos* de provocador (por meio da expressão metafórica *Para niilistas como eu, o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça*).

Artigo 2:

- *ethos* de provocador (por meio da ironia presente em *Melhor do que a bobagem com o rosto do assassino mais* ***chique*** *da América Latina, o Che.*);
- *ethos* de capitalista (por meio da expressão *o que me encantou na frase é que a Dior representa – ou qualquer outra marca – a capacidade humana de produzir riqueza como forma de civilização, em vez de nos matarmos.*

Artigo 3:

- *ethos* de autoridade (em referência ao *ethos* projetivo do articulista, reforçado no próprio exórdio do artigo por meio da enumeração de suas credenciais);
- *ethos* de conhecedor (por meio da forma verbal (saber) *Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico*).

Artigo 4:

- *ethos* de conhecedor (por meio da figura *cleuasmo*: *e olha que já li, como diz um amigo meu jornalista, uns dois livros na minha vida*);
- *ethos* de pessimista (por meio da seleção lexical e das expressões negativas *Temo que seja impossível*/ *Não vejo retorno possível/ não sei se vale a pena*/ *me parece também inviável no mundo em que vivemos*);
- *ethos* de provocador (por meio da seleção lexical *o mundo deu a vitória aos* ***idiotas***).

A fim de construir sua imagem no e pelo discurso, o orador efetua determinadas escolhas que contribuem para esse processo. O *ethos* é construído no discurso, e é nesse lugar que ele é revelado segundo as escolhas efetuadas. Nesse sentido, toda forma de se expressar resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas (cf. EGGS, 2013). Assim, cada expressão, cada seleção lexical revelaram, no discurso, o *ethos* do orador, conforme demonstrado acima.

A incitação do *pathos* foi identificada nos quatro artigos analisados. Nos quatro casos, essa prova retórica foi utilizada na peroração; confirmando a afirmação de Reboul (2004) de que, nessa etapa do discurso, a afetividade se une à argumentação, encontrando, nesse lugar, o melhor momento de atuação com vistas à persuasão do auditório. Abaixo estão elencadas as quatro perorações com as respectivas manifestações do *pathos*:

Artigo 1: *Mas, os políticos adoram Keynes porque sua teoria os faz parecer responsáveis pela riqueza, quando na realidade quem produz riqueza somos* ***nós*** *em* ***nosso*** *cotidiano, quando* ***nos*** *deixam em paz. Keynes é a servidão, Hayek, a liberdade.* (indignação)

Artigo 2: *Ou, como dizia Santo Agostinho,* ***o que falta ao filósofo é chorar****.* (sensibilidade / amor)

Artigo 3: *Ingênuos são os niilistas e céticos que consideram a desconfiança um ato livre da vontade. A desconfiança é uma escravidão.* ***A aposta na vida é que mostra o caráter maduro de mulheres e homens****.* (confiança)

Artigo 4: *Resta-nos, talvez, a companhia de românticos como Friedrich Nietzsche (século 19) ou Albert Camus (século 20):* ***diante do absurdo, mal-estar e revolta****.* (indignação).

Mesmo que o apelo ao *pathos* tenha ocorrido, predominantemente, nas perorações dos quatro artigos, ele surgiu também em alguns momentos no processo da narração com intuito de provocar a indignação ou o riso (sobretudo por meio da ironia).

CONCLUSÃO

Iniciaremos a conclusão deste trabalho com uma reflexão sobre a primeira função da retórica: a persuasiva. Reboul (2004) observa que essa função decorre de sua própria definição, a saber: a arte de persuadir – função mais antiga, aliás. O autor ainda coloca um questionamento: por que meios um discurso é persuasivo? Na presente pesquisa, o principal objetivo foi o de verificar quais estratégias retórico-argumentativas foram utilizadas pelo orador de forma mais frequente e, assim, por meio da recorrência de determinada estratégia, identificar um possível estilo retórico do autor. Para chegar ao resultado de verificação, fez-se necessária a execução da função persuasiva. Por meio das análises, procuramos os meios persuasivos utilizados pelo articulista. Tais meios foram de ordem racional e emocional; nesse sentido, além da busca pela compreensão do estilo retórico do filósofo Luiz Felipe Pondé, procuramos entender como atuam o *ethos*, o *pathos* e o *logos* no gênero selecionado.

A fim de proceder às análises, tomamos, como referencial teórico, os estudos aristotélicos, sobretudo aqueles publicados na *Retórica* (2012), por constituir a obra inaugural da arte de persuadir pelo discurso e por conter elementos essenciais como a noção de gênero e de sua classificação. A partir daí pudemos depreender o gênero predominante dos artigos de opinião, a saber, o *epidítico* – por tratar-se de textos que apresentam um posicionamento de censura e de construção e desconstrução do discurso alheio. A Nova Retórica, por meio do *Tratado da argumentação* (2005) de Perelman e Olbrechts-Tyteca, norteou as análises com o objetivo de identificar as técnicas argumentativas, os lugares e as figuras retóricas que cooperaram com o procedimento persuasivo. Os demais autores como Reboul (2004); Meyer (1998, 2007); Breton (2003) e Plantin (2008), dentre outros, proporcionaram o melhor entendimento da teoria e forneceram elementos que subsidiaram as análises.

Além disso, com vistas à compreensão do artigo de opinião, recorremos ao estudioso do jornalismo, Melo (2003) e, para entender a relação entre o artigo opinativo e a retórica, pesquisamos a obra *La opinión periodística*: argumentos y géneros para la persuasión (2000) de Santamaría Suárez e Casals Carro. Optamos por buscar suporte teórico acerca do gênero em estudiosos da área do jornalismo por entendermos que as considerações

advindas desse universo poderiam proporcionar-nos elementos de especial relevância para o propósito deste trabalho.

No capítulo 3, após efetuar a análise qualitativa, promovemos a análise quantitativa com vistas à visualização, por meio da tabela e do gráfico, da recorrência (ou não) de determinada estratégia argumentativa. O gráfico demonstrou haver uma predominância das figuras retóricas (de um modo geral); todas as figuras identificadas somaram juntas 27%. O argumento de autoridade atingiu a frequência de 26% nos quatro artigos analisados, a citação atingiu 17% e a referência 12%. Finalmente, todas as demais estratégias retóricas utilizadas pelo orador atingiram 11%. Por meio da apresentação dos dados, poder-se-ia afirmar que as figuras ocuparam um papel central no *corpus* analisado. É certo que não podemos desprezar a relevância das figuras para todo e qualquer procedimento persuasivo, elas têm um alcance retórico considerável e foram utilizadas com frequência pelo orador. Contudo, se considerarmos que o argumento de autoridade, a citação, a referência, a alusão e a paródia são, direta ou indiretamente, formas de intertextualidade, pode-se concluir que a frequência com que o orador dialogou com outros textos e autores foi de 62%. A intertextualidade, nesse sentido, foi vista como um recurso argumentativo predominante.

Com relação à presença de outros autores e textos nos artigos analisados, podemos fazer as seguintes observações: no capítulo referente à descrição do *corpus*, pudemos verificar, por meio da contribuição de diversos pesquisadores, que, no gênero artigo de opinião, além da especialidade do próprio articulista e da posição da qual ele fala – nesse caso, do Jornal *Folha de S.Paulo* –, outras vozes são trazidas ao texto a fim de legitimar a opinião do orador. Ademais, percebemos que, por meio da recorrência do argumento de autoridade, da citação e da alusão, houve a tentativa de não apenas sustentar a tese defendida, como também de o autor construir a imagem de si como aquele que conhece o assunto sobre o qual discute.

A partir dos estudos de Rodrigues (2005), foi possível tecer algumas considerações que justificariam o caráter dialógico dos textos analisados. Assim, embora a autoria seja um argumento de autoridade, a orientação apreciativa do articulista não se construiu de forma isolada, antes, ela se entrelaçou com outras posições discursivas, mantendo relações intertextuais com outros enunciados. O enunciado já dito manteve uma relação de diálogo com o artigo, dando credibilidade à fala do orador, pois trouxe consigo outras opiniões, verdades, fatos, dados com os quais o autor manteve relações dialógicas que visaram à sustentação de sua opinião. Nesse sentido, tais relações foram utilizadas pelo orador a fim de dar credibilidade ao seu discurso e fundamentação ao seu ponto de vista. A

frequência de 62% das estratégias argumentativas intertextuais pode ser justificada por essa intenção. Vale lembrar que o gênero em questão (artigo de opinião jornalístico) tem como objetivo a formação e/ou modificação da opinião pública. O orador visa convencer o auditório leitor de que a razão está do seu lado. Para isso, ele manipula as informações e os fatos e o processo de escolha se constitui num modelo de persuasão baseado na seleção prévia com fins ideológicos.

Ainda sobre a questão do diálogo efetuado pelo orador com outros autores e textos, é interessante observar que, no *corpus* analisado, o orador em vários momentos promoveu a ressignificação dos enunciados já ditos. Nesse sentido, ele atribuiu novos significados conforme a conveniência argumentativa.

Ademais, por meio da análise do *corpus*, pudemos perceber que, além de utilizar as técnicas argumentativas (no âmbito da razão), o orador articulou, também, os argumentos de ordem emocional. Embora tenha havido o predomínio do *logos* nos textos analisados (conforme Quadro 2), foi possível perceber a atuação do *ethos* e do *pathos*. A construção do *ethos* foi proporcionada pelas escolhas lexicais, pelas formas verbais, pelas figuras (*cleuasmo* e *metáfora*), pelo silogismo dialético e pelas expressões negativas. Sendo assim, a constituição do *ethos* do articulista se deu mediante as escolhas feitas no âmbito do *logos*. O *ethos* de autoridade e o *ethos* de conhecedor são próprios daqueles que escrevem o artigo de opinião, já que o prestígio e a especialidade do colunista se constituem num critério para o auditório se interessar em conhecer o ponto de vista daquele que escreve. O *ethos* de pessimista e o *ethos* de provocador apresentaram-se de forma interdependente nos textos analisados. Tais construções fazem parte de uma caracterização prévia do estilo de Luiz Felipe Pondé, contudo, ele faz questão de reiterar o caráter pessimista e provocativo por meio de determinadas escolhas linguísticas.

Quanto à incitação do *pathos*, nos quatro artigos analisados, foi possível verificar que o orador buscou sensibilizar o auditório e criar nele determinadas disposições. Procurou despertar, por exemplo, a indignação nos momentos em que fazia menção ao antimodelo. Além disso, visando provocar o auditório, o orador ridicularizou, por meio da ironia, certos comportamentos (de indivíduos ou de grupos) reprovados por ele. Em contrapartida, buscou despertar paixões, como a confiança e a sensibilidade, em situações em que a sua manifestação favoreceria a adesão às teses apresentadas. Conforme o objetivo do orador (de aproximação ou de afastamento consoante certo argumento), ele procurou despertar determinada paixão no auditório. Em suma, embora a incitação do *pathos* tenha

ocorrido em vários momentos da argumentação, como elencado, foi, sobretudo, na peroração que ela se destacou.

Por meio das conclusões apresentadas sobre o estilo retórico do autor, bem como da (inter)atuação das três provas retóricas no gênero analisado, foi percebida a tentativa, por parte do orador, de provocar o auditório. Nesse sentido, a retórica da provocação, com seus mecanismos de incitar debates e discussões, constitui-se em um terreno fértil para a esfera dos estudos retórico-argumentativos. Fica aqui, então, um convite a novos trabalhos que possam elucidar o funcionamento da provocação como um artifício retórico.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

AGUIAR, A. T. **Retórica e teologia nas cartas de Paulo**: discurso, persuasão e subjetividade. Santo André (SP): Academia Cristã, 2012.

ALMEIDA JÚNIOR, L. N.; NOJIMA, V. L. M. S. **Retórica do design gráfico**: da teoria à prática. São Paulo: Blucher, 2010. (Pensando o Design)

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2013.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BORGES, A. L. MESQUITA, E. M. C. Artigo de opinião ou outro gênero? **Anais do Silel**. EDUFU: 2011. Disponível em: <http://www.ileel2.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_2092.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 17)

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COUTINHO, J. P. PONDÉ, L. F., ROSENFIELD, D. **Por que virei à direita**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensin**o. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

DAYOUB, K. M. **A ordem das ideias**: palavra, imagem, persuasão: a retórica. Barueri, SP: Manole, 2004.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).

FIGUEIREDO, M. F. (publicado originalmente como BOLLELA, M. F. F. P.) A prosódia como instrumento de persuasão. In: LOUZADA, M. S. O.; NASCIMENTO, E. M. F. S.; OLIVEIRA, M. R. M. (Orgs.). **Processos enunciativos em diferentes linguag**ens. Franca: Unifran, 2006.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOLHA UOL. **Cadernos diários.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 04 set. 2014.

GONÇALVES, M. A. **Pós-tudo:** 50 anos de cultura na Ilustrada. São Paulo: Publifolha, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, M. A. **A Retórica em Aristóteles**: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011.

MANUAL DA REDAÇÃO. Folha de S.Paulo. 19 ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEYER, M. **A retórica.** Tradução de Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série Essencial)

MEYER, M. Prefácio – Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O filósofo e as paixões**: esboço de uma história da natureza humana. Tradução de S. Fitas. Lisboa: ASA, 1994.

MEYER, M. **Questões de retórica:** linguagem, razão e sedução, Lisboa: Edições 70, 1998.

PERELMAN, C. **Retóricas**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PONDÉ, L. F. **Contra um mundo melhor**: ensaios do afeto. São Paulo: Leya, 2010.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem**: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROHDEN, L. **O poder da linguagem**: a arte retórica de Aristóteles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

RUIZ DE LA CIERVA, M. C. Los géneros retóricos desde sus Orígenes hasta la actualidad. **Rhêtorikê**. Revista Digital de Retórica, mar. 2008. Disponível em: <http://www. rhetorike.ubi.pt/00/ pdf/carmen-los_generos_retoricos.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SANTAMARÍA SUÁREZ, L.; CASALS CARRO, M. J. **La opinión periodística**: argumentos y géneros para la persuasión. Madrid: Fragua editorial, 2000.

SILVA, R. C. Argumentação e modalidade: o discurso da incerteza nas questões do desemprego. In: MOSCA, L. do L. S. (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 61-81.

TRINGALI, D. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VEJA ABRIL. **Dez-principios-conservadores-por-Russell-Kirk.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/dez-principios-conservadores-por-russell-kirk/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – “Para além do niilismo” (*Folha de S.Paulo,* 6 maio 2013)

O leitor sabe que meu pecado espiritual é o niilismo. Enfrento-o dia a dia como qualquer moléstia incurável. O tema já foi tratado por gênios como Nietzsche, Turguêniev, Dostoiévski, Cioran. Deixo meu leitor em companhia desses gigantes, muito melhores do que eu.

A tragédia também me acompanha em todo café da manhã, essa concepção grega de mundo que julgo a mais correta já pensada. Aqui tenho grandes parceiros como o autor da tragédia ática Sófocles (entre outros), o filósofo Nietzsche, o dramaturgo Shakespeare e os escritores contemporâneos Albert Camus e Philip Roth.

Ambos, niilismo e tragédia, são visões de mundo que arruínam a vida. Diante deles, ateísmo é para iniciantes. O ateísmo só é aceitável quando blasé e sem associações de ateus militantes. Para niilistas como eu, o ateísmo crente em si mesmo é brincadeira de meninas com fita cor-de-rosa amarrada na cabeça.

Ando de saco cheio do niilismo e da tragédia, apesar de continuar experimentando-os todo dia. Em termos morais, a virtude máxima para ambos é a coragem, e o vício mais a mão, a covardia.

Nos últimos tempos, tenho me interessado por outra virtude, a confiança, essa, tão difícil quanto a coragem, uma vez tomada a alma pelo niilismo e pela tragédia. É sobre ela que quero falar nesta segunda-feira, dia normalmente difícil, acompanhado do "bode" do domingo e da monotonia do dia a dia que recomeça imerso num sono que nunca descansa, porque sempre atormentado pela dúvida com relação ao amor, à família, ao trabalho e à viabilidade do futuro.

Meu maior pecado como escritor é jamais enganar, jamais querer agradar. Essa é minha forma de prestar respeito a quem me lê semanalmente. O caráter de alguém que escreve é medido pela ausência de desejo de agradar a quem o lê.

Amar cães e confiar neles é mais fácil do que amar seres humanos e confiar neles. Por isso, num mundo atormentado pela dúvida niilista, ainda que em constante denegação dela, tanta gente se lança à defesa melosa de cães e gatos e exige carne de frangos felizes na hora de comer em restaurantes ridículos.

Quero propor a você duas obras. Um filme e um livro que julgo entre os maiores exemplos da arte a serviço da confiança na vida.

O filme "As Damas do Bois de Boulogne", do cineasta francês Robert Bresson, de 1945, é uma pérola sobre a confiança na vida e nos laços afetivos. Bresson é um cineasta muito marcado pelo pensamento do escritor George Bernanos, grande anatomista da alma e especialista em nossa natureza vaidosa, mentirosa e, por isso mesmo, desesperada. Coisa para gente grande, rara hoje em dia, neste mundo governado por adultos infantis.

O filme trata da vingança de uma mulher belíssima contra seu ex-amante (que a abandonou), um homem frívolo e covarde por temperamento. Essa vingança se constitui na aposta de que ele e a mulher que ela "contrata" para sua vingança agirão do modo esperado. Sua intenção é fazer com que seu ex-amante se apaixone por essa mulher "contratada", uma prostituta.

O homem é mantido na ignorância da vida pregressa de sua noiva até depois do casamento. O que a mulher abandonada não contava é que a prostituta se apaixonasse pelo covarde, levando-o a transformação inesperada de caráter.

O amor também é personagem central da obra do dinamarquês Soren Kierkegaard "As Obras do Amor", da Vozes. Esse livro é o texto mais belo que conheço sobre o amor na filosofia ocidental.

Segundo nosso existencialista, o amor tudo crê, mas nunca se ilude porque, assim como a desconfiança e o ceticismo, o amor sabe que o conhecimento não é capaz de nada além do que fundamentar o niilismo, o ceticismo e o desespero.

O amor é um afeto moral, não um ato da razão. A razão não justifica a vida. O amor é uma escolha de investimento na vida, uma atitude, mesmo que a razão prove a falta de sentido último de tudo.

Ingênuos são os niilistas e céticos que consideram a desconfiança um ato livre da vontade. A desconfiança é uma escravidão. A aposta na vida é que mostra o caráter maduro de mulheres e homens. Boa semana.

ANEXO B – “Dior not war” (*Folha de S.Paulo*, 5 ago. 2013)

"Dior não guerra." Vi esta frase numa camiseta. Lembra a clássica dos anos 60: "faça amor, não faça guerra". Melhor do que a bobagem com o rosto do assassino mais chique da América Latina, o Che.

O que me encantou na frase é que a Dior representa – ou qualquer outra marca – a capacidade humana de produzir riqueza como forma de civilização, em vez de nos matarmos. Todo mundo sabe que riqueza material não é apenas riqueza material.

O que aborrece no Brasil é que ainda não entendemos que a riqueza da qual falam autores como Adam Smith (filósofo moral, e não um guru do egoísmo como alguns pensam por aqui) não é apenas material, mas moral e existencial.

Outro dia vi numa dessas cidades históricas mineiras maravilhosas um grupo de jovens, como cara de anos 60 extemporâneos, que falavam barbaridades contra o capitalismo, todos munidos de iPhones e iPads, registrando tudo a sua volta. Ignorantes, parecem pensar que toda esta tecnologia, que vai de celulares a cirurgias cardíacas, caem do céu. Não, tudo custa, e muito.

Recentemente li na revista "The Economist" duas matérias muito interessantes. Uma primeira falava de como o crime comum (roubos, assassinatos e similares) tem caído significativamente em países ricos, como EUA, Reino Unido e Alemanha, mesmo em cidades grandes como Nova York e Londres.

Não se trata apenas de mais punição, mas sim de um conjunto de elementos que passam por polícia mais equipada e treinada (o que não quer dizer mais violenta), tanto preventiva quanto científica. Crianças em boas escolas e ocupadas principalmente quando as famílias são mononucleares (só um dos pais), ruas limpas, estradas bem feitas, hospitais eficientes, transporte público operacional, vizinhos ativos no cuidado com seu bairro (quem não come nem dorme não pode ser um vizinho assim). Enfim, tudo que custa muito dinheiro.

Noutra, sobre Cuba, falava-se da luta das pessoas para poderem comprar e vender coisas e terras sem ter apenas o Estado como "parceiro" de negócios. E como isso é visto como um milagre dos céus. E ainda tem gente chique no Brasil que acha Cuba um "experimento" a ser levado a sério. Que horror!

E aí passo a um livro que recomendo a leitura para quem quiser pensar no mundo livre do neolítico – o socialismo, levado a sério por muitos de nós, é puro neolítico. "Why Nations Fail, The Origins of Power, Prosperity, and Poverty", de Daron Acemoglu,

professor de economia do MIT e James A. Robinson, cientista político e economista, professor de Harvard.

Por que muitas nações são pobres, miseráveis, atrasadas, enterradas em crime e fome? Causas geográficas? Culturais? Religiosas? Étnicas? Não.

A diferença está num modo de organização política e social específico que cria condições para as pessoas buscarem livremente seus interesses. Democracia liberal, igualdade perante a lei e garantias de que as pessoas podem agir livremente no mercado de trabalho e de produtos. Numa palavra, sociedade de mercado. Foi isso que derrotou o comunismo, mas muitos já esqueceram.

Infelizmente entre nós, ainda se pensa que isso seja simplesmente um modo cruel de viver, negador da "solidariedade" e defensor da "ganância". Muito pelo contrário: é só a riqueza que torna a solidariedade possível, não há solidariedade na pobreza, isso é mito.

Apesar de as indicações históricas serem evidentes, ainda insistimos em não entender que a sociedade de mercado (longe de ser perfeita) dá ao ser humano a liberdade necessária para cuidar da sua vida e se tornar adulto.

Só dessa forma as pessoas entendem uma coisa óbvia que o economista Friedrich Hayek pensava. Quando perguntarem a você o que é a economia, a resposta certa é: a economia somos nós! E não algo planejado por "cabeções" teóricos que controlam a vida dos outros, como pensava John Maynard Keynes.

Mas, os políticos adoram Keynes porque sua teoria os faz parecer responsáveis pela riqueza, quando na realidade quem produz riqueza somos nós em nosso cotidiano, quando nos deixam em paz. Keynes é a servidão, Hayek, a liberdade.

ANEXO C – “'Esperança do Mundo'” (*Folha de S.Paulo*, 12 maio 2014)

"Nunca confiei na felicidade", diz o personagem de Robert Duvall no filme "Tender Mercies" ("A Força do Carinho", título brasileiro bem infeliz para o filme), papel com o qual ganhou o Oscar de melhor ator em 1983. O filme narra a derrocada de um cantor de música country e sua sofrida redenção, graças ao amor e generosidade de uma mulher.

No filme, salta aos olhos o deserto do Texas, a solidão de todas as planícies e a total ausência de qualquer metafísica barata, coisa comum hoje no cinema, seja ela moral, psicológica, ambiental ou política. O homem e a mulher são seres abandonados no mundo e devem cuidar de suas vidas porque ninguém mais o fará.

Aliás, por falar em metafísica, a pior é a política. Mas da política trato apenas por obrigação profissional, porque, como diz Albert Camus nos seus "Cadernos" (o primeiro tem como título "Esperança do Mundo"), ouvindo aqueles que se dedicam à política, podemos apenas concluir que as pessoas se importam pouco com esta parte das suas vidas, uma vez que todos na política mentem.

Acrescentaria, além dos políticos profissionais, os intelectuais que a ela se voltam como redenção do mundo e forma de obrigar os outros a viverem de acordo com os delírios que alimentam em seus gabinetes. Enfim, no fundo, a política pouco me interessa. Trato-a assim como quem deve cuidar de uma ferida – do contrário ela se infectará.

Noutro filme, "Alabama Monroe" (2012), do diretor Felix van Groeningen, a personagem feminina Elise, interpretada por Veerle Baetens, diz algo semelhante ao final: "Sempre soube que tudo aquilo não podia durar, porque a felicidade sempre acaba". Referia-se ela ao amor por seu marido Didier e pela pequena filha morta.

Sinto-me em casa quando ouço pessoas dizerem coisas assim. Pois se existem apenas "três ou quatro atitudes diante do mundo", como dizia em seu "Breviário da Decomposição" Emil Cioran, filósofo romeno indispensável para quem suspeita que os trágicos gregos são quem tem razão na filosofia, esta é a minha. E seguramente a dele. E também a de Camus.

Na mesma obra, Cioran faz um diagnóstico preciso: "A obsessão pelos remédios marca o fim de uma civilização, e, pela salvação, o fim da filosofia". Por isso ele afirma que desistiu da filosofia quando viu que em Kant não havia nenhuma tristeza. Os filósofos, diz Cioran, quase todos acabam bem, prova máxima contra a honestidade deles.

Sempre sinto um cheiro de mesquinharia quando ouço alguém falar de uma nova dieta. A vida, talvez seja esta sua maior tragédia, se apequena quando não é de algum

modo dada em sacrifício. Talvez seja isso que o cristianismo queira dizer quando afirma que só quando se perde a vida se ganha a vida. E não há saída: somos a civilização da mesquinharia. Até Cristo deve ser saudável.

Sei que Camus considerava o suicídio o único problema filosófico ("O Mito de Sísifo"). E sei também que ele considerava um milagre um momento em que não tivesse que falar de si mesmo (caderno "Esperança do Mundo"). Detalhe: Camus usa expressões como "milagre", conhecia bem teólogos como Blaise Pascal e conceitos como o de "graça", citando-os com precisão.

Mas eu suspeito que um dos maiores problemas da filosofia, e certamente um dos maiores milagres na vida, para quem tem um temperamento que desconfia da felicidade (trágico), é justamente o problema que Camus diz "ser um bom título": a esperança do mundo.

Como ter esperança no mundo sem ter que abdicar da capacidade de vê-lo tal como é? Por isso, sinto um halo de graça quando vejo a esperança visitar o mundo. Afora as ilusões, só a generosidade é capaz de acolher a esperança.

Talvez o próprio Camus dê uma pista neste "Caderno", sendo ele um filósofo, e sabendo, como nós todos, que nós filósofos sofremos da vaidade intelectual como pecado capital. Camus diz que "a obsessão em ter razão é a marca suprema de uma inteligência grosseira". Portanto, talvez, a humildade, virtude capital para Camus, seja a esperança para a filosofia. Ou, como dizia Santo Agostinho, o que falta ao filósofo é chorar.

ANEXO D – “O impasse conservador” (*Folha de S.Paulo,* 11 ago. 2014)

A pergunta que toda pessoa de sensibilidade conservadora se deve fazer hoje é: "conservar o quê?", uma vez que o mundo de Edmund Burke (século 18), pai do pensamento "liberal-conservative", não existe mais.

O americano Russel Kirk (século 20) se faz pergunta semelhante em sua obra. O mundo americano em que ele vivia, Mecosta, no estado de Michigan, sua pequena cidade, recolhida num paraíso longe da "rat race", também não existe mais. Ou, se existe, não suportaria o impacto de milhões de pessoas querendo viver assim. Ao final, uma vida "recolhida" como esta acaba por ser um artigo de luxo num mundo em que o comum é a "rat race". Tampouco a religião é solução.

Se acompanharmos Kirk, por exemplo, na sua defesa do "espírito conservador", veremos que ele entende o "contrato social" conservador como sendo o seguinte: "a sociedade é uma comunidade de almas que reúne os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram", segundo Burke, claro.

Pessoalmente, não conheço forma mais poética de ver a vida social e histórica, e olha que já li, como diz um amigo meu jornalista, uns dois livros na minha vida.

Temo que esta linda imagem tenha perdido validade porque ela supõe outra ideia: a de que exista uma misteriosa sabedoria na heterogênea experiência humana (Kirk pensa assim), e que esta misteriosa sabedoria está "depositada" na continuidade quase inconsciente da vida. Será?

Temo que seja impossível qualquer "misteriosa heterogeneidade" num mundo como o nosso, afogado no corre-corre utilitarista e narcisista sempre igual. Não vejo retorno possível.

Além disso, o estrago causado pela vida moderna e sua tagarelice digital acaba por nos fazer questionar se há mesmo uma sabedoria na história ou no "povo".

Pelo contrário, e aqui sigo outro autor de sensibilidade conservadora, Nelson Rodrigues (século 20), o mundo moderno deu a vitória aos "idiotas". Acrescentaria, "tagarelas", fazendo uso de uma imagem de outro autor de sensibilidade conservadora, Alexis de Tocqueville (século 19).

Talvez o único argumento possível a favor ainda de alguma sabedoria fosse defender a ideia que a experiência pré-histórica (a violência que sempre retorna) em algum momento se imponha e nos cure dos delírios contemporâneos. Mas aí o remédio seria demasiado amargo, não sei se vale a pena.

Por outro lado, a ideia de "hábito", tão afeita a Michael Oakeshott (século 20), se perdeu, uma vez que os hábitos hoje são todos submetidos à lógica da desqualificação do passado. Mesmo a "espontaneidade" de Friedrich Hayek (século 20) não tem mais lugar num mundo que não crê mais na liberdade e autonomia, e prefere a mediocridade da igualdade imposta.

Isaiah Berlin (século 20), e sua defesa da "liberdade negativa" ("live and let live"), me parece também inviável no mundo em que vivemos, no qual, os mecanismos de controle da vida pelo Estado e pelo mercado assumem proporções antes impensáveis.

A ideia de que o Estado "nos deixe em paz" é inviável porque, associado ao mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, sem os quais não sobrevivemos num mundo com bilhões de pessoas (muitas delas da tribo descrita pelo Nelson), não há saída a não ser racionalizando cada vez mais a vida cotidiana. Nós mesmos pedimos o controle para que a vida seja segura e "tiremos férias seguras".

O simples fato que optamos pela "felicidade" compreendida como otimização da vida (os utilitaristas como Jeremy Bentham e John Stuart Mill do século 19 venceram) implica um impasse: como resistir ao desejo por um "mundo melhor" pensado como uma sociedade "parque temático" de indivíduos que consomem matéria e espírito ao sabor da moda?

Todavia, não aceito as utopias da esquerda que continuam a prometer uma saída mentindo sobre o custo dela: o autoritarismo centralizado do Estado ou o populismo dos "idiotas" do Nelson mobilizados. Esconder-se na natureza tampouco é possível: todo lugar tem IPTU.

Resta-nos, talvez, a companhia de românticos como Friedrich Nietzsche (século 19) ou Albert Camus (século 20): diante do absurdo, mal-estar e revolta.